

REVISTA DE

PSYCOLOGIA

SAÚDE MENTAL E SEGURANÇA PÚBLICA

NÚMERO 2

JANEIRO/DEZEMBRO

2002

ADMINISTRAÇÃO:

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG - CPP

Rua Diabase, 320 - Prado - Belo Horizonte /MG

Tel.: (0xx31) 2123-9513

Fax: (0xx31) 2123-9512

CEP 30.410-440

E-mail: cpp@pmmg.mg.gov.br

EXPEDIENTE

Comandante-Geral

Cel PM Álvaro Antônio Nicolau

CONSELHO EDITORIAL

Presidente:

Cel. PM QOS Gelson Rubem Alves de Almeida

Membros:

Ten.-Cel. PM Antônio de Salles Fiúza Gomes

Maj. PM Cícero Nunes Moreira

Maj. PM Alex Fernandes da Silva

Cap. PM Cláudio Brasil Pereira

Cap. PM QOS Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira

Cap. PM QOS Maria Carmen de Castro Patrocínio

Ten. PM QOS Rejane Maria Gontijo

Ten. PM QOS Paula Linhares de Andrade

Revisor:

Professor Hugo de Moura

Secretário:

Cap. PM Walter Ferreira da Costa

Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública - v. 1 -1999 -
Belo Horizonte, Polícia Militar de Minas Gerais; Centro de Pesquisa e
Pós-Graduação da PMMG, 1999 - nº 2
Publicação Anual.
Publicação interrompida de 2000 a 2001.
ISSN 1807-2585
Ano 1, n. 1 - especial, publicada pelo Centro de Estudos e Pesquisas;
Ano 2, n.2 - publicada pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação.
1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Saúde Mental. 4. Administração. I.
Polícia Militar de Minas Gerais: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do Comando da Polícia Militar de Minas Gerais.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposições em contrário, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
UMA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO DE PODER NA ESCOLA E SEUS EFEITOS SOBRE A SEXUALIDADE E A APRENDIZAGEM	7 - 11
<i>Maria de Fátima Andrade Chadid</i>	
PSICOLOGIA INSTITUCIONAL: IMPASSES E POSSIBILIDADES....	13-17
<i>Cibele Andrade Ruas</i>	
ÉTICA	19-27
<i>Carlos Franco de Morais Feres, Ana Maria Fabrino Favato, Denise da Silva Barbosa, Cláudia Pedrosa Soares, Luciana Moreira Marcos</i>	
DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE	29-34
<i>Eliana Rodrigues Pereira Mendes</i>	
DEPRESSÃO EM POLICIAIS MASCULINOS: AVALIAÇÃO DO PERFIL DE USUÁRIOS CRÔNICOS DE BEBIDA ALCOÓLICA NA PMMG	35-42
<i>Eliene Lima de Souza</i>	
A CLÍNICA NA INSTITUIÇÃO PM	43-47
<i>Ana Maria Fabrino Favato</i>	
TRABALHANDO O VAZIO	49-50
<i>Rosana Scarponi Pinto</i>	
O POLICIAL MILITAR E A VIOLÊNCIA: DE AGENTE A VÍTIMA	51-56
<i>Marcelo Augusto Resende & Belinda Inês Sabino Cavazza</i>	
INTERVENÇÃO DAS ATIVIDADES CRIATIVAS (O BRINCAR, A ARTE E O LAZER) NA SAÚDE MENTAL	57-62
<i>Hélio de Lima Júnior</i>	

ESCUTANDO CLINICAMENTE A INSTITUIÇÃO 63-66

Marília Teresa Teixeira Gontijo

**ALGUNS COMENTÁRIOS ACERCA DO RECURSO ÀS DROGAS
NA MODERNIDADE67-69**

Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira

**A TRÍADE ESCOLA-FAMÍLIA-ALUNO NO CONTEXTO DA
CONTEMPORANEIDADE 71-74**

Ivana de Lima Darú Carvalho

A AVALIAÇÃO PERICIAL EM INSTITUIÇÃO MILITAR (PMMG)75-78

Marcelo Augusto Resende

**DOCUMENTO GLOBAL E ANALÍTICO REFERENTE AO PROGRAMA
DE PREVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL DO 3º BPM 79-83**

Ana Cristina Alves de Souza

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 85-87

APRESENTAÇÃO

A Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública foi criada pelos psicólogos da PMMG, com o objetivo de ampliar a interlocução entre profissionais da área, bem como com interessados ou estudiosos do tema.

O atendimento psicológico em instituições que lidam com segurança pública apresenta-se atravessado pela realidade social. No cenário atual, onde a presença da violência é uma constante, os psicólogos acolhem demandas que escapam da visão conservadora da clínica. É necessário despir-se de preconceitos, de idéias formadas em outros momentos históricos e abrir caminho para o novo, para as possibilidades de fomentar o desenvolvimento interpessoal dos profissionais de segurança pública, inclusive dos próprios profissionais de saúde.

Os psicólogos da PMMG foram os primeiros técnicos específicos da área de saúde mental a terem contato com as entranhas de uma instituição policial e já fizeram seguidores. No final do último ano, a Polícia Militar do Rio de Janeiro incluiu em seu quadro cerca de 50 psicólogos, tendo como base a experiência de Minas Gerais. As possibilidades de avanços nesta área específica são inúmeras, se tivermos em vista que muitas das patologias que os policiais e a própria instituição apresentam são reflexos da organização que a sociedade tem assumido. Entendido dessa maneira, as situações que se apresentam são dinâmicas, em processo de mudança, e os modelos já estabelecidos nem sempre se configuram como soluções.

O trabalho do psicólogo na PMMG é exatamente dessa forma - assume imagens diversas, surpreende com novos conhecimentos que vêm sendo formados neste momento de reconstrução da interação entre policiais e cidadãos, na reciclagem das formas de ação, que promove constantes ressignificações, ou vice versa. Podemos dizer que o trabalho do psicólogo é partícipe nas mudanças que vivemos na busca de uma instituição mais aprimorada, mais adequada às demandas da democracia.

Desse trabalho tão surpreendente e ao mesmo tempo tão conhecido, temos os artigos deste número. Relatos e reflexões de vários momentos da prática do psicólogo em polícia militar.

Ao apresentarmos este segundo número da revista, constatamos o que vem sendo feito e o tanto que ainda há a fazer em investimento humano para os policiais - o que só pode ser bom para o desempenho destes em seu importante papel social.

Conselho Editorial

UMA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO DE PODER NA ESCOLA E SEUS EFEITOS SOBRE A SEXUALIDADE E A APRENDIZAGEM

Maria de Fátima Andrade Chadid

Capitão Psicóloga da PMMG

Este trabalho foi motivado por algumas indagações que tenho realizado, a partir de minha atuação em instituição escolar, como psicóloga, atuando tanto na clínica quanto no assessoramento escolar.

Pretendo partir de uma situação vivenciada por mim, há alguns anos na escola, e que, dentre outras situações, me conduz ao tema proposto.

A pedido de uma professora, foi-me solicitado auxiliá-la na compreensão e intervenção nas dificuldades apresentadas pelas crianças. A queixa da professora era, sobretudo, a agitação, indisciplina, falta de concentração e, também, as constantes e insistentes brincadeiras em torno das questões sexuais.

A professora trazia em sua fala angustiada toda a insegurança em lidar com os alunos e não compreendia como aquelas crianças tão imaturas traziam tanta precocidade sexual e tanta agressividade. Isto fazia com que ela tomasse atitudes ambivalentes que se alternavam entre, ora responder agressivamente, ora de modo apático.

Montamos então uma estratégia que a época nos pareceu a mais viável, que seria ouvir a professora quantas vezes fosse necessário sobre suas dificuldades: em relação aos alunos, à escola, à direção, às colegas, como, também, procuramos conhecer e ouvir os alunos em grupos de cinco ou quatro, inicialmente por dois encontros, e, posteriormente, para algum trabalho individual se constatássemos a necessidade. Utilizamos, para tanto, uma sessão com jogos e outra com desenho, como forma de também verificar quais seriam suas dificuldades.

O primeiro encontro com os alunos nos grupos foi marcado por uma intensa agitação: jogavam bolinhas de papel para o alto, provocavam os colegas com beliscões, chutes e tapas e as questões sexuais também se mostravam evidentes nas falas e atitudes.

Nos desenhos esboçados individualmente por eles, a pedido de que mostrassem como era a escola, os colegas e os sentimentos que tinham sobre a sala, sintomaticamente surgiram em todos os grupos representações de salas de aulas apenas com objetos e carteiras, sem a presença de pessoas ou, quando muito, apenas cabeças. A escola era uma caixa quadrada com grades, fechaduras, imensos cadeados, nenhum jardim, nenhum brinquedo, nenhuma criança, ninguém.

Perguntei-me, então, por que não representaram o corpo, a atividade, a relação? Por que ficavam de fora a alegria, o prazer? Por que pareciam tão tensas e agressivas aquelas representações?

Comecei a levantar algumas hipóteses de que haveria intensas barreiras nas relações e comunicações entre as pessoas. Não que as crianças estivessem apenas reproduzindo algo que aprenderam sobre sua sexualidade precocemente, mas que a escola, sim, reproduzia um modelo fechado onde tais questões impactavam os professores que apresentavam concepções distorcidas sobre a sexualidade e na qual isto não era trabalhado. Havia, sobretudo, um desconhecimento sobre a relação entre a sexualidade, corpo, aprendizagem, prazer e disciplina, por parte dos professores.

Procurarei, então, analisar como ocorre, na instituição escolar, a circulação de poder entre os seus sujeitos, buscando relacioná-la aos aspectos da sexualidade e seus efeitos na construção da subjetividade, sobretudo na aprendizagem. Esclareço aqui que os sujeitos a que me refiro são alunos (crianças e adolescentes) e professores em primeiro plano e, em segundo, funcionários e familiares, que de certa forma participam do processo.

Utilizarei, para essas reflexões, aportes da psicanálise bem como da psicopedagogia, disciplinas que, a meu ver, possibilitam um olhar mais abrangente e consistente para os aspectos em questão.

Nos três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)¹, Freud, ao referir-se sobre o trabalho intelectual, verifica sua estreita relação com a sexualidade infantil, levantando a premissa de que o desejo de saber estaria ligado às primeiras investigações sexuais da criança. Assim, a inteligência e a capacidade de pensar da criança seria sustentada pela necessidade de encontrar respostas às diferenças de gênero sexual suscitadas pela novidade de seu próprio corpo como fonte de prazer, advindo das pulsões parciais que em seu corpo se deslocam e que o auto-erotismo não é capaz de satisfazer por completo. Entretanto, toda essa experiência é vivenciada de forma conflitante, na medida em que, ao interrogar o adulto como aquele que teria acesso ao saber sobre suas dúvidas e descobertas, a criança obtém respostas, ora carregadas de censura, ora mitificadas (como a estória da cegonha), ora desmentidas ou revestidas de um cunho científico, que por uma impossibilidade estrutural não a satisfazem. Esse saber proibido marcado pela falta e insatisfação mobiliza, na criança, um intenso trabalho intelectual, levando-a a elaborar suas próprias teorias sexuais. Teorias que, posteriormente, se diluem com o complexo de castração, sendo recalçadas, tornando assim o desejo de saber sobre o sexual em um não querer saber nada disso. E, ocorre, assim, a entrada na latência onde a criança volta sua curiosidade para o social, favorecendo novos investimentos.

Freud² aponta que a criança experimenta seu primeiro conflito, por ver que o saber que construiu é censurado, evitado ou desvirtuado pelo adulto significativo, que ocupa para ela um lugar de autoridade e fonte de afeto. Tal conflito poderá tanto abrir-se de forma permissiva à produção intelectual, ao pensamento e ao conhecimento, quanto também inibi-lo.

Em seu texto de 1910³, uma recordação de Leonardo da Vinci, Freud reconhece três destinos tomados pela curiosidade intelectual em seu enlaçamento com a sexualidade e diz:

No primeiro destino a curiosidade intelectual partilha do destino da sexualidade permanecendo desde então inibida e o livre exercício da inteligência fica então limitado, ainda mais que sob a influência da educação entra em cena a força da coerção religiosa do pensamento.

Como um segundo destino, aponta que o desenvolvimento intelectual pode resistir à barreira do recalque, permitindo a plena liberdade para avançar em outras investigações pesquisadoras compulsivas. Nesse caso, a investigação intelectual e o sentimento advindos de sua prática repetitiva e interminável substitui a satisfação sexual. Nesse sentido, levanta também a questão de que muitos “*distúrbios nervosos*” estariam ligados ao excesso de trabalho intelectual e diz

“...é fato inegável que a concentração da atenção numa tarefa intelectual e o esforço intelectual ou geral produzem uma excitação sexual concomitante em muitos jovens, assim como em adultos.”⁴ Freud defende também a idéia de que: “Nos escolares, a angústia de fazer exames ou a tensão causada por um trabalho difícil pode ser importante não só por afetar as relações da criança na escola, mas também por provocar a irrupção de manifestações sexuais, pois

¹ FREUD, S. “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), in: Obras Completas, Imago Editora, 1980, V.VII, p 199 a 202.

² FREUD, S. “Sobre as Teorias Sexuais das Crianças” (1908), in: Obras Completas, Imago Editora, 1980, V. IX.

³ FREUD, S. “Leonardo da Vinci e Uma Lembrança de Sua Infância” (1910), in: Obras Completas, Imago Editora, 1980, V.XI.

⁴ Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, op. Cit. p. 210.

freqüentemente em tais circunstâncias pode ser sentido um estímulo que leva a criança a manipular os órgãos sexuais... o efeito sexualmente excitante de muitas emoções, que são, em si mesmas, desagradáveis, tais como sentimento de opressão, medo ou horror persiste em grande número de pessoas por toda a vida adulta.”⁵ Isso nos esclarece alguns sintomas de caráter neurótico como os obsessivos.

Como terceiro e último destino das investigações sexuais, tomaria o caminho da sublimação, onde a energia sexual da pulsão é direcionada para as várias atividades humanas éticas e socialmente elevadas ou valorizadas.⁶

Assim, Freud reconhece que

“o desejo de conhecer enquanto derivativo de uma pulsão sexual encontra-se situado entre o mental e o somático, como representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida de exigência feita à mente, no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.”⁷

Vemos, então, claramente que a inteligência se constrói em nível psíquico, orgânico e corporal, apoiada pelo desejo de saber. Porém, a inteligência em sua atividade de “incorporação,” construção e elaboração se faz a partir de um substrato fundamental: a relação com o outro. Em outras palavras, a aprendizagem, processo onde a inteligência e o desejo se apropriam do conhecimento, se constrói sob a égide da relação com o outro significativo: a mãe como “ensinante”.

Sara Pain⁸ verifica que a forma como se aprende é construída a partir das primeiras experiências corporais (sucção, olhar, tato, voz) entre uma mãe provedora de alimentos nutrientes e um bebê necessitado de incorporar as características deste alimento. Nesta relação, ambos, mãe como “ensinante”, bebê como “aprendente”, se relacionam com o conhecimento, mediados pelo desejo de saber.

Alícia Fernandez⁹ nos esclarece que:

“Aprendentes e ensinantes somos cada um de nós, adultos ou crianças. São figuras que podem coincidir com o lugar de professor e aluno, mas que na aprendizagem sadia alternam-se, superpõem-se ou movem-se. Assim, um professor só poderá ensinar se aprende e, aprender se ensina. Este dispositivo pode interpretar o grau de saúde ou enfermidade de um sujeito em relação à aprendizagem, mas também, pode ser utilizado para analisar a circulação do conhecimento em um grupo social. Então, se o ensinante se exhibe sendo a luz do conhecimento, o aprendente para evitar cegar-se poderá construir uma inibição cognitiva. Se o ensinante, em lugar de mostrar o conhecimento obscurece-o através do não dito, esconde-o, o aprendente precisará significar o seu olhar como um espiar, enclausurando o seu aprender e manifestando sintomas como: problemas de aprendizagem, disciplina ou medo de articular o saber e o não saber.” Assim o ato de conhecer é então despotencializado por ser perigoso e passível de ser punido.

Se o ato de aprender se dá através da relação com outro significativo, intermediada pelo desejo de aprender e pelo prazer que proporciona tal investimento, como se estabelece então a aprendizagem na escola?

⁵ Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, op. Cit. p. 209/10.

⁶ Leonardo da Vinci e Uma Lembrança de Sua Infância, Op. Cit.

⁷ FREUD, S., “Os Instintos e Suas Vicissitudes” (1915), in: Obras Completas, Imago Editora, 1980, v. XIV.

⁸ FERNANDEZ, A. “A Mulher Escondida na Professora”, Artes Médicas Editora, 1994, op. Cit. p. 69.

⁹ “A Mulher Escondida na Professora”, Artes Médicas Editora, 1994, op. Cit. p. 67.

Entendendo a escola como um espaço institucionalizado, favorecedor da aprendizagem e, conseqüentemente possibilitador do conhecimento, possivelmente deverá ser um lugar para que o conhecimento ocorra. Nesse sentido, a escola encontra-se investida de um poder especial: o de se expor ao conhecimento e autorizar-se em relação a ele. Poder¹⁰, dentre outras coisas, é ter a faculdade de, ter a possibilidade de, autorização para, estar arriscando ou exposto a, como também significa energia, vontade, direito de deliberar, agir e mandar, autoridade, domínio, influência e força. A escola é o cenário em que de uma ou de outra forma circula um poder exercido por seus sujeitos, professores e alunos, porém de forma diferenciada, não tanto por se aceitar e acolher as diferenças, mas antes, por uma resistência em reconhecê-las. Desta forma, seus sujeitos, ao não se reconhecerem como depositários do poder, deixam de usufruir do que há de melhor: o de autorizar-se a conhecer e de fazer uso deste conhecimento sem culpa, beneficiando-se de sua circulação no âmbito das relações.

Para Alícia Fernandez¹¹, poder diz respeito

à possibilidade de ser, como também diz de uma questão implícita no imaginário de que um tem e o outro não. O não reconhecimento da apropriação do poder, gera dentre outras coisas, conseqüências à alienação do pensamento que exclui toda a dúvida de toda a causa de conflito e implica a morte da atividade pensante. A dúvida, nas palavras de Piera Alaugnier é o equivalente da castração no registro do imaginário.

A omissão da escola com relação às questões da sexualidade, a distorção nos conceitos de gênero sexual mantém uma educação para a submissão, onde as expressões variadas da subjetividade tendem a se anular, sendo que o aluno passa de uma posição de aceitação à crítica a uma posição de revolta ou rebeldia. Esses aspectos reveladores de um fracasso escolar podem contribuir ou reforçar problemas de inibição cognitiva.

A circulação do poder dentro do sistema de ensino reflete, sobretudo, a posição do professor diante de seu desejo e de sua insatisfação. O professor, desacreditado de seu poder, exerce-o de forma discricionária sobre os seus alunos, muitas vezes sem se dar conta disso, podendo apresentar, ele próprio, os sintomas de inibição na instituição.

Trabalhar aspectos da sexualidade, relacionamento e agressividade não é uma tarefa fácil. Torna-se bastante complexa para o professor. No entanto, o fato de não se implicar uma formação mais ampla, não o desincumbe de transmitir o seu próprio sistema de valor, através de atitudes e concepções dentro dos conteúdos formais. Se um professor manifesta-se de forma infantilizada também sua relação com os alunos se apresentará comprometida, pois serão rejeitadas todas as manifestações de agressividade sadia, afetividade, sexualidade, autonomia e criatividade. A escola passará a ser um lugar de “exílio” de todas as manifestações de subjetividade, bem como da expressão dos limites possibilitadores da demarcação do espaço do outro, da expressão da falta e do surgimento do desejo.

Poderíamos pensar, então, que a escola despojada de seu poder, exerce efeitos sobre a sexualidade e a aprendizagem de seus sujeitos quando as relações estabelecidas entre eles não se nutrem do desejo de aprender, ou quando este desejo torna-se proibido, culpabilizado ou punido.

Em tais circunstâncias, a escola incidirá sobre a subjetividade de seus educandos, reforçando problemas de aprendizagem, inibindo o desejo de aprender, a produção e a apropriação do saber através de posições preconceituosas: repressivas ou perversas. Como resultado, terá que se haver com o desinteresse, agressividade ou apatia tanto dos educandos como dos educadores.

¹⁰ HOLANDA, A, Buarque. “Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira.

¹¹ FERNANDEZ, A. “A Mulher Escondida na Professora” Artes Médicas Editora, 1994, op. Cit. p. 47.

Pensar nas possíveis saídas para esses impasses constitui um grande desafio da contemporaneidade, onde a aposta não se apóia na garantia de todo o saber, mas que os sujeitos, conectando-se com sua falta, possam abrir mão de sua posição de impotência.

REFERÊNCIAS

BUCHVITZ, P. ARTHUR; **A Sublimação da Sexualidade Infantil**. Editora Escuta, 1998.

FREUD, S. **A Dissolução do Complexo de Édipo**, in: *Obras Completas*, Imago Editora, 1980, v. XIX.

PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Impasses e Possibilidades

Cibele Andrade Ruas
Psicóloga Clínica e Analista Institucional

Por tudo que li e conversei a respeito do trabalho dos Psicólogos da Polícia Militar de Minas Gerais, alegrou-me saber que a disposição da equipe é de construção. O que salta aos olhos é a consciência de um trabalho em desenvolvimento, não porque ainda não gere bons frutos, mas porque todos vocês parecem perceber possibilidades mais amplas e alcance muito maior para o que os psicólogos e a Psicologia têm a oferecer - e a criar. Tive o prazer de encontrar um grupo de trabalho extremamente preparado e empenhado.

Quando ainda era estudante de psicologia, uma amiga italiana julgou muito “psicanalítico” um comentário meu sobre o comportamento de nossos filhos, e ela me disse: “Puxa, Cibele, isso é corcunda profissional!”. A expressão, ela esclareceu, se aplica à “deformação” provocada por cada ofício ou profissão: os calos de um marceneiro, os joelhos dos atletas, a “palidez CTI” dos médicos intensivistas, e... a psicologização excessiva dos fatos cotidianos, comum entre os psicólogos. Esse episódio, para mim, foi uma lição de vida, e uma rara oportunidade de apreciar e compreender uma tendência, um hábito, um cacoete - apesar de sua característica invisibilidade para os envolvidos - a partir da ótica de outra cultura magnificamente impressa na expressão idiomática.

Nós, psicólogos, tentamos “despistar” essa deformação, antes de sermos execrados pela família e amigos, aprendendo a calar, a não praticar “análise selvagem” - enfim, tentamos acreditar mesmo que, como atribuem a Freud haver dito, “têm horas que um charuto é apenas um charuto...”

No entanto, isso não se aplica aos profissionais psicólogos ligados a organizações - seja uma escola, uma indústria, um hospital, uma empresa ou... a Polícia Militar. Para eles, o problema principal é “como manter a corcunda?” Como preservar a identidade profissional de forma produtiva e independente?

A resistência institucional que encontramos numa organização tem vocação corretora: procura retificar, enquadrar, modular, enformar - meter na forma daquela organização, regulada por um feixe de instituições (que são as lógicas que ordenam o sistema), todo e qualquer profissional que faça parte de seus quadros.

Quando fazemos parte de uma organização, qualquer que seja ela, para podermos trabalhar bem, temos que conhecê-la: sua história, sua tradição, seus mitos, sua lógica, sua ideologia.

Para entrar na forma? Não. Para fazer o que o psicólogo deve fazer: analisar a forma, captar a essência, dar sentido aos derivados do inconsciente institucional que abundam por todas as partes - sem qualquer semelhança, mais das vezes, com o inconsciente freudiano. Para poder exercitar o afazer do psicólogo: prevenção, diagnóstico, tratamento. Do quê? Da captura dos sujeitos pela estrutura institucional. Da regressão que qualquer grupo opera sobre seu psiquismo. Da alienação que obnubila a capacidade produtiva/criadora. Abrir espaço para o advir da novidade - pura singularidade. Desembaraçar. Liberar forças produtivas. Apontar e desfazer equívocos - tornados “naturais” pela tradição, que pode se tornar

mero sustentáculo de injustiças e preconceitos que já se tornaram “transparentes”. Saber driblar a “encomenda” da organização - o que ela pede que o psicólogo faça - e fazer brotar aí uma demanda autêntica, relativa ao que deve ser feito.

Nunca devemos nos acomodar em fazer apenas aquilo que o psicólogo já faz - ou que lhe pedem que faça. Devemos querer aquilo que deveria ou poderia fazer, se melhor soubesse, no sentido ético, libertário. O psicólogo é, por definição, arauto do novidadesco e agente desrepressor - aquele que dá voz ao inaudito, ao reprimido.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, dupla de geniais pensadores franceses, falavam de um paradigma ético-estético para nortear a práxis: ético, porque libertário, concordante com o desejo (relativo à produção); estético, por propiciar modos nunca antes devisados, planejados: pura criação.

Na Polícia Militar - por seu vulto, sua importância social e suas características -, há no mínimo três tipos de inserção - oficiais ou não -, a serem contempladas: o policial psicólogo, o psicólogo policial e o psicólogo na PM. Sim, porque o profissional em questão pode ter ou não a psicologia como designação de tarefa; e pode ter a própria estrutura da PM como objeto de análise. São três posições que exigem e permitem trabalhos radicalmente diferentes.

Qualquer psicólogo que esteja ligado à PM tem, ou deve ter, a organização mesma como objeto de análise. Entender seu funcionamento, sua estrutura, as forças que a movem ou paralisam, a circulação do poder - tudo isto é objeto de análise numa organização.

Eu até imagino que, numa estrutura hierarquizada como a PM, seja difícil lidar com uma questão da maior importância: a ordem hierárquica compreende duas acepções: hierarquia de poder - que é claríssima, ligada ao cargo, e muito bem definida e compreendida numa estrutura como a PM; e hierarquia de saber - esta é mais sutil, porque não coincide com a hierarquia dos cargos, e sim com as especializações e habilidades de cada profissional. Se essas duas ordens hierárquicas arrumarem um modo pacífico de funcionamento e convivência, se forem devidamente respeitadas, o trabalho do profissional fica mais definido - e livre. Mas essa situação ideal é difícil de ser alcançada: ao poder se tende a atribuir saber, de forma automática.

Quando estamos inseridos em organizações de trabalho muito tradicionais e estruturadas - no setor de relações humanas de uma empresa privada ou num hospital psiquiátrico, por exemplo -, há muito pouco que possamos fazer de modo criativo e livre. Não nos esqueçamos que as organizações “encomendam” um trabalho - e têm sua própria “ética”. O problema dos profissionais envolvidos, então, se torna o tédio, a mesmice, a repetição ou, como se diz na análise institucional - a reprodução. Reprodução de modelos pré-fabricados e muitas vezes próprios para realidades bastante diferentes daquela que vivemos aqui, no Brasil, em Minas, em cada cidade na qual trabalhamos. A “realidade” é sempre singular e conjuntural: o que funciona na Noruega pode ser um desastre no Vale do Jequitinhonha. Reprodução de um *modus operandi* consensual - que reproduz, inclusive, todas as falhas e injustiças sociais vigentes - que muitas vezes são tratadas com cientificidade. Muitos dos preconceitos humanos já tiveram, em algum tempo, explicações “científicas” (lembrem-se da homossexualidade enquadrada como uma psicopatologia nos manuais de classificação de doenças?).

Percebo, e constatei no artigo “10 anos de Psicologia na PMMG - construções e contribuições”¹, da Capitão-Psicóloga Maria de Fátima Andrade Chadid et alii, que este não é o caso de vocês, profissionais psicólogos da Polícia Militar de Minas Gerais: vocês sabem que não há um modelo a ser reeditado ou

¹ Os artigos mencionados foram publicados na “Revista de Psicologia - Saúde Mental e Segurança Pública”, volume I, nº 1 - janeiro-dezembro de 1997.

copiado. E, por isso, acho que vocês deveriam começar seus dias de trabalho ouvindo Alleluia! do “Messias” de Haendel, e soltando fogos de artifício, para comemorar a oportunidade de poder fazer um trabalho criativo, inovador.

O rigor ao qual vocês estão submetidos, por necessidade e tradição de uma organização como a da Polícia Militar de Minas Gerais - acima da qual 225 anos vos contemplam -, paradoxalmente propicia a segurança da qual necessitamos para ser criativos. Se me permitem a analogia, a coesão do grupo alcançada numa organização desse porte e com essa tradição oferece um suporte à não-integração necessária ao processo criativo. A não-integração, segundo Winnicott, é diferente da temida desintegração, mas com ela se assemelha e contra ela costumamos nos defender, se não temos apoio que nos garanta. Se, por falta de suporte, teimamos em erigir, constantemente, defesas contra a desintegração, fica impedida a pré-condição para o impulso criativo. Ficamos cerceados pelos limites impostos por uma realidade estanque e intolerante, que aceita mal as novidades. Ameaçados, nos paralisamos.

Do artigo já mencionado, cito: “Assim, a Psicologia [na PMMG] se apropria de um saber e de uma práxis que, aos poucos, vai se instituindo”. Este é o espírito da coisa: manter ativo o processo de institucionalização, movido pela força instituinte, única capaz de prover novidades e gerar transformações.

Podemos pensar a realidade como produto do interjogo de duas forças que compõem o processo de institucionalização: a instituinte, que inventa, descobre, cria e se plasma, se realiza, materializando coisas novas. Outra, o instituído - que preserva e conserva o que está feito, mas que se torna, com o passar do tempo, conservadora: quer manter o que foi criado a qualquer custo, mesmo depois da caducidade do que foi, outrora, revolucionário, mas já se desgastou, com a mudança da conjuntura, tendo achado seu ponto de decadência ou ineficiência.

Vai-se formando uma couraça institucional, parafraseando Reich. O instituído forma uma proteção mantenedora da ordem disposta, opondo-se ao surgimento de novidades que poderiam vir a representar sua destruição.

No caso de vocês, na Polícia Militar de Minas Gerais, houve uma inserção, se entendi bem, que teve início visando ao aprimoramento do processo seletivo e melhor qualificação dos candidatos admitidos. Em pouco tempo, as atividades profissionais foram se expandindo, achando outros caminhos: assistência psicológica prestada aos membros da corporação; assistência ambulatorial e clínica aos militares e dependentes; participação em equipes multidisciplinares.

E eu fico imaginando, num período de crise social franca como o que vivemos, com reflexos diretamente na área de atuação da PM, como não deve ficar ebuliente a cabeça de vocês, profissionais psicólogos!

Tal é a característica da ciência na qual nos especializamos: ser ampla, permitindo, com isto, um leque extenso de práticas. O psicólogo contribui na prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas psíquicos e/ou de desvios de comportamento; na educação, através de contribuições diretas e indiretas com os procedimentos pedagógicos - dos métodos de alfabetização ao tratamento de transtornos psicopedagógicos; nas empresas e nas indústrias, não só no processo de seleção, mas no perfil profissiográfico, na avaliação de desempenho, na racionalização do trabalho nas linhas de produção, na avaliação e aperfeiçoamento de equipes de trabalho.

Sem dúvida, a Psicologia inspirou muitas das revoluções culturais vividas no século XX: a relação pais e filhos, mestres e alunos; a revolução sexual e a liberalização da sexualidade; as técnicas modernas de educação e ensino. Ajudou mesmo a forjar o novo olhar que o ser humano lança sobre si mesmo, já não mais tão senhor de si, tão em controle de suas reações e comportamentos quanto se imaginava na fase racionalista, em que a consciência aparecia como soberana.

Vasto é seu campo, mas também imensas são as reações contrárias as suas propostas: por revelar nossa constituição psíquica - inclusive a sua parcela inconsciente; a Psicologia desperta resistências e rejeições (por motivos idênticos àqueles pelos quais o material recalçado é rejeitado e retirado da consciência).

Essas resistências se apresentam de diferentes formas: o descrédito da Psicologia como uma ciência - sob a forma de uma certa “incredulidade” naquilo que ela tem a dizer ou já disse; a desvalorização do profissional psicólogo, acusado muitas vezes de não ser “pragmático” - o que significa não ser capaz de resolver problemas rapidamente (almejam que consertemos, num piscar de olhos, coisas que levaram anos, décadas ou séculos para se formar e cristalizar...).

Uma outra forma de resistência é institucional: ocorre como uma “rejeição branca” ao profissional dentro de uma organização tradicional - não se sabe muito bem o que fazer com ele; o que esperar dele; o que demandar dele; o que ele pode ou deve fazer; e daí em diante... O pior na resistência institucional é o modo como ela afeta os profissionais, acachapando-os, desanimando-os, tornando-os inseguros em suas ações. Exemplos disto: nos hospitais psiquiátricos, nos meus tempos de estudante, estagiários de Psicologia eram colocados como amas-secas dos pacientes; nas escolas, confundem-nos muitas vezes com disciplinários (“olha, menino, que eu vou te mandar pro psicólogo!”); nas empresas podemos ficar como uma pedra no sapato - alguém que incomoda e está fora do devido lugar; nas corporações militares, me digam vocês, que aqui estão, para parafrasear o paciente de um colega, que quando este lhe perguntou: “e com que você associa tal elemento do seu sonho?”, respondeu: “Com nada. Associe você, que estudou para isso...”.

Fico contente de saber que está em andamento, entre vocês, um movimento auto-analítico, conforme pude notar no artigo “Filosofia de Recursos Humanos na PMMG: Crítica e Análise”² da Ten. Andrea Cury et alii. O artigo é um autêntico exercício de auto-análise, fala das expectativas, do clima organizacional, dos chavões que funcionam como verdadeiros analisadores (materiais privilegiados de interpretação).

Não se deve esperar que a organização resolva o que vocês farão. Uma organização muda através de forças desejantes - não importa de onde venham. As mudanças desejadas muitas vezes não podem ser definidas a priori - vão ser uma criação da potência coletiva. Estou falando sobre a potência - tanto individual, quanto grupal, ou coletiva. Potência é diferente de Poder - porque não se distribui respeitando hierarquias. É capacidade, senso de oportunidade, desejo de realização. Mudanças revolucionárias já aconteceram, e voltarão a acontecer, em muitos hospitais, escolas, empresas. Aqui não será diferente. Não adianta proceder de maneira planejada, seqüencial e ordenada - o acaso também tem um importante papel nas transformações, papel este que só será compreendido se a organização estiver num processo auto-analítico.

Podemos fazer coisas das quais nem mesmo nós somos capazes de suspeitar. Vamos fazer o quê? Deixar que os outros nos indiquem o caminho? Este caminho tem mesmo que ser feito ao caminhar.

Um psicólogo, numa organização como a POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, está num lugar privilegiado de análise, com acesso a dados interessantes, com possibilidades de ação profilática ou terapêutica muito diferentes da realidade de um consultório privado.

Os artigos que li surgem como analisadores da organização. Esta já é uma inserção não-prevista: que os psicólogos de um local de trabalho possam vir a discuti-lo, diagnosticá-lo e tratá-lo; que possam vir a sugerir mudanças profiláticas, ao mesmo tempo que participam e se afinam com as funções da organização, como a manutenção e restauração da ordem pública, por exemplo.

Estamos socialmente doentes. Alguém duvida disto? Qualquer pessoa com mais de trinta anos, hoje, se dá conta de ter assistido, ao vivo e em cores, ao esgarçamento do nosso tecido social. Os mais novos já foram criados em meio à crise social reinante: não é à toa que o índice de violência entre os jovens se elevou a patamares sem precedentes. Assassinatos, acidentes, roubos, tráfico, consumo de drogas - todas as modalidades de transgressão incluem um número elevado de jovens vítimas ou autores.

Senhores, de uma coisa eu tenho certeza: se o tecido social anda puído, desgastado, não há ninguém melhor que vocês para saber como e por que isto aconteceu, e o que pode ser feito para estancar e reverter o processo.

Parabéns a vocês pelo bom trabalho que têm realizado. Parabéns por saberem que é apenas um começo.

ÉTICA

Carlos Franco de Morais Feres
Capitão Psicólogo da PMMG

Ana Maria Fabrino Favato
Capitão Psicóloga da PMMG

Denise da Silva Barbosa
Tenente Psicóloga da PMMG

Cláudia Pedrosa Soares
Tenente Psicóloga da PMMG

Luciana Moreira Marcos
Tenente Psicóloga da PMMG

1 INTRODUÇÃO

A ética é um dos temas mais discutidos no mundo atual. Neste trabalho, nosso propósito é discutir a ética na perspectiva da dúvida, do questionamento sobre nossa prática e também procurar a interseção entre a ética da psicologia e da Instituição Militar. Não pretendemos esgotar o tema, mas apenas apresentá-lo como estímulo à reflexão.

Sempre que questões novas surgem ou questões mais antigas requerem um novo posicionamento, ou ainda, quando nos vemos diante de algum impasse, voltamos-nos para a discussão da ética. E de que ética falamos? O que é ética? Quando falamos de ética na Polícia Militar e ética na Psicologia, estamos falando da mesma coisa? Quando nos referimos a um comportamento ético, ele diz respeito ao cumprimento de regras e normas, ou se refere a um posicionamento particular diante de uma situação dada? Como saber se um comportamento é ético ou não?

No latim, a palavra grega *ethikós* adquire o significado de *morale* que diz respeito aos usos e costumes. Para Aristóteles, *éthos* assume uma dimensão não apenas relacionada aos costumes, mas também ao caráter, estando incluídos, desta forma, as virtudes e os vícios. Desde a sua origem, a ética apresenta essas duas dimensões fundamentais, uma relativa ao universal e outra ao particular.

O dicionário da língua portuguesa nos diz o seguinte:

- Moral: Relativa aos costumes. Conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada. Tenderia a uma abrangência no universal dos homens.

- Ética: Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.

- Deontologia: As concepções éticas deontológicas são aquelas em que se considera certos tipos de atos que são maus em si mesmos e, portanto, meios moralmente inaceitáveis para a busca de qualquer fim, inclusive de fins moralmente admiráveis, ou moralmente obrigatórios. São os tratados dos deveres, os códigos de ética.

De acordo com esta concepção, moral, deontologia e ética adquirem campos bem delimitados. No entanto, se formos avaliar o emprego da palavra ética em nossa linguagem, falamos em ética quando nos referimos aos costumes e aos valores, bem como ao nos referirmos ao código e, também, quando julgamos atos particulares.

E o que nos diz a filosofia? Atualmente, a Ética é considerada como reflexão sobre a moral. Na tradição filosófica, os termos ética e moral foram equivalentes por muito tempo. Mas eles guardam diferenças marcantes. Enquanto a moral é o conjunto de princípios que norteia a ação dos homens, chama-se ética a reflexão crítica sobre esses princípios. Se na moral, as respostas já estão dadas, já se encontram prontas, no plano da ética procura-se superar o senso comum, a resposta imediata, as afirmações irrefletidas. A ética coloca-se no espaço da filosofia, de um pensamento crítico que quer olhar com clareza, com abrangência, com profundidade os problemas que se colocam aos homens em sua vida. Ela busca a raiz da questão, a sua sustentação e consistência.

Em nossa pesquisa, nos deparamos com várias teorias éticas, da filosofia antiga com os pré-socráticos, os sofistas, passando por Sócrates, Platão e Aristóteles, à filosofia medieval com Agostinho e Tomás de Aquino, e ainda à filosofia moderna de René Descartes, ao empirismo de Locke e ao idealismo de Kant. Com receio de nos perdermos entre tantos pensadores e nos afastarmos dos objetivos do nosso trabalho, optamos por situar a ética em uma perspectiva evolutiva, apresentando a essência da ética no pensamento filosófico tradicional e na filosofia moderna, sem nos determos nas diversas concepções éticas.

A filosofia ocidental tradicional tinha como crença básica a existência de um “bem supremo”, um bem único para todos, que vai ser identificado de várias formas assim como os caminhos para alcançá-lo. A ética grega construiu-se a partir de reflexões sobre questões como: de que modo deve agir o homem para alcançar a felicidade? Que vida é mais plena e duradouramente satisfatória? Assim, os filósofos morais gregos criaram várias teorias éticas que tinham como fundamento básico a eudaimonía e a areté, respectivamente felicidade e virtude.

Para o cristianismo, o caminho possível para se alcançar o “bem supremo” seria pela ação segundo os preceitos da moral cristã. De acordo com a filosofia cristã, a moralidade consistiria numa condição básica para ocorrer a harmonia entre o homem imperfeito e a vontade de Deus.

A ética filosófica moderna introduz um novo posicionamento com a questão da autonomia, a partir do momento em que a crença na existência de um bem único para todos é questionada, como também os caminhos para alcançá-lo. Ou seja, a orientação para o agir baseada em uma fonte de autoridade transcendental e absoluta torna-se insuficiente para abarcar todas as situações. Levanta-se a questão de ser possível ainda hoje fundamentar religiosamente as normas morais (Lei Divina). Hoje há uma desorientação ética que resulta do declínio da fundamentação religiosa - os Dez Mandamentos ditados pela Lei de Deus nunca conseguiram ser cumpridos. É necessário buscar uma orientação prática na própria natureza humana.

Nesse pequeno percurso, percebemos que, atualmente, há a coexistência de várias concepções éticas e morais, ou seja, o fato de a ética filosófica instituir a questão da autonomia não faz com que os modos de agir baseados em fontes de autoridades estabelecidas, seja de acordo com valores absolutos, seja religiosos, deixem de existir. Uma concepção moral única não é suficiente, ela sempre permanecerá confrontada, em sua pretensão de fundamentação, com outras concepções.

O campo pertinente ao saber da Ética, tanto o político como o social e não só o filosófico, deve ser levado em conta para se compreender seu significado. Significado que é o reflexo da consciência coletiva de um período e que traduz a ideologia dominante em suas aquisições mais gerais e mais estáveis.

Ora, da perspectiva da produção dessa consciência coletiva, especialmente no campo epistemológico, ou ideológico, as verdades científicas mudam de acordo com certos paradigmas, que variam de época para época. Quando se produzem novos conceitos, estabelece-se ao mesmo tempo um modo diferenciado de recortar as coisas. Dentro de uma ideologia humanista, por exemplo, o recurso à moral é o caminho balizador. Uma concepção positivista, por outro lado, só se determinaria por uma teoria científica bem construída.

Se acompanharmos o pensamento ideológico do final do século passado, a revolução teórica provocada pelas idéias de Freud desbancou princípios hegemônicos de uma ideologia filosófica, psicológica e moral. Pôs em questão, através do conhecimento do inconsciente e de seus efeitos, uma certa idéia natural e espontânea do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência.

Essa idéia do homem como sujeito sustentado pela consciência é simplesmente a forma filosófica da ideologia que dominou a História durante séculos e que, embora hoje em dia não tenha a mesma força que antes, reina, ainda, em amplos setores da filosofia idealista e constitui a filosofia implícita na Psicologia e na Moral.

Tal ideologia do sujeito-consciente está presa à idéia de que o homem se define como sujeito-consciente de suas necessidades, sendo esse sujeito-de-necessidade o elemento último e constitutivo de toda sociedade.

É importante assinalar que essa categoria do sujeito consciente de si se encaixa perfeitamente na concepção da Moral e da Psicologia. É fácil compreender que a Moral tenha necessidade de um sujeito consciente de si, ou seja, responsável por seus atos, para que possa obrigá-lo, em consciência, a obedecer a normas cuja imposição pela força resulta menos econômica. Pela simples definição de sujeito moral (ou sujeito-de-seus-atos), é possível a cobrança de leis que não devem ser ignoradas. Também para a psicologia é indispensável a existência do sujeito da moral, do sujeito psicológico como objeto de estudo, dotado de unidade e de consciência, capaz da faculdade de síntese, de unificação da percepção e do conhecimento.

Freud, portanto, toca o ponto teoricamente mais sensível de todo o sistema da ideologia da época, introduzindo uma nova concepção ética que leva em conta, não mais as condições dadas pela consciência totalizante, unificadora, estável, mas o inconsciente. Introduz, portanto, a ordem do invisível, do imprevisível, da diferença, da divisão, de algo sem controle que escapa à consciência. Atesta que as normas da civilização, ou as leis da cultura, não são suficientes para controlar o ser humano.

Em seu texto “O mal-estar na civilização” (1929 - 1930), toma como fonte privilegiada do sofrimento a relação com os outros seres humanos. Para ele, a inclinação para a agressão, presente nos humanos em geral, constitui fator que perturba o relacionamento com o próximo, expondo a sociedade civilizada a uma permanente ameaça de desintegração. A civilização necessita de grandes esforços com a finalidade de estabelecer limites para a agressividade humana e manter suas manifestações sob controle através de formações psíquicas reativas. Mesmo assim, a lei se mostra insuficiente para refrear toda essa agressividade que o homem é potencialmente capaz de exercer sobre seu semelhante, escapando desde as manifestações brutais das guerras através da história, até expressões mais cautelosas e refinadas da agressividade com o outro.

Depois de Freud, Lacan preocupa-se especialmente com o tema da Ética em sua obra e caminha também por uma tentativa de reflexão sobre o poder da lei como função normativa, como única possibilidade de limitar a agressividade intrínseca do homem e sua vocação para o poder. Acrescenta que a gênese da dimensão moral não se enraíza em outro lugar senão no próprio desejo (Lacan, em *A Ética*). Portanto, a psicanálise coloca a dimensão de uma ética do inconsciente, de uma ética do desejo, de uma ética da subjetividade. Para a psicanálise, ser ético é tomar como vetor a subjetividade e não somente as normas. O

compromisso com as normas e a moral, sem dúvida, é importante, mas não é suficiente para a busca da qualidade de existência ou mesmo da felicidade. A felicidade está para a psicologia e para o pensamento que só leva em conta a consciência no sentido do bem-estar, ou seja, no alívio do sofrimento e no retorno do indivíduo ao meio social.

A psicanálise visará ao sujeito em sua singularidade, eis a sua ética. A felicidade como bem-estar, alívio do sofrimento, não consiste em seu objetivo básico. O objetivo da psicanálise é fazer com que ocorra a ascensão do sujeito a uma posição de desejante, no sentido de que essa decolagem é propiciadora do alívio da angústia.

Tendo situado os principais momentos pelos quais caminhou a ética, trata-se agora de definirmos onde nós, psicólogos e policiais militares, nos situamos. Pensamos que uma opção ética poderia ser a de tentar situar um pouco da história da psicologia, mesmo que de forma reduzida, e também percorrer, de modo simplificado, a evolução da Polícia Militar Mineira para pensarmos sobre seu posicionamento ético.

2 A ÉTICA NA PSICOLOGIA

A ética na psicologia vai se confundir com a própria história do seu desenvolvimento e com a evolução de suas propostas e técnicas.

Regina Helena de Freitas Campos¹ faz um percurso sobre a história da psicologia em Minas Gerais, baseada na história das idéias psicológicas no Brasil, propostas por Pessotti.

Segundo Regina Helena, no início do século XX é inaugurado, no Brasil, o ensino obrigatório da psicologia nos cursos normais e cria-se a Escola de Aperfeiçoamento de Professores do Estado, uma das primeiras instituições de nível superior na área da educação. Helena Antipoff é convidada, então, a lecionar psicologia educacional na Escola de Aperfeiçoamento e, em 1929, cria-se o laboratório de psicologia da escola, primeira instituição dedicada à pesquisa na área de psicologia em Minas.

Os temas estudados se referiam às tendências psicológicas das crianças locais, com testes utilizados nos E.U.A e Europa validados para a população mineira (estudo do desenvolvimento mental, idéias e interesses das crianças e condições psicossociais das escolas). O laboratório visava medir a capacidade intelectual das crianças para a formação de classes homogêneas.

A percepção da diferença entre classes sociais populares e privilegiadas resulta na criação da ortopedia mental, ou seja, fornecer uma educação compensatória para as classes sociais inferiores, com exercícios de psicomotricidade para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Na mesma linha de atuação, ocorre a criação da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, pela iniciativa de Helena Antipoff, cujo objetivo é o tratamento de excepcionais orgânicos e sociais, no sentido de diagnosticar, orientar e reeducar.

Em 1945, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), vinculado ao Instituto de Educação, substitui a Escola de Aperfeiçoamento. O objetivo do SOSP é orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para seleção de pessoal destinado à administração pública e organizações particulares. Era uma instituição de aplicação de testes e de formação dos psicotécnicos.

O psicotécnico era um profissional com conhecimento sobre a natureza humana, encarregado de adaptá-la a seu novo *habitat*, à sociedade urbana e industrial. O conceito de natureza humana era do indivíduo como peça da engrenagem social, sendo necessária uma melhor adaptação do indivíduo na sociedade.

¹ Regina Helena de Freitas Campos é psicóloga, PhD pela Universidade de Stanford (EUA) e professora de Mestrado em Psicologia da UFMG.

Em 1956, a Sociedade Mineira de Psicologia, liderada por H. Antipoff, tinha como objetivo a promoção da institucionalização da profissão do psicólogo na clínica e na escola e o incentivo ao desenvolvimento científico. As tarefas atribuídas ao psicólogo nessa época eram a ortofonia (reeducação e correção de dificuldades de linguagem), reeducação psicomotora, terapia ocupacional, reeducação escolar, psicologia clínica, psicotécnica, orientação profissional e correção da dislexia.

Nos primeiros cursos universitários de psicologia, em 1962, predominava a perspectiva técnica e corporativa. As tendências contra-hegemônicas consistiam nas abordagens estruturalista, psicanalista, psicologia transpessoal, social de orientação racionalista ou institucionalista e psicologia comunitária.

Nos cursos de psicologia, é dado privilégio às técnicas, devido ao predomínio da orientação positivista instrumental. Há quase a ausência da formação interdisciplinar, afastamento das ciências humanas e dos problemas socioculturais. Na década de 80, surgem iniciativas no sentido de superar essas limitações com a criação de disciplinas de psicologia comunitária, psicanálise, desenvolvimento socioanalítico e institucionalista, além de saúde pública.

De acordo com A. Badiou, a psicologia é um conjunto de técnicas que visa a uma adaptação ao meio social, e ainda nos diz que sua ética está no objetivo das técnicas utilizadas. Como técnica, a psicologia se desenvolveu no sentido de propiciar instrumentos para garantir o controle e a previsão do comportamento. Estudiosos denunciam que a psicologia como ciência passa a servir não ao homem, mas ao sistema que o explora, aliena-o de si mesmo e de seu trabalho. A preocupação maior é com a eficácia e não com a ética do trabalho com o ser humano.

O que quer o chefe ou o médico quando encaminham um funcionário para atendimento psicológico? O que a Instituição espera do psicólogo? Em geral, buscam a adequação do paciente e/ou a sua cura. Esperam do psicólogo uma intervenção ortopédica aos moldes do posicionamento da própria psicologia. Tal intervenção implica uma ética, assim como qualquer intervenção.

Concordamos com Lacan quando nos diz que não há clínica sem ética, ou ainda, toda prática clínica (médica, veterinária, psicoterápica) tem uma ética. Cada prática tem sua ética particular e ela vai apontar para as orientações e conseqüências dessa práxis. Há sempre uma direção e um efeito envolvidos com o qual o profissional se compromete, seja qual for a escolha da técnica utilizada (humanista, psicanalítica, existencialista, behaviorista). Consideramos pertinente perguntar, então, dentro das preferências individuais, onde cada um de nós psicólogos quer chegar com sua atuação, o efeito que quer obter de suas intervenções, seja em nível individual, seja organizacional.

Se observarmos a história da Psicologia, em Minas Gerais, como foi descrita acima, ou mesmo sua evolução histórica desde o estruturalismo, passando pela psicologia de William James, pelo funcionalismo, pelo behaviorismo, a psicologia dinâmica, a psicologia da Gestalt, até chegar à psicanálise, variaram as abordagens, teorias e escolas. Fragmentou-se o espaço epistemológico, sem coerência com relação ao objeto de estudo e o método de investigação e muitas “psicologias” apareceram, cada uma delas defendendo seu quinhão e negando às demais sua condição de ciência. Sacrificou-se, dessa maneira, sua condição de ciência do Homem.

Da psicologia marcada pelas intervenções ortopédicas, ou voltada para objetivos adaptativos e da consciência, ou ainda, respondendo do domínio da ciência, ou do amor, se ainda animada por uma teoria da pulsões conservadas na clínica do sujeito, podemos visualizar divergentes posturas éticas e teóricas. De qualquer uma dessas posições que respondemos, é ético não recuarmos diante das conseqüências e riscos que elas envolvem. Segurar o tranco de nossas propostas de trabalho, naquilo que elas acarretam de resultado, talvez seja nosso maior desafio ético, na medida em que custará bastante caro a sua recusa e a sua cegueira.

Pensamos, então, que uma reflexão ética passa por uma análise dos próprios atos, ou melhor, pela pergunta antes formulada sobre o que queremos com nossa prática e o que esperamos de nossa prática. Tal como os gregos, ainda buscamos a felicidade. Mas a psicologia deve se comprometer em propiciar a felicidade? Se assim for, ela estará respondendo pela moral e da perspectiva da consciência. Estará imbuída de regras técnicas padronizadas para suas ações e de seus pacientes, de conselhos e orientações, de noções de adaptação, felicidade e bem-estar, próprios de uma atuação que ignora o desejo.

3 A ÉTICA NA POLÍCIA MILITAR

O que orienta a Ética Policial-Militar são os valores morais. O conceito de moral está ligado ao que é certo, bom ou bem, contrapondo-se ao errado, ruim ou mal. Para falarmos no que é bom ou ruim, remontamos explicitamente ou implicitamente às tradições religiosas, a uma Lei Divina que fundamenta as normas morais.

Foi nessa Lei Divina que a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) se baseou para assentar os alicerces de sua ação de polícia. Na cartilha “Conheça sua PMMG”, de 1986, uma reflexão bíblica é buscada para exemplificar a ação de polícia. A perturbação da ordem do paraíso pela sedução de Eva, que induz Adão a comer do fruto proibido, é punida pela Lei de Deus, que estabelece a pena para a infração cometida: expulsão do Paraíso. Lei que estabelece sua ligação e dependência com a moralidade.

Lyons, citando Austin, diz que “Uma lei é um comando que obriga uma pessoa, ou as pessoas... As leis e outros comandos são procedentes de superiores, para amarrar ou obrigar os inferiores.”² As leis, portanto, são comandos coercivos, os quais podem ser sábios ou tolos, justos ou injustos. Austin mostra-se realista quando aponta que a lei pode promover segurança e incrementar a liberdade, mas também pode ser um instrumento de opressão, protegendo fraudes, inibindo a liberdade, e promovendo a escravidão.

Se tomarmos a história da PMMG, sua ação está edificada, desde os primórdios, num conjunto de leis que assegura a ordem pública e o aceitamento das normas do convívio social. Na época do Brasil Colônia, eram constantes os episódios de rebeldia contra a Coroa Portuguesa e as desordens provocadas pelos escravos fugitivos. A Polícia Militar é então criada para atender à Coroa na manutenção da ordem pública e defesa do território nacional.

Mais tarde, participou de vários eventos que marcaram a história do Brasil: Guerra do Paraguai, Combate ao Cangaço no Norte de Minas, Levante de 1924, Revolução de 1930, Revolução de 1932, Levantes de 1935 e 1937, Revolução de 1964, Guerrilha do Caparaó. Algumas de suas ações buscavam a defesa do “Estado Democrático Brasileiro” através de bandeiras de valores morais e espirituais que exterminassem a ideologia comunista.

As ações que caracterizavam a Polícia Militar da época eram eminentemente políticas. Há pouco mais de vinte anos é que recebeu o encargo de executar, com exclusividade, as atividades de polícia ostensiva e mais recentemente a de polícia comunitária.

A evolução histórica da Polícia Militar deixa claro sua destinação: militar e policial. Essas duas forças conservam o culto a valores morais como a honra, a coragem e o pundonor profissional, a integral dedicação ao serviço da Pátria. As crenças, atitudes e comportamentos incorporados à organização trazem em seu bojo posições morais na qual “o mundo interno da organização é o ideal e que ‘lá fora’ o que se tem é falta de seriedade, ociosidade, apatia, displicência e desordem.”³

² LYONS, David. *As regras morais e a ética*. Campinas: Papyrus, p.17, 1990.

³ NETO, Severo Augusto da Silva. *Cultura Organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais: uma visão diagnóstica*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, p.15, 1996. (Resumo. Monografia. Curso Superior de Polícia).

A busca desse ideal, ou de eficácia ilusória, é traço marcante da cultura das organizações policiais. Dentro do DOPM (Diretrizes Operacionais da Polícia Militar) n.º. 12/93 - Comando Geral - no capítulo destinado à Ética Policial-Militar, encontramos a imposição de conduta moral e profissional irrepreensíveis, o exercício da lealdade à família, ao cidadão, ao superior, ao subordinado, à própria Polícia Militar.

O policial “é aquele que age em nome da lei; que atua como se fosse a própria lei em ação, dando-lhe a eficácia necessária de modo a que ela seja observada, cumprida e respeitada. No seu agir, deve eximir-se de todas as condições e as considerações determinadas por seus desejos, paixões e interesses pessoais, bem assim reconhecer que as regras e princípios se impõem a si mesmos, tanto quanto aos outros homens.”⁴ Dentro dessa precisão e rigor, não cabe ao policial expressar-se de forma pessoal, diferenciada e particular, estando ele respaldado pela Ética Policial-Militar.

Um Código de Ética deve expressar, de um lado, a dinamicidade própria da liberdade, do risco e da criação e, de outro, mostrar um conjunto de ações ou comportamentos que seja representativo da realidade do dia-a-dia, com os quais o homem se põe diariamente em contato. Ele deve ter um caráter normativo, nunca punitivo. Não tem força legal, apenas força legítima. A PMMG possui um regulamento que contemplou a Ética Policial-Militar em seu estatuto como determinações com força de lei. Incluiu em sua ação ética um aspecto legal e punitivo ausente nos códigos.

Essa ligação entre lei e moralidade traz dúvidas que podem ser reforçadas pelo contraste entre a Ciência e a Ética. A Ciência lida com os fatos, os quais são objetivos e existem fora de nós, enquanto que a Ética se envolve com valores, os quais são subjetivos e existem em nós. Expressam nossos desejos, esperanças, vontades, atitudes e preferências. Eles representam a maneira que nós desejamos que o mundo seja, não o modo como ele é. No fundo, os valores são arbitrários.

O uso de um vocabulário comum pela lei e pela moral pode ser enganoso. As exigências da lei e da moralidade não são equivalentes. Os padrões morais são freqüentemente mais extensivos e mais exigentes do que aqueles estabelecidos pela lei. A moralidade pode requerer generosidade e compaixão, caridade e perdão, que vão além do alcance das exigências legais. Algumas das regras relevantes são legais porque são “válidas”, enquanto outras são morais porque são geralmente aceitas. Considerar a lei seriamente - reconhecer que ela estabelece exigências e proibições de comportamento - não é supor que o comportamento ilegal é errado ou mau, exceto aos olhos da lei.

Se temos uma ética com valor legal e punitivo, as ações profissionais estarão enquadradas dentro de um código muito mais penal do que de ética. Não é esse o caso do nosso RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar) que comporta enormes capítulos que tratam das transgressões e penas disciplinares? Considera-se transgressão disciplinar qualquer ofensa aos princípios de ética e do dever policial-militar. O regulamento, então, tenta abarcar todas as ações e fatos específicos relevantes que são considerados transgressões disciplinares para que a penalidade seja aplicada.

Mesmo reconhecendo o pressuposto de que a punição para ações erradas possa ser justificada, não podemos nos permitir parar por aqui. Nem todas as ações erradas são puníveis ou remediáveis, e é argumentável que a intervenção legal devesse ser limitada, pois a punição é uma ação custosa - não somente a imposição das penas, mas também o estabelecimento e a administração da maquinaria legal para o policiamento das infrações. Corremos o risco de punir injustamente. Talvez seja esse o problema ético maior por que sempre passa a Polícia Militar. Ela terá que se haver com os problemas advindos dos pressupostos radicais de suas concepções morais incrustadas em seu regulamento disciplinar.

⁴ CARRILHO, Antônio da Silva. *O policial-militar e a ética profissional*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, p.26. (Monografia: Curso Superior de Polícia).

4 CONCLUSÃO

Os impasses em que se encontra o planeta atualmente nos forçam a repensar o que representa melhorar a qualidade de vida individual e coletiva. Precisamos estar atentos às várias opções éticas que a cultura atual ou a modernidade nos impõe e nos exige na busca da satisfação plena, não para segui-las, mas para que nos posicionemos diante delas. Uma razão para freqüentes angústias é termos que responder eticamente aos apelos e demandas que a profissão, a sociedade e agora a Polícia Militar nos determinam.

A psicologia na Polícia Militar existe há tempos, contudo, com uma ação presente em diversas áreas, conta com apenas dez anos de existência. Até o momento, não havíamos debatido, formalmente, o tema da ética, embora ele sempre fosse motivo de preocupação, ocupando, inclusive, espaço em uma de nossas mesas na última jornada.

Estamos trabalhando no que tem sido um campo novo para nós, para a psicologia e para a Polícia Militar. Isso já nos coloca num impasse há muito vivido pela psicologia, com relação à sua posição a serviço muito mais de uma eficácia empresarial ou adaptação social do que do sujeito. Essa postura da psicologia sofreu críticas severas e resultou em novos posicionamentos. Acréscimos teóricos e muita discussão contribuíram para que a psicologia saísse dessa posição reacionária, normativa e estandardizada, para assumir a dimensão das diferenças, da subjetividade e do vir-a-ser humano.

Sabemos que não há um modo único nem absoluto do agir ético. É diante de uma situação determinada que definimos os modos de reação a ela. Agimos em função das conseqüências dos nossos atos, ou dos fins, da utilidade, ou do desejo dos mesmos. Nossa ação seria a resultante das tensões entre nossos valores próprios e dos valores inerentes à cultura na qual estamos inseridos.

Nossos julgamentos são expressos em forma de afetos, sentimentos de culpa, raiva, indignação. Julgamentos inevitáveis e inerentes à condição humana. O agir ético deve refletir esse outro lado das ações humanas, reconhecendo, ao mesmo tempo, a importância dos sentimentos no que eles têm de particular, de representar cada caso como um único caso, daí a impropriedade de um princípio geral para todos os casos. As normas devem balizar e não aprisionar as condutas.

A Ética Policial-Militar preconiza que o militar deve eximir-se de seus desejos a favor do cumprimento do dever. Como então conciliar uma ética que toca a subjetividade e outra que a não considera? Supondo a existência de um código de ética policial-militar, sustentado em um patrimônio de regras e leis, haveria a possibilidade de conciliar a lei com a manifestação da subjetividade? Quais seriam, portanto, os conflitos que enfrentaria a instituição e o contingente humano dessa corporação?

Esses questionamentos, longe de serem respondidos de imediato, sem uma discussão mais ampla e profunda, apontam para os problemas mais relevantes da nossa prática. Por isso mesmo, o momento é de estabelecer uma estratégia capaz de fornecer um novo modelo de relação pessoal dentro da corporação e entre esta e a comunidade. Modelo que precisa ser sustentado pelo exercício da crítica, pelo recurso de tomar distância da prática, para voltar a ela e reconduzi-la. Os homens que se inquietaram, que fizeram perguntas, que questionaram as condutas humanas, criaram espaço para a possibilidade de transformação ou, então, apenas para o aprofundamento e ampliação das ações sem necessariamente modificá-las.

Colaboradores*: 1º Ten. PM QOS Mônica Freitas Lage;

1º Ten. PM QOS Venézio Silveira Regly Júnior;

2º Ten. PM QOS Alessandra Cristina M. Cunha.

* Psicólogos da Polícia Militar de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Freud e Marx. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BADIOU, Alain. A respeito das verdades. **Jornal do Psicólogo**. Belo Horizonte: CRP-04, Gestão Psicodiversidade, n. 43, set/out, 1993.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. In: DRAWIN, Carlos Roberto *et al.* **Psicologia. Possíveis olhares outros fazeres**. Belo Horizonte: CRP-04 (MG/ES), ago./1992, p.13-63.
- CARDOSO, Edgar Eleutério. **Conheça a sua PMMG**. 2. ed. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1986.
- FILHO, Luís DE Marco. **História militar da PMMG**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1988.
- FREIRE, José Célio. A ética da psicologia centrada na pessoa. **Revista de Psicologia**. Ceará: v. 5, n.1, p.77-91, jan./jun./1987.
- GILES. **Introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: EPU. EDUSP, 1979.
- GOMES, Nelson Gonçalves e DIAS, Maria Clara (Org.) **Ética**. Programa de formação auditor-fiscal do tesouro nacional. Brasília: ESAF, Ministério da Fazenda, 1997.
- KATZ, Chaim Samuel. **Ética e psicanálise: uma introdução**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MEIRA, Yolanda Mourão. Eficácia e ética da psicanálise. *Anais do X Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise e III Fórum Brasileiro de Psicanálise*. Belo Horizonte: Círculo Brasileiro de Psicanálise, p. 58-63, set./1994.
- Regulamento Disciplinar da Polícia Militar R-116**. Belo Horizonte: Estado-Maior da PMMG, 1983.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e interdisciplinariedade. In: FAZENDA, Ivani C. C. (Org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995, p.121-136.
- ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.) **Na sombra da cidade**. Ensaios: subjetividade e urbanização. São Paulo: Escuta, 1995, p.141-170.
- SINGER, Peter (Org.) **Compendio de ética**. Madri: Alianza, 1995.
- SODRÉ, Hélio Soares da Luz. **Ética profissional**. Belo Horizonte: Academia de Polícia da PMMG, 1990 (Monografia, Curso Superior de Polícia).

DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

Eliana Rodrigues Pereira Mendes

Psicanalista

Assim Caminha a Humanidade

A Terra, tal como a conhecemos hoje, não foi dada gratuitamente aos homens. Ao contrário, desde o primeiro ser vivo que a povoou, até milhares de anos depois, todo um trabalho de construção (e eventuais desconstruções) tem sido feito.

Milhares de anos foram necessários para domesticar o cão que puxa o trenó e para dominar o fogo necessário para cozinhar os alimentos e nos defender do frio. Outros milênios foram necessários para lançar a flecha com um arco, concentrando o máximo empuxo num só ponto e num só momento. Há 10.000 anos, a mulher, pela primeira vez, trabalhou na agricultura e o homem experimentou o pastoreio. Na Mesopotâmia de 5.000 anos atrás, nasceram o eixo da roda, a astronomia, a matemática e a escritura. Esses progressos pareciam tão desconcertantes que Aristóteles, no primeiro livro da metafísica, sentenciou que tudo o que se podia imaginar para tornar mais cômoda a vida cotidiana das pessoas e satisfazer suas necessidades práticas já tinha sido descoberto. Portanto, nada restava senão dedicar-se de corpo e alma à elevação dos espíritos.

Com essa convicção e dotados de uma enorme quantidade de escravos, os gregos e os romanos, durante oito séculos de sua história, não fizeram progressos substanciais na ciência e na tecnologia.

A orientação teocrática que regeu as sociedades durante muitos séculos assegurou uma certa harmonia aos homens, já que a cada um era dado o seu destino e o seu lugar social, desde o nascimento, encarnando assim uma vontade divina.

Quando, na Idade Média, os escravos começaram a rarear, os nossos antepassados se lembraram das oportunidades oferecidas pela tecnologia e desfrutaram rapidamente das inovações. O moinho de água e de vento, o estribo e os arreios dos cavalos, a roca de fiar, a rotação das culturas agrícolas, os óculos, a pólvora, o relógio mecânico, a bússola e a imprensa permitiram substituir a força humana pela inorgânica e anteciparam a grande arrancada do pensamento que levaria ao iluminismo, ao progresso da ciência e à revolução industrial.

Foi no final do século XIV que Francis Bacon, filósofo inglês, prevendo o salto tecnológico que a humanidade estava para efetuar, inverteu o pensamento de Aristóteles e disse que tudo o que se podia fazer pela elevação do espírito já tinha sido feito pelos gregos e pelos romanos: nada restava senão dedicar-se à filosofia das obras, à aplicação do intelecto às coisas concretas, ao progresso da indústria para melhorar, finalmente, a vida prática do dia-a-dia.

A revolução industrial significou o conjunto de inovações tecnológicas que, substituindo a habilidade humana por máquinas e o esforço dos homens e animais por energia inanimada, torna possível a passagem do artesanato à manufatura, dando vida, assim, a uma economia moderna.

A sociedade industrial que daí nasceu utilizou a tecnologia mecânica, a vapor e elétrica, distribuindo progresso capilar em todos os campos do saber teórico e prático, artístico e científico. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a física foi revolucionada por Einstein, a psicanálise foi criada por Freud, a pintura foi transfigurada por Picasso, Schoenberg revolucionou a música, criando a música dodecafônica, Joyce recriou a literatura, Le Corbusier redimensionou a arquitetura.

Enquanto a sociedade rural levou 10.000 anos para gerar de seu seio a sociedade industrial, esta empregou só dois séculos para gerar um terceiro tipo de sistema, a sociedade pós-industrial, nossa contemporânea. Tal sociedade não só tende a aperfeiçoar o acervo de descobertas anteriores da história humana, mas a abrir novos campos. Assim, a biologia molecular, por exemplo, abriu caminho à engenharia genética e à produção farmacológica de moléculas. A informática se desmembrou em telemática, em trabalho por via digital, numa aventura de conquista do tempo e do espaço.

Em quatro décadas foram feitos mais progressos do que nos 40.000 anos precedentes. E diante de uma produção tecnológica tão rica e tumultuada (computadores, fax, laser, satélites, robôs, fibras óticas, novos remédios, máquinas interativas, transplantes de órgãos, clonagens) de novo, como no tempo de Aristóteles, há os que esperam que esse ritmo permaneça uniformemente acelerado, e os que, ao contrário, começaram a sentir que tudo já foi descoberto e só nos resta a missão de difundir as vantagens da nova era e nos dedicar, como no tempo dos gregos e dos romanos, ao progresso intelectual.

Temos assistido a um vertiginoso aumento da população e ainda a um aumento da duração da vida humana individual, o que torna imprevisível o quadro de expectativas para o futuro, trazendo novos desafios ao nosso tempo (como lidar com a velhice e com ócio por exemplo).

Em seu magnífico trabalho “O mal-estar na civilização”, Freud aponta que o sofrimento dos homens se deve, basicamente, a três grandes causas: a fragilidade do corpo humano, as ameaças da natureza e as vicissitudes nos relacionamentos com os outros.

As duas primeiras causas vêm tendo uma grande mudança em nossa época atual. As técnicas de retardar a velhice e a morte, a busca desenfreada da perfeição física transformam o homem num Deus “protético” que pode gerar a própria vida fora do corpo humano. Conquistas como o éter, a cortisona, a penicilina, a aspirina, a morfina, a clorpromazina, a vacina antipólio, a pílula anticoncepcional fazem aumentar a qualidade de vida, com maior lucidez mental, destreza do corpo e capacidade de produção. A natureza, por sua vez, tem sido domada de todas as formas possíveis, propiciando mais ócio e bem-estar ao corpo. A possibilidade das comunicações é infundável, com processadores de quinta e sexta geração, através de sistemas complexos de satélites e de avenidas de fibras óticas.

Mas, apesar de tudo isso, uma simples gripe ainda pode nos abater e os desastres da natureza teimam em acontecer.

A terceira causa de sofrimento mencionado por Freud, as relações entre os humanos, é a mais difícil de ser resolvida, atestando que o progresso nem sempre contribui verticalmente para a felicidade. A civilização, que é uma busca de ordenação desses relacionamentos humanos, ao mesmo tempo gera o mal-estar, ao reprimir as necessidades pulsionais de cada homem, pois, como diz Freud “a liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização”. Ela tem de ser duramente buscada.

As novas conquistas já estocadas na bagagem da humanidade exigirão uma reestruturação nos sistemas políticos, sociais e psicológicos, que ainda funcionam, muitas vezes, com os padrões da sociedade rural. Esse é um dos maiores desafios da contemporaneidade.

A estrutura de nossas personalidades, assim como a de nossas comunidades nacionais e internacionais, no dizer de Domenico de Masi, pensador italiano da atualidade, é expressão de um mundo tecnologicamente primitivo em relação ao atual e espelha o seu atraso. Na história das mentalidades, a cada mudança no tempo corresponde uma mudança também nas subjetividades.

Talvez seja mais fácil inventar o progresso do que administrá-lo, o que exige adequação às leis, à política e à estrutura social.

Entre as grandes forças que atuam na cultura contemporânea e que são agentes de mudança de subjetividades, destacamos três:

- a modificação do laço social em virtude da planetarização das políticas econômicas, em que as exigências do mercado e do lucro atuam como reguladores supremos da vida e do desejo de todos, sem distinguir qualquer faixa etária ou qualquer classe sócio-econômica;

- o avanço das ciências em relação ao saber e ao poder e seu acoplamento aos interesses comerciais, forçando o consumo de seus objetos para satisfazer as necessidades do sujeito;

- a perda dos grandes projetos coletivos, o que determina uma política de esvaziamento dos espaços públicos e privados, com uma conseqüente crise de valores e perda de sentido.

Dentro desses itens, cabem questões como o racismo, o fanatismo religioso dos fundamentalistas, as lutas fratricidas dos cismas nacionalistas, a exploração de minorias étnicas, a exploração de mulheres e crianças, a exploração dos pobres e despossuídos de maneira geral, e tantas outras feridas sociais que marcam nosso século.

Tudo isso é orquestrado por uma globalização cruel e elitizante, que favorece cada vez mais grupos de poder e deixa de atender ou mesmo concorre para a eliminação de comunidades inteiras de excluídos sociais, à margem do consumo de bens. Incapazes de se fazerem valer como sujeitos desejados e desejantes pela mídia e pelo mercado, estão fadados a não participarem das benesses geradas pelo progresso e pelo consumo, que os ignoram impunemente.

Vemos então a irrupção de uma violência sem limites, que é o resultado, segundo Hannah Arendt do declínio do poder como capacidade de agir em comum e de realizar trocas simbólicas. Nossa sociedade privilegia a relação com as coisas, em detrimento da relação com as pessoas.

Quanto mais objetos e implementos alguém possui, mais está ele qualificado no mundo das aparências e do espetáculo que a contemporaneidade vem gerando. As violências exercidas sobre os corpos dos semelhantes (alto número de homicídios, guerras, torturas, prisões) são, na opinião de Contardo Calligaris, psicanalista de nosso tempo, a caricatura da forma de poder pré-moderno (quando havia escravidão e servidão) e o efeito do fechamento das vias de acesso às formas de poder moderno (poder sobre os objetos). Onde não se viabiliza, socialmente, o exercício efetivo de um poder, temos um convite à violência.

No âmbito mais íntimo da família houve também mudanças incalculáveis.

A partir da revolução industrial é que homens e mulheres começaram a trazer dinheiro para casa. O lar não é mais um lugar de produção: não fazemos mais nosso pão, não plantamos os vegetais e frutas que nos alimentam. Ao invés disso, caçamos e buscamos comida nos supermercados. Somos mais nômades, já que migramos do trabalho para a casa, para a escola, para as casas de férias ou sítios, em qualquer oportunidade de um fim de semana ou feriado. As festas e comemorações religiosas não são mais celebradas e sim, substituídas pelo lazer. Os relacionamentos são vários: aos divórcios seguem-se novos casamentos, onde a esperança de uma realização diferente tenta suplantar a experiência vivida anteriormente

(embora nem sempre com êxito). Os filhos da mulher de hoje são poucos e a sexualidade feminina é cada vez mais dissociada da função procriativa. No entanto, já é abertamente tratada, sendo que as mulheres exigem mais orgasmos e não toleram os adultérios e a dupla moral masculina.

A mulher começa a ver que sua sexualidade não acaba com a idade, mas pode até melhorar quando os filhos crescem. A menopausa, antes uma tragédia anunciada, já é vivida sem maiores complicações. Os ideais de vida da mulher têm-se modificado muito em relação aos modelos passados.

Nos países industrializados, hoje se casa cada vez mais tarde e os casamentos são menos duradouros. Os filhos de casais divorciados já representam, muitas vezes, uma terça parte ou quase metade das salas de aula. Ao mesmo tempo, vêm-se também mais nascimentos extraconjugais ou as chamadas “produções independentes”, havendo um forte crescimento de famílias em que as funções de pai e de mãe concentram-se numa só pessoa - geralmente é a mulher, mãe solteira ou divorciada - quem assume a guarda e a manutenção dos filhos. Aos homens, no entanto, tem sido franqueada a tarefa de cuidar dos filhos também, ou exclusivamente, sem qualquer prejuízo da reputação de sua virilidade. A noção de filhos bastardos, desprezados em outras épocas, hoje perdeu muito de sua conotação pejorativa.

Nas sociedades avançadas, vários são os casais que escolhem não ter filhos - os “child-free”, ou casais “dink” - double income, no kids - salário duplo sem filhos. Ou até mesmo casais homossexuais com filhos, biológicos ou adotados e várias outras modalidades de relacionamentos.

Se o filho já não é a finalidade básica do casal, por outro lado, quando existe por opção, ele é mais do que nunca o objeto de um investimento afetivo reforçado. É o filho-indivíduo, e não tanto o herdeiro, o descendente, como nas famílias antigas. É o filho em si, e como são poucos, tendem a ser mais considerados e melhor cuidados.

A família da sociedade do século XIX era nuclear, heterossexual, monógama, patriarcal e tinha muitas missões, sendo a principal formar bons cidadãos e patriotas conscientes dos valores de suas tradições ancestrais. Mas essa família extremamente centrada na figura do homem, onde ele era o chefe, o gerente e à qual dava seu nome, sacrificava muito a mulher e os filhos, que lhe eram rigorosamente subordinados. A esposa era destinada às quatro paredes do lar e os filhos submetiam suas escolhas, tanto profissionais como amorosas, às necessidades familiares.

Hoje, a figura do pai tende a ser minimizada. O declínio da figura paterna se exterioriza nos bebês de proveta e nos bancos de esperma. O pai, como baluarte e chefe supremo, foi abandonado para que cada filho possa ser ele mesmo, escolhendo sua própria filosofia de vida e seu caminho profissional sem dever tantas explicações e compromissos aos familiares e antepassados.

Essa necessidade de libertação é mais premente nos que são ou foram muito dominados: os jovens e as crianças de um lado, e do outro as mulheres. Estas, principalmente, lutam para serem donas de seu corpo, de seu ventre, de seu sexo.

A família moderna tem dificuldade em transmitir seus valores, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou simbólicos. Aí se incluem fortuna, profissão, crença, saberes. Na era da informática, os filhos são mais capacitados do que seus pais no uso do computador, dos vídeos e de tudo que se refere à eletrônica, o que faz com que o papel de iniciadores da experiência e do saber dos pais seja questionado, alterando muito o relacionamento familiar, o que dificulta a idealização das figuras parentais.

As mudanças todas da família e especialmente do papel da mulher têm vantagens e desvantagens, como tudo mais. Como preço dessas mudanças, temos um maior número de separações, o que trouxe o aumento da solidão moral e material. Apesar de tudo, poucos querem que se volte para os modelos tradicionais da antiga família. Ainda assim, no nosso mundo há desejo e esperança de que os relacionamentos se firmem.

Até fatores de consolidação de fora para dentro, como a AIDS e a crise econômica fazem com que as pessoas pensem melhor nos seus papéis e compromissos.

Como diz a historiadora Michelle Perrot, a família é formada de nós e de ninho. A parte boa da família e da paternidade é ainda o desejo primordial de muitas pessoas, homens e mulheres. A casa ainda oferece proteção, aconchego, calor humano, constituindo-se no ninho de que fala a autora, e que se contrapõe às asperezas e dificuldades de um mundo lá fora cada vez mais perigoso e individualista.

O que se deveria buscar como possibilidade, e é nosso grande desafio, como indivíduos e profissionais, é a conciliação das vantagens da liberdade pessoal, onde cada um do seu lado - filhos, mãe, pai - possa ser uma pessoa única, valiosa por si mesma, sem ter que pagar com a perda de seus desejos e projetos pelo amor recebido na família. Em outras palavras: temos como meta afrouxar os nós das dificuldades e reforçar o ninho.

Se pudéssemos dizer assim, seriam famílias mais sujeitas ao afeto e ao desejo do que às regras. E os laços positivos teriam que se basear na solidariedade, na fraternidade, na ajuda mútua e no afeto compartilhado.

A humanidade espera com volúpia novas descobertas: substâncias para debelar definitivamente a dor, sistemas para acabar com o lixo radioativo, novas fontes de energia, técnicas adequadas para eliminar o barulho e a fome e reabsorver a poluição. Paralelamente, nunca tivemos tantas ferramentas para eliminar as quatro escravidões: da escassez, da tradição, do autoritarismo e do submetimento físico.

No entanto, em contraponto com todos os valores da arrancada industrial, todos centrados no empirismo, no racionalismo e no consumismo - traduzidos no imaginário da posse, do poder e da riqueza, emergem novos valores voltados mais para a criatividade, a estética, a ética, a confiança, a subjetividade, a feminilização, a afetividade, a desestruturação do tempo e do espaço, a qualidade de vida. Tudo isso exige, por sua vez, um novo tipo de bem-estar, a ser reinventado.

À falência do pai, temos que responder com o incremento dos laços fraternais de solidariedade e tolerância às diferenças. Às fratrias muito cabe fazer na ausência de uma figura de autoridade centralizadora e dominante. Assim caminha a humanidade.

Freud nos fala das lutas imemoriais entre as duas forças constitutivas do homem: as pulsões de vida e construção representadas por Eros, e as pulsões de morte e destruição, representadas por Thanatos. Cabe a nós, trabalhadores da saúde mental, ousar sustentar a posição do ser humano como livre e desejante. Este é o maior desafio atual, do qual não podemos escapular, e que, mais do que nunca, devemos enfrentar.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah - **Sobre a Violência** - *Rio de Janeiro*. Relume Dumará, 1994.

CALLIGARIS, Contardo - **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, 22 de setembro de 1996.

FREUD, Sigmund - **O Mal-Estar na Civilização**. Volume XXI - Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Imago Editora Ltda, 1974.

MASI, Domenico de - **Em busca do Ócio in Reflexões para o futuro**. Editado pela Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, 1995.

PERROT, Michelle - **O Nó e o Ninho in Reflexões para o Futuro** - editado pela Revista Veja. São Paulo, Ed. Abril, 1995.

DEPRESSÃO EM POLICIAIS MASCULINOS: Avaliação do perfil de usuários crônicos de bebida alcoólica na PMMG*

Eliene Lima de Souza
Tenente Psicóloga da PMMG

1 INTRODUÇÃO

1.1 Depressão: aspectos sociais, epidemiológicos e sua classificação na CID-10

Todo ser humano, em algum momento de sua vida, é chamado a lidar com experiências dolorosas, durante um tempo maior ou menor, as quais fazem parte do cotidiano de todos nós. Alguns lidam com isso através de atitudes positivas, com comportamentos considerados saudáveis; outros já manifestam seus conflitos de forma descompensada, excessivamente angustiada, muitas vezes desenvolvendo sintomas depressivos.

Ao falarmos de depressão, estamos diante de um dos quadros psicopatológicos mais preocupantes de nossos dias, uma vez que muitos estudiosos a consideram a “doença da atualidade”, atingindo cerca de 3% a 4% da população mundial. A justificativa dessa crença encontra respaldo na qualidade de vida das pessoas que, vivendo uma época de tanto individualismo, de tanta preocupação consigo mesmas, dificilmente cultivam tempo para se dedicar ao convívio social. Dessa forma, o afastamento caracteriza nossas relações, tornando-nos cada vez mais sós - mas acobertados pelo ilusório manto protetor da independência, que nos faz crer sermos livres, auto-suficientes e aptos a viver num certo nível de isolamento.

A Classificação Internacional de Doenças (CID-10), em seu capítulo que trata dos transtornos mentais e do comportamento, fala sobre os transtornos afetivos, dentre os quais podemos citar os episódios maníacos, os episódios depressivos e o transtorno afetivo bipolar, que é a variação cíclica entre episódios maníacos (euforia patológica) e depressivos. Além desses, cita também a ciclotimia e a distímia que são transtornos persistentes do humor, nos quais podemos observar, respectivamente, instabilidade de humor com numerosos períodos de depressão e elação leves e uma depressão crônica de humor muito duradoura, mas não chegando a preencher os critérios para transtorno depressivo. Diante de tais possibilidades de classificação, podemos concluir que nem sempre, quando estamos frente a frente a alguém muito angustiado, ou mesmo com variações afetivas constantes, podemos dizer que se trata de um quadro depressivo. As pessoas, em geral, por suas próprias características de personalidade, apresentam formas diferentes de lidar com eventos da vida, podendo, estas, serem ineficientes diante de acontecimentos que requerem certas habilidades das quais ela não dispõe.

De um modo geral, pensamos num quadro depressivo quando a pessoa apresenta pelo menos 5 (cinco) dos seguintes sintomas:

1. Humor deprimido a maior parte do dia, quase todos os dias, indicado por relato subjetivo (sente-se triste ou sozinho, chora muito). Em crianças ou adolescentes pode ser humor irritável.

2. Interesse ou prazer acentuadamente diminuídos em todas ou quase todas as atividades na maior parte do dia, quase todos os dias.

* Adaptado do trabalho monográfico apresentado ao término do Curso de Especialização em Saúde Pública realizado na Universidade de Ribeirão Preto.

3. Perda ou ganho de peso significativo sem estar de dieta (por ex. mais 5% do peso corporal em um mês).
4. Insônia ou hipersonia quase todos os dias.
5. Agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias.
6. Fadiga ou perda de energia quase todos os dias.
7. Sentimentos de inutilidade ou culpa excessivos quase todos os dias.
8. Diminuição da capacidade de pensar ou concentrar-se, ou indecisão quase todos os dias.
9. Pensamentos de morte recorrente, ideação suicida, tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio.
10. Os sintomas causam sofrimento intenso ou prejuízo na função social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.
11. Os sintomas não se devem a efeitos fisiológicos diretos de uma substância (drogas ou abuso de medicamentos) ou de uma outra doença (hipotireoidismo).

Estes sintomas devem estar presentes ao longo de duas semanas e o tratamento poderá ser através de medicamentos, psicoterapia, e em casos extremos, com risco de vida para o paciente, torna-se aconselhável a hospitalização.

Com relação aos fatores epidemiológicos, podemos enumerar alguns aspectos considerados importantes ao estabelecermos estudos de predisposição à depressão. Desta forma, variáveis como sexo, idade, raça, estado civil, nível social e religião já foram parâmetros de investigação em diversas pesquisas sobre esse tema, trazendo as seguintes conclusões: referente ao sexo, estudos oriundos de todos os países são unânimes em revelar a preponderância do sexo feminino, numa proporção de 2 para 1 nos transtornos depressivos unipolares. As razões, embora desconhecidas, podem incluir estressores variados como parto, papel social da mulher, desamparo e efeitos hormonais; quanto ao fator idade, a frequência da depressão varia pouco, contudo no homem essa frequência aumentará a partir dos 50 anos, enquanto que nas mulheres a taxa de depressão é mais elevada entre as mais jovens; de um modo geral, as pessoas divorciadas ou separadas apresentam um risco depressivo mais elevado que as pessoas casadas da mesma faixa etária ou que aquelas que nunca se casaram. As mulheres casadas têm uma taxa mais elevada que os homens casados da mesma idade e as mulheres viúvas ou solteiras têm um risco depressivo menor que os homens nessas mesmas condições; no que diz respeito à raça, não há prevalência dos transtornos de humor e quanto à religião parece não haver ligação com a predisposição à depressão.

Outra abordagem importante, com relação a fatores predisponentes à patologia em questão, é aquela que inclui a influência de neurotransmissores cerebrais nos distúrbios de humor. Acredita-se, por exemplo, que a depressão seja resultado de um “excesso” de comunicação entre as células do cérebro, ou seja, essa doença está ligada à comunicação entre um grupo grande demais de células cerebrais.

O neurotransmissor Serotonina pode ser uma das chaves para entender como as ligações entre neurônios, que ocorrem no interior do cérebro, se traduzem em ações e emoções humanas. Um dos focos de estudos nesta área é entender a razão da demora na obtenção de resultados com o uso de antidepressivos, em média 10 dias a 2 semanas. Isso ocorre porque os receptores não reagem imediatamente ao aumento de Serotonina e a depressão seria, então, o resultado de uma hipersensibilidade dos neurotransmissores. Assim, neurotransmissores menos sensíveis, mais lentos, significariam o fim da depressão.

1.2 Depressão, alcoolismo e suas implicações na carreira policial-militar

A PMMG, há vários anos, vem preocupando-se com os níveis de alcoolismo e suicídio entre os componentes da Corporação, em virtude de possuir, em suas fileiras, uma amostra significativa desses quadros clínicos, em relação à população geral.

Naturalmente, não podemos desconsiderar a natureza da atividade das polícias militares que colocam seus homens constantemente em risco de vida ou de retirar a vida de outrem, fator que gera um alto nível de estresse, podendo levar ao transcurso de uma patologia mais grave.

As organizações militares, como um todo, caracterizam-se pela exigência acirrada da disciplina e obediência à hierarquia. Contudo, sabemos que aspectos pessoais e estrutura de personalidade são determinantes do comportamento de cada um, inclusive da escolha profissional. Ao fazer sua opção pela carreira militar, o sujeito passa a se expor a diversas exigências internas e externas à Corporação, a iniciar-se pelo próprio concurso para ingresso que lhe exige total higidez física e perfil psicológico adequado. Após selecionado, o futuro policial passa por um período de formação, durante o qual terá treinamento físico, passará por várias matérias curriculares incluindo disciplinas na área policial, militar e humanas. Durante o período de curso, os alunos passam por jornadas policiais e exercícios militares básicos, que visam prepará-los ao máximo para enfrentar as exigências da comunidade e a criminalidade crescente.

Associados todos estes fatores com as já citadas características de personalidade, os desafios constantes da profissão e o pouco reconhecimento que se tem por parte da comunidade, estamos diante de um ambiente bastante propício às depressões.

Entretanto, a estrutura cultural a que estamos sujeitos socialmente nos faz ver com estranheza quando um homem, principalmente um policial militar, que é o responsável por garantir a ordem pública e a integridade das pessoas, sente-se inútil ou indeciso, chora, apresenta baixo tônus vital, ou qualquer outro sintoma da depressão. Essa representação seria quase uma incoerência se comparada à imagem idealizada do profissional de segurança pública, do qual a comunidade almeja estar sempre em condições de solucionar problemas, muitas vezes deixando de lado os seus próprios.

De outra forma, a bebida alcoólica, uma substância que inicialmente relaxa e descontraí, podendo provocar em alguns até a sensação de aumento de poder, vem encaixar-se como uma luva, respondendo à angústia desse profissional que normalmente é tão tenso. Talvez esse fator explique a grande incidência de alcoolismo entre militares, e foi exatamente essa a justificativa para a pesquisa realizada, cujo objetivo foi investigar se há, por detrás desta questão, um meio de mascarar sintomas depressivos, tendo em vista as dificuldades que nossa cultura impõe quanto à manifestação da afetividade masculina. Não raro, observamos, também, que tais dificuldades estendem-se ainda às questões de saúde física e mental, provocando um silêncio maior entre os homens quanto aos seus sintomas, inclusive quanto às suas angústias, suas frustrações, seus conflitos de um modo geral.

2 OBJETIVOS

A partir da observação da incidência de alcoolismo na PMMG, principalmente dos casos atendidos pela autora deste trabalho, no 4º Batalhão de Polícia Militar, em Uberaba, surgiu o interesse em estudar um pouco mais sobre a relação entre estas duas patologias: a depressão, considerada como patologia psiquiátrica importante na atualidade, e a dependência química pelo álcool, uma das maiores preocupações clínicas atuais nas Polícias Militares.

Surgiram, então, os seguintes objetivos:

2.1 Geral

Avaliar a existência de depressão entre os policiais masculinos pertencentes à PMMG, que fazem uso imoderado de bebida alcoólica.

2.2 Específicos

Caracterizar o grupo amostral segundo as seguintes variáveis:

- Localidade de trabalho (capital ou interior);
- Estado civil: casado, solteiro, amasiado ou separado;
- Idade;
- Nível de Escolaridade;
- Tempo de serviço;
- Posição hierárquica;
- Número de filhos;
- Tempo de exposição à bebida alcoólica.

3 MATERIAL E MÉTODO

Para observação das questões propostas, foram entrevistados 75 (setenta e cinco) policiais militares do sexo masculino, em diversos batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais, na capital e no interior, cuja dependência química às bebidas alcoólicas já haviam sido constatadas anteriormente pelas pessoas de seu convívio direto, tanto no trabalho quanto na vida particular.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o “Inventário de Depressão de Beck” (BDI), em sua forma reduzida, que é uma escala planejada para ajudar a estabelecer a existência de depressão e para fornecer um guia de sua gravidade. Trata-se de um questionário auto-aplicável, no qual são apresentados 13 grupos de declarações, cada um apresentando 4 afirmativas distintas, valoradas de 0 a 3 escores, de acordo com o nível crescente de equivalência aos sintomas depressivos. Os indivíduos selecionados para amostra foram solicitados a escolher, dentre os grupos de declarações apresentados, uma afirmativa que melhor descrevesse como se sentiam naquele momento particular.

A interpretação é feita através da avaliação do número de escores obtidos, e uma vez que o escore máximo para cada item é 3, a maior valoração para a escala inteira é 39, que seria também o grau máximo de depressão mensurável neste instrumento. Assim, uma variação de escores de 0 a 4 indica-nos a existência de um grau mínimo de depressão ou a sua inexistência; de 5 a 7 indica-nos traços de uma depressão suave; de 8 a 15, traços de depressão moderada e acima de 16 indica-nos a existência de depressão grave.

Embora sendo um instrumento auto-explicativo, com vistas à confiabilidade dos dados houve o monitoramento do seu preenchimento pelos psicólogos das Unidades escolhidas para a pesquisa. Os dados foram colhidos em 30 (trinta) dias, também sendo entrevistados os médicos das Unidades às quais pertencem os militares da amostra sobre o procedimento deles frente a casos de alcoolismo, além do próprio psicólogo entrevistador que preencheu um questionário sobre sua experiência profissional com pacientes alcoolistas. Tanto a entrevista com o médico, como com o psicólogo, foram utilizadas para acrescentar o conteúdo bibliográfico, não tendo sido tabuladas as respostas obtidas.

4 ANÁLISE DOS DADOS E CONCLUSÃO

A depressão como doença, como síndrome, como sintoma, está intimamente ligada a fatores biológicos constitucionais, segundo os modernos estudos de psiquiatria biológica. Também sabemos hoje que ela está ligada intimamente aos fatores socioculturais, como tipo de cultura, sociedade mais desenvolvida e menos desenvolvida, meio ecológico em que vive, estilo de vida, forma de educação, família, ligação com o grupo, etc. Para a compreensão do fenômeno da depressão no ser humano, é preciso, portanto, que ela seja vista e estudada da única maneira que se pode ver e estudar qualquer doença no homem, isto é, em todas as suas dimensões biopsicossociais.

A maior parte dos estudos epidemiológicos sobre depressão confirmam o que a prática clínica deixa pressentir, ou seja, sua preponderância no sexo feminino, onde os estados depressivos são duas vezes mais freqüentes que no masculino. Alguns invocam causas de erros possíveis para explicar sua constatação estatística, como a predominância feminina no consumo de medicamentos, a maior longevidade das mulheres, a verbalização de sintomas depressivos mais difícil para o homem que neles pode ver um comprometimento da sua virilidade, o alcoolismo e os comportamentos anti-sociais, mais freqüentes nos homens, os quais podem mascarar uma sintomatologia depressiva.

Em termos diagnósticos, tanto o DSM-III como o DSM-III-R explicitamente encorajavam múltiplos diagnósticos. Pesquisadores da Universidade de Washington, por outro lado, diferenciaram doenças primárias e secundárias com base na hipótese de que o curso da doença primária seria determinante do prognóstico a longo prazo. Os novos critérios diagnósticos da Associação Psiquiátrica Americana - DSM-IV - incluem um novo diagnóstico de “Substance-induced Mood disorder”, definido pela etiologia, para facilitar o diagnóstico diferencial, definindo assim a alteração do humor secundária ao abuso de uma substância psicoativa. Na prática clínica, o (a) paciente apresenta-se para consulta com sintomas depressivos associados ao uso excessivo de álcool e uma decisão diagnóstica torna-se necessária. Entretanto, ao se falar de diagnóstico e tratamento, é importante tentarmos definir se estamos diante de um deprimido que faz uso de bebida alcoólica como tentativa de lidar com seus conflitos ou se estamos diante de um quadro depressivo causado pela ingestão excessiva dessa substância.

Para o dependente de álcool que se apresenta com sintomas depressivos, uma abstinência inicial por um período de 2 ou 3 semanas pode ser suficiente para reverter os sintomas depressivos significativamente, sem necessidade de tratamento farmacológico para a depressão. O início imediato de antidepressivos pode trazer conseqüências adversas se o paciente tiver uma recaída. Ao mesmo tempo, outros estudos têm demonstrado que o paciente dependente do álcool que esteja deprimido tem maior probabilidade de envolver-se com mortes violentas, acidentais ou suicídios do que aqueles dependentes sem depressão, constituindo um fator de relevância no seguimento imediato destes pacientes. Por outro lado, pacientes primariamente deprimidos provavelmente se beneficiam de tratamento farmacológico, embora seu consumo de álcool também deva ser controlado.

Outro ângulo pelo qual podemos analisar a questão do vício, não só em bebida alcoólica como em qualquer substância química, é através da própria química do cérebro. A psiquiatra Nora Volkow, do Laboratório Nacional Brookhaven, em Nova York, acredita que a dopamina - substância produzida naturalmente pelo corpo e que faz parte de um grupo de neurotransmissores - esteja ligada ao vício e à dependência, pois além de estar associada ao controle do movimento, da percepção e da motivação, está ligada à sensação de prazer e euforia. Da mesma forma que o ato sexual pode levar ao êxtase, algumas drogas também aumentariam, momentaneamente, a liberação de dopamina pelos neurônios. Livre, a dopamina causaria a sensação de euforia típica do uso da droga. Assim, os dependentes químicos passariam a ajustar o seu comportamento com o objetivo de incorporar as sensações prazerosas ao dia-a-dia. Nora Volkow também defende a idéia de que problemas genéticos possam levar à produção de maior ou menor quantidade

de dopamina que o “normal”, por exemplo; estes indivíduos seriam, então, mais propensos a apresentar problemas comportamentais e, em conseqüência, se tornar viciados em substâncias químicas.

Independentemente da corrente teórica através da qual possamos analisar a questão do uso abusivo de substâncias químicas, é importante não desconsiderar a relação do indivíduo dependente com o meio social, com as pessoas de seu convívio e também não desconsiderar as patologias que podem surgir a partir do vício ou que podem ficar mascaradas através dele. Partindo destas premissas, a investigação sobre a depressão e sua relação com a dependência de bebidas alcoólicas que serão discutidas a seguir, possibilitou-nos traçar um perfil do grupo de policiais inseridos na amostra, a partir dos objetivos estabelecidos para a pesquisa.

a. Quanto ao objetivo geral, que foi avaliar a existência de depressão entre os policiais masculinos pertencentes à PMMG que fazem uso imoderado de bebida alcoólica, concluiu-se que dos 75 policiais entrevistados, 53 apresentaram sintomas depressivos, classificados nos seguintes níveis:

- 17 policiais com sintomas de depressão suave;
- 21 policiais com sintomas de depressão moderada;
- 15 policiais com sintomas de depressão grave.

b. Quanto aos objetivos específicos, o grupo amostral no qual se observou presença de traços depressivos, caracterizou-se como um grupo com as seguintes peculiaridades: a grande maioria da amostra - 84,8% - pertence aos batalhões do interior; são predominantemente casados; tratam-se de policiais, em sua maioria, com idades variando entre 36 e 40 anos, porém também havendo entrevistados com sintomas depressivos já na idade de 22 anos; a maioria possui apenas o 1º grau completo; o tempo de serviço varia entre 16 e 20 anos; são predominantemente soldados e cabos, cujo número de filhos varia apenas entre 1 ou 2 filhos e a exposição ao vício se dá há um tempo superior a 10 anos.

Ao elencarmos as variáveis citadas nos objetivos específicos, o que se buscava observar, em relação à localidade de trabalho, capital ou interior, era se os policiais que atuam na capital seriam mais predisponentes à depressão, tendo em vista a poluição e a vida agitada dos grandes centros. Entretanto, tal afirmativa não foi respaldada no grupo investigado, apontando-nos que também nas cidades do interior a atividade pode expor o indivíduo a tal patologia, ou seja, a localidade de trabalho não é determinante do acometimento de depressões entre os policiais-militares entrevistados. Quanto ao estado civil, nossa proposta era correlacionar o que afirma a pesquisa bibliográfica quanto à predisposição dos indivíduos divorciados para desenvolver tal patologia, com a realidade do grupo entrevistado. Contudo, a predominância de traços depressivos, nesse grupo específico, ocorreu entre os policiais casados, contrariando, portanto, o que diz a literatura. Em relação aos fatores idade e tempo de serviço na Corporação, a proposta era no sentido de averiguar se os traços depressivos tenderiam a aumentar com o avanço da idade ou em relação ao aumento do tempo de serviços prestados. Contudo, observou-se que, como afirma a pesquisa bibliográfica, a frequência da depressão varia pouco com a idade e, ainda, quanto ao número de anos trabalhados; verifica-se que também entre aqueles que não apresentam traços depressivos, embora também sejam usuários de bebida alcoólica, o tempo de serviço atinge a faixa dos 11 aos 20 anos, um tempo bastante aproximado ao daqueles que apresentaram traços da patologia. Quanto ao grau de instrução, o que se buscou observar é se os policiais predisponentes à depressão possuíam baixo nível de instrução. Entretanto, também aqueles que não apresentaram sintomas caracterizaram-se pelo mesmo nível de escolaridade, invalidando, portanto, a hipótese inicial quanto a essa variável. Em relação à posição hierárquica, dado o número de postos e graduações existentes nas organizações militares, esperava-se que os postos mais baixos na carreira, quais sejam os soldados e cabos, fossem os mais predisponentes a desenvolver transtornos afetivos. Também aqui o resultado foi idêntico entre aqueles que apresentaram e os que não apresentaram traços depressivos.

Baseado nas dificuldades sócio-econômicas enfrentadas pelos policiais de um modo geral, à época da realização da pesquisa, foi proposto que o número crescente de filhos influenciaria na sintomatologia depressiva. Entretanto, o que foi observado quanto ao número de filhos predominante entre os entrevistados que apresentam os sintomas, leva-nos a concluir que a predisposição para a depressão, nesse grupo amostral, não sugere relação direta com famílias numerosas. Por fim, quanto ao tempo de exposição ao vício, esperava-se que quanto maior fosse a exposição, maior a tendência a apresentar sintomas depressivos, o que não foi confirmado, haja vista que tanto aqueles que apresentaram sintomas quanto os assintomáticos declararam, predominantemente, que eram usuários da bebida alcoólica havia mais de 10 anos.

Comparando os dados que nos apontam o perfil dos policiais que apresentaram traços depressivos com os dados obtidos entre os policiais que não apresentaram esses traços, e ainda correlacionando-os com a pesquisa bibliográfica, constatamos que, embora confirmando a hipótese de que realmente existem sintomas depressivos mascarados em 70,66% da amostra, essa ocorrência não está relacionada diretamente às variáveis apontadas. Entretanto, o fato de haver se confirmado o objetivo geral da pesquisa já nos sinaliza algum caminho através do qual os trabalhos de recuperação de usuários de bebida alcoólica podem ser direcionados. Independentemente dos fatores que estejam influenciando esta opção de vida, o que podemos constatar é que a subjetividade das patologias, neste caso as patologias afetivas, não podem ser desconsideradas, uma vez que aponta para a direção do desejo do sujeito e sua forma de relacionar-se consigo mesmo e com os demais à sua volta.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, João Carlos. A química do vício. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 de Maio de 1997. Caderno Ciência, p.16.

BRAGA, Paulo Henrique. Molécula Cerebral pode explicar distúrbios humanos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1997. Caderno Ciência, p.13.

MACKINNON, Roger A.; YODOFSKY, Stuart C. **A Avaliação psiquiátrica na prática clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

MENDELS, Joseph. **Conceitos de Depressão**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Editora Ltda, 1972.

MONTEIRO, Maristela G. Comorbidade entre dependência do álcool e depressão. **Revista Informação Psiquiátrica**, RJ, vol. 13, n. 4, p. 143/144, 1994.

NARDI, Antônio Egídio. Ansiedade: definição, relação com depressão. Proposta para um modelo integrador. **Jornal Brasileiro de psiquiatria**, RJ, vol. 35, n. 6, p. 375/381, 1986.

NUBER, Úrsula. **O que é Depressão**. 9ª. ed. São Paulo: Ed. Pensamento Ltda, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, Genebra. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas; transtornos do humor. Porto Alegre, 1993.

ROUILLON, Frederic. Epidemiologia da Depressão: Abordagem Descritiva e Analítica. **Rev. Temas - Teoria e Prática do Psiquiatra**, São Paulo, vol. 18, n. 34/35, p. 5/29, 1988.

SILVA, Jorge Alberto Costa. Acontecimentos da Vida e Depressão. **Revista Informação Psiquiátrica**, RJ, vol. 9, n. 2, p. 99/103, 1990.

SILVA, Jorge Alberto Costa. Depressão e Meio Ambiente. **Revista Arquivo Brasileiro de Medicina**, RJ, vol. 64, n. 2, p. 99/108, abr./1990.

A CLÍNICA NA INSTITUIÇÃO PM

Ana Maria Fabrino Favato

Capitão Psicóloga da PMMG

Abordar aspectos da clínica numa instituição traz sempre questões e indagações sobre sua eficácia e possibilidade. Perguntas próprias de uma prática a ser construída sempre permearão o trabalho da Psicologia, ainda mais quando não se está em consultório particular.

Na instituição, no mínimo, dois campos se descortinam, trazendo cada um em seu bojo todo tipo de demônios. São dois campos interrelacionados que existem lado a lado, com discursos próprios e que formam um contraponto necessário para evitar que cada um se feche sobre si mesmo. Um desses campos - e eu não conseguiria dizer qual se estabelece primeiro, já que ambos, a meu ver, se constituem simultaneamente - é o campo da clínica do um a um. Digamos que para este teríamos um certo manejo e um certo saber, mesmo reconhecendo o quão difícil ele é. O outro é o campo coletivo, ou seja, o campo da instituição propriamente dito, e aí estamos integralmente sem rumo, sem um timoneiro que nos guie, pelo menos a princípio, até que a própria referência da clínica nos oriente.

Não podemos nos furtar, tanto na clínica particular como na clínica institucional, de unir a nosso horizonte as transformações de nossa época e de acompanhar as mudanças nas formas de constituição do sujeito. No caso da clínica institucional, cabe-nos, ainda, ficarmos atentos ao tipo de laço social estabelecido dentro da instituição, à cultura organizacional e à maneira como essa cultura incide sobre o sujeito institucionalizado.

Na sociedade de hoje, esta da democracia moderna, da tecnologia avançada, do capitalismo selvagem, da globalização perversa, do liberalismo econômico e sexual, que sujeito se nos apresenta?

Temos um sujeito impaciente, que quer respostas imediatas, que tem infinitas possibilidades de escolha, que reivindica liberdade sexual, que consome vorazmente tudo que pode ser objeto de felicidade, que quer ter à mão tantos quantos forem os canais de TV a cabo e o acesso ilimitado na Internet, que está à espera das inovações tecnológicas, que busca prazer sem nenhum referencial que regule seus impulsos e que vai à forra, na tentativa de recuperar o que perdeu, posto que deseja ter cada vez mais, que deseja sempre acumular, acumular e acumular. Saber que sujeito é esse é extremamente importante para a clínica particular, já que é sob os efeitos nefastos desse tipo de imposição e política que a pessoa vai construindo seus sintomas na tentativa de responder ao que é demandado pela sociedade.

E no caso da instituição, especialmente a Polícia Militar, o que é que ela exige de seus integrantes? Qual a sua política? Que sujeito é o sujeito militar?

Para chegar a essas respostas, a primeira coisa a se pensar, a meu ver, é sobre a especificidade da instituição pública. Como diferenciar suas diretrizes e seu produto dos de uma empresa privada? Sabemos que há diferenças.

Os empresários são motivados pela busca do lucro; os homens públicos se orientam pelo desejo de reconhecimento ou de serem eleitos. As empresas recebem dos clientes, consumidores de seu produto, a maior parte dos seus recursos; as estatais são custeadas pelos contribuintes. As empresas normalmente trabalham em regime de competição; os governos usam habitualmente o sistema de monopólio e aqui podemos

compreender o porquê da PM tomar para si muito do que poderia ser da alçada de outros setores. “Governo não gosta de concorrência”, diz uma frase estampada em uma camiseta.

Essas diferenças recaem no que de mais significativo encontramos no seio das instituições públicas e que funcionam como um agulhão: elas não buscam o lucro, o acúmulo de capital em moeda, e, sim, o *capital social*, ou seja, aquilo que a torna confiável perante a sociedade. O *capital social* não depende das normas da atividade econômica, depende da cultura da instituição, da tradição herdada de seus ancestrais, de suas doutrinas, ética e costumes. Uma greve no setor automobilístico, por exemplo, incidirá diretamente no bolso do empresário. Uma greve no setor público, por outro lado, recairá na *performance* da instituição, colocando à prova sua confiabilidade e eficiência. Não foi isso o que aconteceu na greve da PM deflagrada em 97? Ela feriu o que possui valor máximo para a Polícia Militar, sua hierarquia, seus valores e tradições.

Não é em vão que a PM busca primar, a todo custo, por suas tradições. O produto a ser lançado na sociedade pela PM deve ser um policial íntegro, ilibado, que dignifique a corporação e que atenda bem a comunidade. A farda representa todo esse capital cultural e esta não deve ser jamais maculada.

Por conseguinte, essa imposição, que é fonte de prazer para o militar, também é motivo de sofrimento. O empresário torna-se escravo do lucro e do mercado de capitais e a PM escrava de suas doutrinas. A farda torna-se às vezes um fardo difícil de carregar. Quantos de nós já não ouvimos em nossa clínica, na PM, a fala de policiais dizendo não estarem conseguindo, em determinado momento, vestirem suas fardas? Ou de se queixarem por estarem totalmente submetidos às doutrinas militares? O amor, seja à farda ou à Polícia Militar, está, inevitavelmente, acompanhado de idealizações e como todo ideal é inconsistente e ilusório, cedo ou tarde ele se desfaz.

A concepção que cada policial-militar terá de sua Polícia, dependerá da especificidade da unidade em que estará lotado. A Academia de Polícia Militar, por exemplo, por ser o lugar de formação do cadete, tem um modo bem próprio de exercer a atividade de polícia. Sendo uma unidade Escola, os cadetes recebem treinamento operacional, mas com cunho eminentemente militar. Cíveis e policiais de unidades operacionais e administrativas são recrutados em todo o estado de Minas Gerais e em outros estados da federação e cada um traz sua bagagem e seu conhecimento sobre o modo de “ser e de fazer” polícia.

Retrato agora a experiência de atendimento realizada na Academia de Polícia Militar (APM). Um militar que, à época, estava no 2º ano do CFO procurou atendimento. Veio espontaneamente dizendo estar desmotivado com o curso e decepcionado com a Polícia. Relata gostar muito da profissão, mas apenas de seu lado policial e não do militar. Percebe os avanços e transformações por que passa a PM, mas tem medo de se tornar um coronel retrógrado, que vive apenas de experiências do passado e que só consegue dizer as verdades ou tomar atitudes inovadoras quando está na reserva.

Esse cadete se diz assustado ao ver colegas e oficiais inteiramente submissos a idéias e doutrinas que um dia recusaram e, em sua fala, revela o receio de que seja pego na mesma armadilha, ou seja, que perca a capacidade crítica, que passe “por uma lavagem cerebral” e comece a pensar como todos os outros, que fique preso, única e exclusivamente, ao regulamento disciplinar e que não consiga se realizar. Ele antevê o mecanismo de dominação cega e vive, portanto, um conflito interno em sua recusa aos aspectos doutrinários da PM.

Nem sempre são esses os motivos de demanda para atendimento na clínica psicológica, todavia, trouxe esse exemplo para apresentar como é esse sujeito institucionalizado e o laço a que está submetido.

Diria que esse sujeito institucionalizado é submisso, identificado aos ideais institucionais, ditado pelo seu comandante, ordenado por um mestre, fascinado pelo líder. Diria, também, que dessa servidão voluntária sofre igualmente o sujeito não institucionalizado, pois todos nós vivemos sob a ordem de algum

imperativo, ou que nos faz comprar sem nem mesmo precisar, amar mesmo sem querer, ouvir sem perceber, olhar sem resistir.

Na formação dos grupos artificiais como, por exemplo, os dos militares e dos religiosos, posto que é necessário força extrema para manter a união de seus integrantes, o líder representa aquele que centraliza as idéias, os desejos e as vontades de todos.

A primeira coisa que pensamos de alguém que entra para a PM ou para a Igreja é que escolheu uma profissão em que se entregará de corpo e alma e que fatalmente irá sofrer. O sofrimento estaria na forma mediante a qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil, voluntariamente ou não, para fugir do desamparo. Freud ressalta que o laço emocional nesses grupos é tão intenso que provoca alterações e limitações na personalidade de seus integrantes. Será necessário controle máximo, uma ordem ou mandamento para evitar alterações em sua estrutura e qualquer tentativa de desarticulação ou abandono terá como efeito punições e perseguições. Não é exatamente sobre essa servidão e alienação ao outro de que nos fala o cadete? O que, então, a clínica poderá fazer se essa condição é inevitável? Se ela é inevitável na PM e é também na estrutura humana.

Penso que não adiantaria ficarmos condoídos pela condição do militar, primeiro porque tal qual ele, estamos submetidos às mesmas imposições e, segundo, porque não estaríamos ajudando em seu atendimento. Ao adotarmos atitudes rancorosas ou de críticas à PM em favor do militar, e vice-versa, estaremos atribuindo conceitos morais, apontando falhas e ocupando um lugar de saber sobre o que está certo ou errado e, além disso, estaremos impedindo que cada um faça seu questionamento acerca de sua submissão ao outro, seja ele um colega, um professor, um namorado ou a instituição.

No caso apresentado acima, por exemplo, a condução das entrevistas, que foram apenas duas, foi no sentido de questioná-lo sobre sua dependência da fala de superiores, sua submissão ao que faziam, sua sujeição à postura de colegas sem descanso e, principalmente, sobre a certeza de sua própria servidão no futuro.

O que o fazia pensar que ele estaria, fatalmente, condenado à alienação à doutrina militar? Essa foi, basicamente, a pergunta feita durante as entrevistas. Por mais que saibamos o quanto a PM facilita essa entrega, também acreditamos que algo particular da pessoa a faz acreditar nessa previsão. Mesmo que não se saiba a resposta de imediato, a pergunta pode lançá-lo a outros questionamentos e situações.

De qualquer forma, o cadete retrata, com clareza, aspectos da vida institucional, especialmente a da APM. Nos fenômenos de grupo ou em instituições, quaisquer que sejam, há uma operação de enlaçamento de todos a uma política de cumplicidade, de corporativismo, de “espírito de corpo”, com o envolvimento da pessoa numa engrenagem própria do funcionamento das massas. Essa cumplicidade torna-se um alívio para o conflito neurótico, porque não se está sozinho nessa operação. “Faz parte da vida militar” é a frase dita por muitos policiais ao se reportarem às formas de tratamento e relações conflituosas entre superiores e subordinados.

Alguns podem se angustiar e procurar atendimento psicológico para fugir desse conflito. É um problema do qual nós, psicólogos, não estamos isentos, podendo ocorrer, de nossa parte, uma certa parceria inconsciente nessa montagem grupal que é problemática por natureza. Precisamos estar dentro e fora para podermos assessorar com imparcialidade.

Somos convocados a dar pareceres, solicitados em atividades da Unidade, chamados para as reuniões semanais etc. O vínculo extraído desse procedimento é fundamental para a conservação e preservação dos preceitos institucionais. Cabe a nós ficarmos atentos aos laços estabelecidos e atuar de forma a não sermos totalmente absorvidos, o que não significa que devemos adotar atitudes de depreciação.

Se somos convocados a falar e autorizados a dizer, que o façamos com cuidado. Esse é também o procedimento na clínica do um a um.

Muitas vezes ficamos angustiados pelo que nosso paciente traz, ou seja, tomamos para nós o sofrimento que deveria estar com ele. Assim aliviemos a angústia de quem nos procura. Todavia, ficamos com uma batata quente nas mãos e com a responsabilidade de resolver o padecimento do outro. A instituição ocupa o lugar desse paciente que bate à nossa porta, e nós podemos nos angustiar ou não com problemas que ela causa. Melhor será que ela própria se responsabilize pelo que provoca e que assuma sua culpa. Nós é que não podemos absorver esse encargo.

Gostaria de abordar, agora, um outro aspecto da clínica institucional que muito me faz pensar - os atendimentos em número pequeno de sessões.

O atendimento psicológico, independente do tempo que tenha para realizá-lo, pois sabemos que em instituições acontece em três, duas ou até uma sessão, deve buscar os motivos que levam a pessoa a dirigir sua fala ao psicólogo. Toda demanda deve ser acolhida e trabalhada a cada sessão, mesmo que seja única. Vários fatores, que podem ser institucionais ou pessoais, podem contribuir para o enxugamento do número de sessões, mas é na clínica institucional que penso haver uma redução ainda maior.

A clínica exercida na Academia não traz a marca da “urgência”, ou seja, da urgência psiquiátrica ou subjetiva, em que o sujeito está prestes a uma passagem ao ato. No entanto, algo deve ser feito como maior habilidade e agilidade se sabemos que não teremos um número dilatado de entrevistas preliminares para a configuração do diagnóstico e condução do tratamento.

Uma única sessão pode bastar para questionar o sujeito sobre sua posição diante daquilo que o determina. Se cada sessão funciona como um processo de análise com início, meio e fim, que seja em um único encontro a possibilidade de que isso aconteça. Não podemos, por outro lado, nos precipitar demais e impedir toda e qualquer interpretação dada pelo próprio sujeito sobre seu sintoma. Se damos respostas e interpretações de cara, podemos impossibilitar o retorno da pessoa ao consultório.

Esse manejo é difícil, ainda mais quando o paciente nos pede insistentemente uma solução para sua angústia e traz um desejo urgente de se ver livre do sintoma. Ele pode encontrar respostas para as quais ainda não está preparado, seja por conta própria, seja pela precipitação do psicólogo.

Fracassos e insucessos ocorrem em qualquer clínica, mas, às vezes, o que especifica a clínica dentro de uma instituição é a interferência de uma série de fatores que nos fazem pensar na impossibilidade da condução dos tratamentos. Outros parâmetros, além dos da clínica particular, serão a referência para a clínica institucional.

O próprio lugar de proteção ou socorro a que a clínica de psicologia está atrelada, com o significativo “assistência” fazendo parte de sua denominação, é um entrave. A cobertura assistencial tomada como garantia de abrigo, de auxílio, de ajuda, alimenta a possibilidade de acolhimento ideal e fantasioso. Temos aí a assistência gratuita oferecendo vantagens à manutenção do sintoma.

É realmente responsabilidade do Estado oferecer condições de assistência à saúde a seus servidores, mas isso implica que a instituição e o psicólogo, por consequência, ocupem o lugar idealizado de “Pai e Mãe de Muita Gente”, o que desobrigará a pessoa assistida a considerar-se responsável por ações que lhe são próprias e a fará esperar do psicólogo uma conduta que a inocente.

REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. **Perversão - Laço Social?** Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

COUREL, Raúl. **Psicoanálisis en el campo del goce.** Buenos Aires: Manancial, 1994

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise de eu. **ESB.** Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1976.

GOLDENBERG, Ricardo (Org.) **Goza! Capitalismo, globalização, psicanálise.** Salvador: Ágalma, 1997.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo.** Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: Comunicação, 1997.

TRABALHANDO O VAZIO

Rosana Scarponi Pinto

Capitão Psicóloga da PMMG

Trabalhar com o alcoolismo é topar constantemente com o vazio. Vazio de prática, de clínica, de Outro.

Como trabalhar o vazio sem tentar preenchê-lo, sem ficar paralisada por ele, ou fugir, tomando **uma**, outra ou **qualquer** alternativa para solucionar essa carência?

A sensação que muitos pacientes nos trazem é dessa trajetória feita de circulação por inúmeros encaminhamentos, em que à própria dificuldade de inserção no tratamento soma-se a de encontrar um atendimento que se constitua numa referência para eles.

As recaídas de ânimo daqueles que se propõem a trabalhar com esse problema são fundamentadas numa clínica árdua e de trabalho incessante.

Falando dos impasses no tratamento, podemos começar pela falta de uma demanda explícita por parte dos pacientes, em sua grande maioria, que não reconhecem a parceria doentia que estabelecem com o álcool.

Essa demanda acontece de forma indireta. É a família que chega, o chefe ou colegas de trabalho que pedem alguma intervenção, por verem esgotadas todas as possibilidades de mobilizar o sujeito.

Os encontros com os pacientes, quando o conseguimos, são marcados pela pobreza de associações e pela aderência às vivências com o álcool, numa repetição monótona dos mesmos fatos e denotando uma divisão em que a ironia, o riso e a exaltação acerca de si mesmos e da vida se misturam com a dor e a tristeza dos momentos de maior introspecção.

Falando do pouco dizer dos alcoolistas, lembramos que os atos “roubam” a cena com frequência, estando a sua história dos mesmos marcada por episódios de agressividade e até mesmo violência, voltados contra si mesmos, quando se acreditam acudados e sem saída ou endereçados àqueles que eles julgam terem-lhe causado mal, não os compreendido e os abandonado.

O próprio corpo do alcoolista estampa a dificuldade de simbolização, pelas marcas, pelos maus tratos, exalando o excesso, a destruição, o gozo. Em geral, é apenas pelo confronto com um corpo depauperado e com a iminência de paralisação ou morte, em que se pode esboçar um pedido de socorro, de limite e talvez uma demanda de tratamento.

Entretanto, de impossibilidade em impossibilidade e de aprendizado em aprendizado, um trabalho tem sido construído e algumas repetições tanto em nível do sujeito, quanto da empresa têm sido quebradas.

Nessa trajetória, o atendimento em grupo tem sido importante. Diante da apatia ou do silêncio, sempre há aquele que inicia; diante do falar por falar, há aquele que corta e retoma; diante do desânimo, há alguém que aponta alguma melhora. Há troca e acredito que, fundamentalmente, há **construção**.

Bem pouco a pouco tem havido um movimento no sentido de abandonarem a indiferença e desejarem mudança, cada um à sua medida, no modo de lidarem com as frustrações, atuações, isolamento, repetições, deparando-se essencialmente com a diferença entre viver sóbrios e alcoolizados.

Quando abstinentes, falam da estranheza com relação a si mesmos, dos pesadelos que paralisam, das mudanças na estrutura familiar, enfim, de como se vêem diante de uma outra face própria, que precisam conhecer e trabalhar e principalmente do peso da realidade que sentem como imenso.

Assim falando, vão se questionando, construindo um saber e fazendo uma passagem, que é a de pôr em palavras o que antes era só sensação, corpo e gozo.

Se há a semelhança que possibilita a troca no grupo, é importante que, ao mesmo tempo, cada um percorra seu caminho e construa sua proposta pessoal diante do seu problema. Há ainda aqueles que não conseguem nenhuma mudança significativa, casos nos quais em que nos deparamos com uma impossibilidade de intervenção.

O lugar do psicólogo tem sido cada vez menos ativo, porque o grupo tem crescido, dando passos, apesar das recaídas, com relação ao seu **querer** e se posicionando frente aos estigmas e preconceitos, tentando uma nomeação própria que não passe apenas pelo alcoolismo.

Nesse tempo de tentativas com o trabalho de dependência, percebo que alguns pontos foram se afirmando como prioritários. Se é fundamental que o paciente saiba que cabe apenas a ele a decisão pela possibilidade do “tratamento”, acredito que é importante **acolher**. É necessário **esperar**, acompanhando os esboços de demanda, as recaídas, as internações e as reflexões sobre a nova crise.

Talvez só assim uma transferência favorável, um vínculo, possa ser construído e criada alguma possibilidade de que de solução o álcool passe a ser um enigma, um sintoma que leve o sujeito a querer conhecer e trabalhar o vazio que a bebida visa preencher.

REFERÊNCIAS

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

NOGUEIRA, Cristina Sandra Pinelli. **Questões sobre o tratamento possível na toxicomania e alcoolismo**. Almanaque de psicanálise e saúde mental. Belo Horizonte, nº 4. p. 13-14, abr./2000.

PACHECO, Lilany Vieira. **A presença do toxicômano na contemporaneidade**: um apelo ao corpo. Agenda EBP-MG e IPSM-MG. Belo Horizonte. p. 16-19. mai./2000.

O POLICIAL MILITAR E A VIOLÊNCIA: de agente a vítima

Marcelo Augusto Resende

Tenente Psicólogo da PMMG

Belinda Inês Sabino Cavazza

Tenente Psicóloga da PMMG

No Brasil, os meios de comunicação constantemente divulgam manchetes envolvendo policiais militares com crimes violentos, imorais e hediondos:

“policiais seqüestram e matam menino de 8 anos”,

“roubo de jóias em agência bancária”,

“quadrilha de 30 policiais é responsável por assaltos a bancos e assassinatos”,

“polícia bandida”,

“sargento da PM estupra, mata a tiros e queima o corpo de estudante”,

“capitão é acusado de comandar um desmanche de caminhões”,

“denunciaram a PM e foram mortos”,

“quadrilhas uniformizadas”,

“eletricista é torturado por policiais”.

A filmagem de um cinegrafista amador em 1996, em Diadema, São Paulo, revela um episódio estarrecedor, quando, numa batida policial, uma equipe de agentes agride os moradores sem justificativas e culmina por matar uma pessoa pelas costas.

O Instituto Vox Populi, em pesquisa feita à revista Veja (agosto/99), sobre a opinião da população em relação à polícia, teve como resultado que 64% dos entrevistados relatam que as primeiras palavras que vêm à cabeça quando pensam em polícia se referem a sensações negativas como medo.

A sociedade fica amedrontada e desconfiada frente aos agentes de segurança, não sabendo se recorrem ou não a eles nos momentos de necessidade. No entanto, é preciso salientar que a grande maioria de policiais é constituída de gente honesta, responsável e cumpridora de seus deveres, com determinação e moderação. Os abusos são cometidos por uma pequena parcela de policiais e devem ser devidamente analisados para posterior tomada de decisões pertinentes: punição, exclusão, tratamento e/ou prevenção.

As ouvidorias de polícia foram implantadas em alguns estados para receberem e apurarem denúncias, reclamações, críticas ou elogios às atividades policiais, civis e militares, de qualquer pessoa,

inclusive de integrantes dessas mesmas organizações. Segundo a revista *Veja* (agosto/99), no seu artigo “Polícia Bandida”, o número de denúncias por mês é alarmante, já tendo chegado ao montante de 3.000. Na Ouvidoria de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, a realidade quanto ao número de denúncias é significativamente menor em relação ao divulgado. De setembro de 1998 a julho de 1999, em quase um ano de funcionamento, foram recebidas 551 denúncias, sendo 370 contra a Polícia Militar (efetivo de 41 mil integrantes) e 181 contra a Polícia Civil (efetivo de 9 mil integrantes). O próprio ouvidor, o advogado José Roberto Rezende, declara que:

A Polícia tem o interesse de demonstrar lisura, transparência e, sobretudo, o de firmar a convicção externa de que o fenômeno não é generalizado e nem tão gigantesco como se deixa transparecer nos noticiários, pródigos na exploração de notícias que “vendem”, como o são as matérias sobre violência, corrupção e escândalos em setores públicos.

Harvey Goldstein, diretor dos serviços de psicologia junto ao Departamento de Polícia de Prince George, Maryland/USA, relata que: “é importante tentar levar os profissionais da comunicação a compreenderem o que é ser policial. Quando cobrem um tiroteio, fazem com que pareça que o policial se divertiu. Jamais encontrei um que tivesse gostado de matar alguém, não importam as circunstâncias.”

Nosso objetivo neste trabalho é fazer uma reflexão sobre a violência e o policial militar, pontuando que a imagem do policial violento, freqüentemente veiculada pela mídia e generalizada pela população, nem sempre corresponde à realidade. Além disto, muitas vezes, é o próprio policial a vítima, em função de sua própria especificidade profissional.

Ser policial-militar é estar sujeito a uma série de variáveis que comprometem e prejudicam sua integridade física, moral e emocional. Na sua prática, pode enfrentar situações de violência extrema a si e aos companheiros, inclusive correndo risco de vida. Tem de estar sempre alerta e em prontidão, pois a imprevisibilidade é característica deste serviço, podendo ser chamado a atuar em qualquer hora do dia ou da noite. Além disto, é constantemente cobrado pelos superiores, subordinados e população em geral; tem de seguir os preceitos ditados pela instituição através de uma disciplina rigorosa; sua conduta deve ser sempre ilibada (inclusive fora do expediente) e deve manter controle adequado sobre as situações, sabendo que sua atuação pode ser mais ostensiva, repressiva ou preventiva, dependendo do caso.

Por ser um agente de segurança, responsável pela ordem pública, freqüentemente tem que tomar atitudes coercitivas que desagradam aos contraventores, que passam a vê-lo como estraga-prazeres, discriminando-o. O uso da farda e do armamento identifica o policial, que se torna um alvo visado e sujeito à troca de tiros. Em rebeliões, quando não eliminados, são tomados como reféns e viram escudos humanos de bandidos. Durante as greves, colocam-se frente à multidão enfurecida, sendo submetidos a diversos tipos de agressão: socos, pontapés, pedradas, tiros, pauladas e ofensas entre outros. No cumprimento do dever, pode ser marcado e ameaçado de vingança. Em Minas, um militar responsável pela prisão de um marginal teve a esposa brutalmente violentada em casa, quando o preso fugiu da penitenciária.

Em algumas regiões do país, a situação financeira precária de boa parte dos militares impõe condições de vida desfavoráveis. Na escolha da moradia, por exemplo, acabam tendo que dividir espaço com vizinhos marginais, estando sob ameaça constante destes. Endividados, alguns ficam tentados a receber propinas ou favores, quando não mergulham na criminalidade.

O curso de formação do militar é um aprendizado que exige muita dedicação, perseverança e mudanças de atitude. Novas regras, condutas e valores serão assimilados. O candidato, após exaustivos e minuciosos exames de seleção, ingressa numa instituição onde a cultura organizacional é bem diferente daquilo que até então fora vivenciado. Chega à Unidade trazendo uma série de ideais quanto à nova profissão. Aos 18-19 anos de idade, esses jovens querem ser reconhecidos como fortes, viris, detentores do poder e

da lei. Muitos querem ajudar a população, combater o crime e promover a segurança. Outros querem se tornar invencíveis. Algumas instituições mais militarizadas incutem nos alunos a imagem do super-homem, capaz de fazer e acontecer sem se abalar. Podemos citar como exemplo um jargão conhecido: “O policial é superior ao tempo e deve estar sempre em condições de”. No entanto, ao mesmo tempo em que tudo pode, há o reverso no nada pode: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, “O superior nunca erra, ele sempre tem razão”, “Você calado já está errado” e “Nunca dê uma idéia, a vítima pode ser você”.

Christophe Dejours (1987), em seu livro *A Loucura do Trabalho*, descreve que:

...a organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora.

A conduta do policial é regida pelo Regulamento Policial Militar (RDPM) que com seus direitos e deveres estabelece os parâmetros a serem seguidos por todos os militares. No entanto, quando o relacionamento entre superiores e subordinados foge ao prescrito e é marcado pela desconsideração e abuso de autoridade, deturpa os ditames da hierarquia e disciplina, criando arestas e conflitos que impedem uma maior reciprocidade entre os militares, além de castas e facções dentro da própria instituição. Alguns relatos sugerem a falta de apoio e as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia: “frustração de fazer o serviço 100% e virar um João Ninguém”, “um telefonema me tirou de lá, nem fizeram sindicância”, “a própria PM não deu apoio”, “explica mas não justifica”. Uma vez que o policial é maltratado, subjugado e violentado em seus princípios, pode repetir o modelo vivenciado na prestação de seus serviços.

O relacionamento entre policiais de mesma graduação ou patente também pode ser comprometido pela constante disputa e competição interna frente às promoções e vantagens auferidas (local de trabalho, função, escala de serviço, etc.), alimentando sentimentos de inveja, vingança, discriminação e perseguição.

Ao ingressar nesse meio, a pessoa que antes era conhecida pelo nome familiar, agora é chamada e identificada por um nome de guerra e um número de polícia. São os rituais de entrada tão comuns nesse tipo de instituição, onde a pessoa torna-se membro de um grupo, passa a viver em sua função, distanciando-se de sua individualidade e ficando entorpecido pelos comandos de seus superiores e pela cultura militar. Em casos extremos, o ser pensante transforma-se em agente executor, onde cabe à chefia o poder de decisão. Emocionalmente torna-se submisso e frio, apegando-se aos companheiros de farda e distanciando-se de seus contatos familiares, afetivos e sociais. Muitos desses casos afloram na época de reforma ou exclusão, quando o militar de tão identificado (colado) à instituição, não é capaz de ser outra coisa na vida, além de policial.

Outro fator que pode comprometer o trabalho policial em diversas PM do país é a precariedade de seu apoio logístico, pela degradação do patrimônio e a carência de recursos financeiros. Diante das ocorrências, o policial sente-se impotente e abandonado, devido aos meios inadequados para debelar a criminalidade: viatura quebrada, falta de pessoal treinado, armamento ultrapassado, meios de comunicação falhos etc.

A profissão de policial, em função de suas peculiaridades, é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a segunda profissão mais estressante, só perdendo para a de mineiro.

O sociólogo Émile Durkheim, no seu estudo sobre grupos militares, descreve como características desta organização: o espírito de corpo, a vigilância constante e a acentuada exigência de submissão e passividade, que dificulta a expressão da individualidade, promovendo a impessoalidade e a tendência a atos de auto-agressão.

A frustração, a desilusão e as contrariedades sofridas neste meio podem minar as resistências e os ideais do sujeito, comprometendo sua auto-estima e provocando descontrole emocional, elevados níveis de estresse e sofrimento mental. Nesta situação, o militar está propenso a desvios de conduta (homicídios, roubos, insubordinação), somatizações, nervosismo, alcoolismo, depressão e suicídio.

A incidência de suicídio em instituições militares é significativamente mais elevada em relação à população geral. Segundo a revista *Veja* (agosto/99), a taxa de suicídio entre os PMs do Brasil é sete vezes maior do que entre os não policiais, e acrescenta: “policiais fazem parte de uma população muito especial, mais sujeita à violência do que qualquer grupo social”, diz o pesquisador Túlio Kahn, responsável pelos estudos sobre criminalidade feitos pela ONU na América Latina. O informativo *A Voz do Praça* (set/99) relata que, no entendimento do Banco do Brasil, é vetado ao policial-militar fazer um seguro de vida por pertencer a um grupo de alto risco, em função da atividade ser considerada de alta periculosidade.

Freud, em *Luto e Melancolia*, faz uma relação entre o suicídio e o retorno da agressividade originariamente dirigida a um objeto exterior:

É exclusivamente este sadismo que soluciona o enigma da tendência ao suicídio... A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetual, puder tratar a si mesmo como objeto - se for capaz de dirigir a si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo.

Outro enfoque do suicídio pode ser dado com as contribuições lacanianas. O militar destituído do seu lugar de sujeito, desalojado de seu próprio desejo, impedido de expressar sua própria subjetividade identifica-se ao objeto (resto) e numa tentativa desesperada de interditar a demanda do Outro que o aliena, se mata. O ato suicida aparece como um NÃO, proferido ao Outro.

Diante da violência sofrida pelo policial militar, tão comum na maioria dos estados brasileiros, o que poderia ser feito para evitar ou minimizar os danos causados a esses profissionais?

Em Minas Gerais, a Polícia Militar, através do seu comando, sensibilizada com essas questões, vem tentando nos últimos anos acabar com algumas heranças negativas adquiridas da era militar, quando a polícia assumia postura de exército. Hoje é possível vislumbrar uma polícia menos militarizada, mais voltada aos interesses da comunidade e com práticas mais preventivas e sociais. A filosofia da Polícia Comunitária e dos Direitos Humanos é uma realidade cada vez mais presente. O policial, assim como o cidadão, tem sido mais respeitado em seus sentimentos, desejos e direitos. A imagem de violento paulatinamente vai cedendo lugar à imagem de um ser humanizado e integrante da sociedade.

Criou-se também, em 1987, o quadro de oficiais psicólogos. Hoje são 51 profissionais presentes em diversas áreas de atuação: recursos humanos, clínica, pericial, hospitalar e psicopedagógica, locados na capital e interior do estado. Vários trabalhos têm sido executados no intuito de preservar a identidade pessoal, melhorar as relações interpessoais, abaixar o nível de estresse e manter o equilíbrio emocional dos militares.

O processo seletivo, as avaliações psicológicas e as perícias psicopatológicas são realizadas objetivando entre outras, cercar, controlar e adequar o sujeito em relação ao seu campo de atuação, além de preservar a sua pessoa, a instituição e a população. A seleção, levando em consideração o perfil profissiográfico, visa incluir candidatos mais capacitados e estruturados emocionalmente para a função a ser exercida. Os militares da ativa submetidos a uma avaliação ou perícia e dispensados do serviço operacional por motivos físicos e/ou psicológicos têm sido alvo de preocupação dos profissionais de Saúde Mental. Na tentativa de que seja aproveitada e preservada sua capacidade laborativa residual, alguns trabalhos pilotos têm sido realizados, como por exemplo, a reciclagem de papel e o centro cultural no 16º BPM.

Nos centros de formação e treinamento da PMMG, a preocupação tem se voltado a um ensino que, ao mesmo tempo em que prepara o militar para as atividades operacionais mais ostensivas, também leva em consideração as atividades comunitárias, os direitos humanos e as relações interpessoais. Os psicólogos presentes acompanham toda a formação e propiciam momentos de reflexão, dinâmica e formação básica voltada à área psicológica.

O atendimento e o acompanhamento clínico são realizados em várias vertentes, seja na Seção de Assistência à Saúde (SAS) das Unidades, seja na Clínica de Psicologia e Psiquiatria (CLIPPS) e Hospital Militar da Polícia Militar (HPM).

Os psicólogos locados nos batalhões exercem um trabalho peculiar que vai desde uma “escuta” para decodificar a demanda, até o atendimento a militares e dependentes, assessoramento ao comando, palestras e dinâmicas com a tropa, resgatando o equilíbrio, a dignidade, a tranquilidade e a autoconfiança.

Comissões interdisciplinares têm sido criadas com a participação da Psicologia para estudos, planejamento e execução de programas destinados a várias demandas da instituição como alcoolismo, aids, suicídio, preparação para inatividade, etc. Além disso, os psicólogos se encontram mensalmente para discussões e estudos pertinentes ao seu trabalho e realizam anualmente uma Jornada Científica de Psicologia para atualização, aprimoramento e maior interlocução com outras instituições e especialistas da área de saúde mental e recursos humanos. Muitas dessas produções são divulgadas através da Revista de Psicologia Saúde Mental e Segurança Pública, editada pela PMMG.

Diante de tarefas tão árduas, de perplexidades e impasses que esta nova prática impõe, os psicólogos são levados a todo tempo a questionamentos e indagações, que os remetem numa constante busca de soluções ou possibilidades.

Quanto à violência, não basta pensar que ela possa ser analisada somente por um prisma. Não se deve ser ingênuo ou prepotente na busca de soluções. É preciso ter uma visão ética, já que ela é uma confluência de variáveis múltiplas e intervenientes. Nada impede porém, que cada um possa exercer o seu papel naquilo que lhe cabe.

REFERÊNCIAS

- DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Estudo sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise**. ESB, 11. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- _____ **A história do movimento psicanalítico**. ESB, 14. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- JORNAL A VOZ DO PRAÇA. Ser policial é exercer atividade perigosa? Informativo da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de MG. Belo Horizonte, set/99.
- MEREDITH, Nikki. **Atacando as raízes da violência policial**. A instituição policial. Revista OABRJ, Rio de Janeiro, n. 22, julho, 1985.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatório de Prestação de Contas das Atividades, período de 08/09/98 a 31/07/99. Belo Horizonte, 1999.
- RESENDE, Marcelo Augusto. **Me mato, te mato**. In: JORNADA DE PSICOLOGIA DA PMMG, I, 1996, Belo Horizonte.
- REVISTA **ISTO É**. Alvos da sua própria arma. 1311. P. 56-57. 16 de novembro de 1994.
- REVISTA **VEJA**. Mentos que sofrem. São Paulo, n. 26, p. 7-10, jun., 1995.
- REVISTA **VEJA**. Os crimes da polícia. São Paulo, n. 31, p. 85-99, ago., 1999.
- REVISTA DE PSICOLOGIA, Saúde Mental e Segurança Pública (PMMG)*. Belo Horizonte, n. 1, dez, 1997.
- SOUZA, Elaine, CHAGAS FILHO, Hélio, PATROCÍNIO, Maria Carmen. **Influências das condições sócio-econômicas nos atos agressivos praticados por cabos e soldados na capital**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 1996.

INTERVENÇÃO DAS ATIVIDADES CRIATIVAS (o Brincar, a Arte e o Lazer) NA SAÚDE MENTAL

Hélio de Lima Júnior

Mestre em Psicologia Social

Resumo

A intervenção das Atividades Criativas na Saúde Mental (o Brincar, a Arte e o Lazer) são estimuladas pela atuação da sublimação e podem ser compreendidas como possibilidades para que o ser humano trabalhe o sofrimento psíquico. Este trabalho discute a proposta de se tomar tais atividades numa dimensão que permite um redimensionamento do sofrimento psíquico, levando à dinamização das criações e à busca de satisfação que levem à facilitação do contato social. São apresentados nesse estudo relatos das atividades desenvolvidas nos vários encontros de um Grupo (**Grupo: Amigos para Sempre de Itaú de Minas**), que em sua composição reúne sujeitos com sofrimento psíquico e seus familiares, e, em cujas reuniões, foram priorizadas Atividades de Lazer, Dinâmicas de Grupo, Intepretações de Desenhos e Figuras, objetivando estabelecer construções na realidade. As Atividades Criativas possibilitam a interação e o apoio mútuo de seus integrantes, favorecendo o estabelecimento da confiança e dos vínculos de amizade.

Summary

The Intervention of the Creative Activities in the Mental Health (Playing, the Art and Leisure) they are stimulated by the performance of the sublimation and they can be understood as possibilities so that the human being works the psychic suffering. This work discusses the proposal of taking such activities in a dimension that allows put in another dimension of the psychic suffering taking to the dynamization of the creations and the satisfaction search; that take to the facilitation of the social contact. They are presented in that study reports of the activities developed in the several encounters of a Group (**Group: Friends for ever of Itaú de Minas**), that in its composition it gathers subject with psychic suffering and its relatives, and in whose meetings, Activities of Leisure were prioritized, Dynamics of Group, Interpretations of Drawings and Illustrations, objectifying to establish constructations in fact. The Creative Activities facilitate the interaction and the mutual support of its members favoring the establishment of the trust and of the entails of friendship.

1 INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica é um tema em evidência na área de Saúde Mental e diversas alternativas têm sido apresentadas com o objetivo de trabalhar o sujeito com sofrimento psíquico (tanto os casos de neurose como os de psicose).

O objetivo deste estudo é destacar as Atividades Criativas (o Brincar, a Arte e o Lazer) como alternativas de abordar o sofrimento psíquico, focalizando como possibilidade de reflexão a participação das pessoas que sofrem psiquicamente nas atividades desenvolvidas de um Grupo (Grupo: Amigos para Sempre de Itaú de Minas. MG), com a finalidade de priorizar a dignificação da pessoa humana.

As Atividades Criativas tal como delimitadas, portanto, são propostas para que o sujeito com sofrimento psíquico saiba lidar com suas frustrações, não numa tentativa de tamponação do sofrimento, mas como articulações que transformem as formas de investimento, capazes de possibilitar o surgimento de Criações Artísticas, construções e produções no mundo externo, a fim de se efetivarem novas significações.

De modo geral, os pacientes internados nas instituições psiquiátricas se mostram angustiados e isolados, sentindo-se abandonados, sem planos ou esperanças. Muitas vezes, o uso excessivo da medicação pode conter a agitação do sujeito, às custas da repressão de seus impulsos e da obstrução à canalização da energia sexual, meios que visam efetivar as criações no mundo externo. Assim, o resultado dessa abordagem é a cronificação do sofrimento psíquico.

As Criações Artísticas, as Brincadeiras e as Atividades de Lazer, como possibilidade alternativa, são estimuladas pela atuação da sublimação e da busca de prazer (fruição, satisfação) constituindo aspectos que contribuem para facilitar o convívio social e, sobretudo, para efetivação de uma integração interna do sujeito com sofrimento psíquico.

Neste estudo, foram apresentados trabalhos desenvolvidos pelo Grupo: Amigos para Sempre, com a participação de sujeitos com sofrimento psíquico e de seus familiares. Nos trabalhos realizados no Grupo são priorizadas Atividades de Lazer, Dinâmicas de Grupo, Interpretações de Desenhos e Figuras, na tentativa de estabelecer construções na realidade.

2 PSQUISMO (sublimação e fantasia)

As Atividades Criativas são expressões da dimensão do mundo interno do sujeito, de sua participação social e promovem o descarregamento das pulsões, reduzindo a carga tensional. A redução de tensão e a obtenção de satisfação impulsionam a integração psíquica do sujeito, permitindo o seu acesso à realidade. Tais atividades, na perspectiva psicanalítica, estão vinculadas ao aparelho psíquico.

A energia sexual utilizada para finalidades não sexuais vem contribuir para o surgimento das organizações sociais e culturais. Os sintomas aparecem quando o sujeito não consegue sublimar sua pulsão, isto é, não conseguindo trabalhar a excitação sexual, impedindo que a fantasia inconsciente seja expressa.

A sublimação é, pois, a tentativa de simbolização possibilitada pela idealização e caracteriza-se pela capacidade de transformar a pulsão, renunciando a seu objetivo imediato, em troca de outros não sexuais, mais apreciados pela sociedade.

As fantasias podem ser expressas de forma camuflada, articulando um patrocínio com o Brincar, ou o Sonhar, ou as Atividades Artísticas e de Lazer: **“Os desejos inconscientes expressos através da fantasia são passíveis de realização simbólica”** (Pimenta, 1986, p. 52).

As fantasias se constituem por expressão imediata das pulsões, enquanto a transformação das pulsões diz respeito à atuação da sublimação que visa efetivar produções externas atendendo a uma demanda social.

3 ATIVIDADES CRIATIVAS (o Brincar, a Arte e o Lazer)

As Atividades Criativas são uma possibilidade de “pôr ordem” à loucura, pois lidam com a subjetividade de imagens e sentimentos, dando forma e conteúdo a uma visão universal, chegando a selecionar os materiais, conjugando-os, compondo-os e construindo-os.

As Brincadeiras são formas criadas pela criança para lidar com as suas fantasias, desejos e experiências vivenciadas; aplicam-se também aos adultos, pois - já podemos adiantar - o Lazer é uma

continuidade do desejo de Brincar; todavia a experiência criativa consiste numa forma básica de viver. A Brincadeira vem desenvolver atividades no mundo externo que acabam tirando a criança de uma inércia psíquica para ser estimulada para o convívio social. Por outro lado, o artista é aquele que Brinca com os seus traumatismos.

Por intermédio da Brincadeira Social, podem ser reconhecidas as nossas fantasias nos outros. Dessa forma, a vivência cultural é primordial para a Saúde Mental das pessoas, para que se reconheça a expressão do espaço cultural de intercomunicação de fantasias.

Pelo percurso da Arte, as pulsões se realizam e o sujeito busca encontrar significados novos. O relevante neste processo está associado ao “fazer.”

A Arte permite ao sujeito expressar e apreender os significados da vida, possibilitando o acesso à emoção tanto para o sujeito que cria quanto para o público que aprecia.

Através da Arte, o sujeito chega a estabelecer vínculos dentro e fora dos mundos externo e interno, trazendo para fora a subjetividade no sentido de ser expressada e trabalhada. A liberdade de expressão da subjetividade vem dar sustentação ao exercício da cidadania, possibilitando a construção de uma sociedade mais digna compatível com os anseios de cada cidadão.

O Lazer é um espaço de tempo disponível para que o sujeito possa Brincar, criar e relaxar.

As atividades de Lazer trazem descanso e divertimento, favorecem o desenvolvimento pessoal e cultural do ser humano na tentativa de obter satisfação.

Duas características são fundamentais ao Lazer: a socialização e a expressão lúdica. A primeira visa fortalecer os laços de solidariedade entre os seres humanos; a segunda é a expressão do mundo interno do sujeito, a fim de estabelecer as suas criações e significações, na tentativa de produzir e fazer coisas.

4 GRUPOS E SAÚDE MENTAL

Um grupo constitui conjunto de pessoas que se interagem, na tentativa de estabelecer objetivos comuns, com articulações semelhantes no que se refere a sentimentos, representações e juízos de valor.

Os seres humanos se agrupam tanto porque dependem uns dos outros para a sobrevivência, quanto pela necessidade humana de que sejam avaliadas as opiniões, para obter recompensas psicológicas e materiais, assim como favorecer as trocas sociais. Essa dependência concerne às dimensões física e psicológica.

As pessoas se sentem mais à vontade quando interagem umas com as outras compartilhando interesses semelhantes nos grupos aos quais pertencem. A participação em grupos é um fator determinante para que haja a integração entre as pessoas na tentativa de seguir um modelo ou padrão, que cada sociedade estabelece como ideal. As relações sociais são consolidadas quando regidas por leis que caracterizam os papéis exercidos por cada sujeito em determinado grupo.

Observa-se que a história da doença mental (loucura) foi marcada por práticas discriminadoras e autoritárias, chegando a excluir o sujeito com sofrimento psíquico, abandonando-o, isolando-o em instituições psiquiátricas, favorecendo a cronificação da “doença mental”, a fim de proteger o padrão racional valorizado pela sociedade. Contrapondo-se aos métodos anacrônicos e estigmatizadores, surgiram as práticas humanizantes para resgatar a dignidade do sujeito com sofrimento psíquico, principalmente através da criação dos grupos terapêuticos e das diversas atividades comunitárias, na tentativa da sociedade aceitar, assumir e até mesmo participar das propostas alternativas na área de Saúde Mental.

Estando em consonância com os trabalhos humanizantes em Saúde Mental, na tentativa de resgatar a liberdade e a cidadania do sujeito com sofrimento psíquico, na cidade de Itaú de Minas, Minas Gerais, no ano de 1993, os setores de Psicologia e Serviço Social iniciaram um trabalho com a comunidade, através da formação de um **Grupo**. Esses setores apresentaram uma proposta humanitária, para trabalhar com os sujeitos com sofrimento psíquico da localidade.

No decorrer do trabalho com o **Grupo Terapêutico**, referido então acima, vêm sendo desenvolvidos diversos tipos de atividades como: Dinâmicas de Grupo, Interpretações de Desenhos e Figuras e Atividades de Lazer.

À medida que as atividades são realizadas, o número de pessoas aumenta gradativamente, inclusive com a participação dos familiares (alguns trazem os seus filhos menores). O **Grupo** atualmente conta com aproximadamente 70 pessoas. Os participantes do **Grupo** escolheram o nome do Grupo acatando a sugestão de um dos participantes: “**AMIGOS PARA SEMPRE**”.

Esse **Grupo** conta com a colaboração de moradores da comunidade Itauense, que cantam ou tocam algum instrumento musical, com o propósito de animar as suas festas. Atualmente, um Conjunto Musical se dispõe gratuitamente a participar das comemorações, além de outras pessoas que fazem shows, que incluem humorismo e representações.

A participação da comunidade nessas atividades do **Grupo** tem como finalidade a tentativa de trabalhar alguns estigmas em relação ao sujeito com sofrimento psíquico, a fim de possibilitar melhor integração social, sobretudo de forma mais natural e humana. Nota-se, pois, que o estigma e a rejeição podem levar a um aumento da agressividade, da depressão e do isolamento. Com a participação e colaboração efetiva da comunidade, nas atividades e festividades desenvolvidas pelo **Grupo**, aos poucos observamos uma maior aceitação e um convívio fraterno da comunidade de Itaú de Minas com os **Membros do Grupo Amigos para Sempre**.

O **Grupo**, em seu projeto, visa também à construção de trabalhos no âmbito da Saúde Mental que procuram engajar os elementos culturais e sociais ativos da comunidade para que haja um espaço de expressões das mais diversas (Artísticas, sócio-culturais, recreativos, terapêuticos e educativos). Além de facilitar e estimular a criatividade, a participação coletiva e o Lazer, propiciando ao sujeito com sofrimento psíquico condições para a sua reinserção social. O lúdico e o Lazer são intermediários desta relação, com o propósito de possibilitar a expressão dos conteúdos internos, estimulando a criatividade e a relação com o outro.

5 CONCLUSÃO

Dentre as diversas alternativas em Saúde Mental, foi focalizado neste estudo a Intervenção das Atividades Criativas (O Brincar, a Arte e o Lazer) como forma de expressão e simbolização do mundo interno do sujeito com sofrimento psíquico tentando favorecer a sua integração interna. O Brincar a Arte e o Lazer são veículos eficazes para a subjetividade. É a identidade do sujeito que vem à tona a fim de buscar as diversas formas possíveis, na tentativa de lidar e organizar o seu mundo interno e externo, proporcionando melhor direcionamento.

As Atividades Criativas desenvolvidas no Grupo **Amigos para Sempre** são estruturadas de forma comum, espontânea, pois não se atenta para o rigor técnico, para estatística, para a “cura” e nem para os psicodiagnósticos, mas sim para construções de possibilidades, estimulando o sujeito com sofrimento psíquico a participar do contexto social através das Dinâmicas de Grupo, Interpretações de Desenhos e Figuras e Programas de Lazer.

A formação do **Grupo** favoreceu a participação dos familiares dos seus integrantes como também do engajamento da comunidade a colaborar com as atividades realizadas. Foi assim estabelecida abertura à convivência com aquele que é dito “diferente”, possibilitando descaracterização dos mitos e estigmas relacionados ao sofrimento psíquico.

A aceitação do sujeito com sofrimento psíquico atualmente na comunidade possibilita que ele mesmo construa uma vida mais digna capaz de consolidar a sua restituição pessoal e cultural.

O direito à Saúde Mental significa ter acesso aos serviços que trabalham os estigmas, as repressões e violências que são introjetadas desde infância e nos aparecem posteriormente quando o sujeito apresenta dificuldade para amar e se relacionar com os outros, e acaba estruturando o sofrimento psíquico (depressão, mania de perseguição, isolamento e fobias etc.). Cabe ao Serviço de Saúde Mental de propósitos humanizantes articular movimentos para restabelecer a relação de respeito e dignificação, buscando a readaptação do sujeito com sofrimento psíquico à vida social para que seja efetivada a conquista da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo (org.). **Loucos Pela Vida**. A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Panorama ENSP, 1995.
- CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DA SILVEIRA, Nise. **O mundo das Imagens**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- DE ANDRADE, Liomar Quinto. Linhas Teóricas em Arte-Terapia. In: DE CARVALHO, Maria Margarida M. J. (Org). **A arte cura?** Campinas: Editorial Psy II, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- FREUD, Sigmund. In: **Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora. Ltda., 1969.
- _____ Fragmento da Análise de um caso de histeria. vol. VII (1901-05).
- _____ Escritores Criativos e Devaneio. vol. IX (1907-08).
- _____ Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna. vol. IX (1908).
- _____ Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. vol. XVIII (1921).
- _____ Neurose e Psicose. vol. XIX (1923-24).
- _____ Uma Breve Descrição da Psicanálise. vol. XIX (1923-24).
- _____ O Mal- Estar na Civilização. vol. XXI (1929-30).
- HORNSTEIN, Luis. **Cura Psicanalítica e Sublimação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- KAUFMANN, Pierre. **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda, 1986.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus Editora, 1990.
- _____ **Lazer e Humanização**. Campinas: Papyrus Editora, 1995.
- _____ **Estudos do Lazer**. Uma Introdução. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- MELLO, Denise Maurano. **A Face Oculta do Amor**. Uma investigação Filosófica da Tragédia à Luz da Psicanálise. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Filosofia, PUC. 1997.
- MEZAN. Renato. **Freud: Pensador da Cultura**. São Paulo: editora Brasiliense, 1990.
- PIMENTA, Arlindo C. **Sonhar. Brincar. Criar. Interpretar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PEDROSA, Mário. **Política das Artes**. Textos Escolhidos I. Organização e Apresentação de Otilia Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- RAPPAPORT, Clara Regina. FIORI, Wagner da Rocha. DAVIS, Cláudia. **Teorias do Desenvolvimento**. Conceitos fundamentais. Vol. I. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1981.
- SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do Lazer e da Recreação**. Questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo: Editora Angelotti Ltda, 1993.
- SERRANO, Alan Índio. **O Que é Psiquiatria Alternativa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1999.
- WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1975.

ESCUTANDO CLINICAMENTE A INSTITUIÇÃO

Marília Teresa Teixeira Gontijo

Tenente Psicóloga da PMMG

Se bem lembrarmos, Freud, sempre que ia proferir uma conferência, iniciava sua apresentação falando algo do tipo: “Vamos abordar um tema um tanto controverso, talvez alguns dos senhores discordem...” E, assim, ele já sugeria que nada há de exato, de pronto e que um saber não é todo, um saber está sempre por construir.

Acredito que nós, profissionais desta área, não podemos ter outro destino que não este de estarmos sempre atentos às nuances de nossa clínica, recorrendo à teoria e reconstruindo sempre o nosso saber e o nosso estilo de trabalhar. Sabemos que a Teoria Psicanalítica teve sua origem na clínica, no árduo trabalho de Freud com suas históricas, em sua aguçada percepção e reflexão acerca dos processos mentais, o que o levou a concluir que suas “históricas sofriam principalmente de reminiscências”. Acontece aí uma mudança de referencial, em que Freud se desloca de sua formação médica para a formulação de toda uma teoria que buscasse explicar os sintomas histéricos sob outros parâmetros. Quem conhece a obra freudiana percebe claramente o movimento pendular de sua observação clínica para a criação da teoria e da teoria devolvendo um substrato para a clínica, como que num processo de retroalimentação.

Sendo assim, pensei em trazer-lhes hoje algumas reflexões sobre o meu percurso na Polícia Militar. Suponho que, mesmo considerando a particularidade de cada unidade a que servimos e a singularidade de cada um de nós, há algo comum, meio que universal, que permeia a Instituição PMMG. Basta nos lembrarmos que estamos todos assentados, incômoda ou comodamente, sobre dois pilares que, historicamente, sustentam a Instituição: Disciplina e Hierarquia. Não quero, com isto, reduzir a Instituição a esses pilares, nem tentar defini-la ou precisá-la como faria, talvez, um geômetro. Sei que por sobre esses pilares muitos, talvez infinitos desdobramentos, vão acontecer. Basta considerarmos que é uma Instituição composta por Homens, seres humanos que provavelmente sofrem de reminiscências tais como os analisados de Freud e carregam consigo as marcas, crivos componentes do cenário de vida pessoal, insistentes habitantes de nossa subjetividade. E é assim, subjetivamente, que vai se tecendo a relação de cada um com os pilares proclamados pela Instituição. Sabemos que é mesmo assim... Não há como precisar um começo ou um fim para a circulação das pulsões, para a expressão das fantasias inconscientes, das projeções... Elas acontecem. Acontecem no meio, no entre, no inesperado, no momento em que algo as faz suscitar.

Há pois que se questionar: O que fazer com este algo que irrompe no sujeito e que muitas vezes é re-vivido, e não apenas recordado, fazendo desestruturar a ordem dentro de uma Instituição que busca controlar, normatizar, formalizar e tolher a expressão da subjetividade humana?

Fico, então, a refletir sobre o lugar do psicólogo clínico na Instituição Militar. Possivelmente esperavam de nós que calássemos este “quê” de humano que rasga a moldura da farda e desestabiliza a estrutura organizacional. Talvez até mesmo que capturássemos o militar em nosso consultório e, a portas fechadas, lhe restituíssemos a compostura, remendássemos sua carcaça e o devolvêssemos pronto para o serviço.

Impossível esquecer como nos angustiamos no início de nossa prática diante deste difícil paradoxo! Como calar o sujeito, se a nossa postura deve ser justamente a de dar-lhe a palavra, ser depositário de suas fantasias, favorecer a revivência dos afetos e causar-lhes o desejo?

Gostaria, se me permitem, de me reportar ao meu primeiro dia de trabalho em minha Unidade, há um pouco mais de 7 anos, época da inclusão dos psicólogos nos Batalhões. Era uma manhã de quarta-feira, dia em que a tropa se formava frente ao quartel para receber instruções diversas, assistir ao hasteamento da bandeira e entoar o Hino Nacional. Só que não me advertiram de nada disso. Quando cheguei, deparei-me com o cenário já composto e, um tanto nervosa, dirigi-me ao oficial de mais elevado posto, o único que não estava em forma e apresentei-me conforme haviam me ensinado na Academia. Em resposta, ouvi: “Pode entrar em forma!” Assustada, procurei me colocar entre os oficiais e algum mais gentil me cedeu o lugar. Sei também que não fiquei na sequência hierárquica correta do pelotão. Eu estava com uma bolsa na mão e a pasta de apresentação na outra e todos sabemos que não se entra em forma com objetos na mão. Como cumprir a ordem? Não há algo de estranho nisto?

Percebi, logo, que eram contraditórios os sentimentos na expectativa da minha chegada. Queriam ou não queriam que eu “entrasse mesmo em forma”? Acredito que aí já me foi possibilitado um lugar diferenciado: A psicóloga podia, então, entrar em forma com sua “bagagem” nas mãos. Não é interessante?

Penso eu que por mais que possamos utilizar técnicas diversas em nossa prática, não podemos nunca nos abster da escuta psicanalítica. Não podemos nunca nos furtar de fazer a leitura do que jaz por detrás das palavras, daquilo que paira no ar. Penso que o analista deve ser um observador com atenção fluante, não seletiva, prestando atenção a tudo, sem, contudo, fixar-se em um ponto.

Acho que de nada teria me adiantado contentar-me em me sentir ofendida com tão pouca calorosa recepção que me colocou, sem dúvida, em situação constrangedora frente à tropa. Tampouco me acrescentaria interpretar a atitude do superior como um conetivo, porque talvez devesse ter chegado mesmo mais cedo no primeiro dia de trabalho para juntar-me à tropa.

Era necessário perceber além. Devemos estar mais interessados nos tropeços, nos engasgos, por saber que por trás das palavras que circulam há algo, a coisa a ser representada. Entendi, pois, que a minha chegada causava, de certa forma, uma ameaça de desalojamento do estabelecido até então. Todos sabemos que o militar é forçado a se dispor de toda sua bagagem pessoal para se enquadrar no sistema militar. E, num ato falho, talvez, foi me endereçada essa ordem contraditória. Pude captar a estranheza no momento, provavelmente não com a clareza que os acontecimentos posteriores foram confirmando.

Logo em seguida surgiu a dúvida: Onde vamos instalar a psicóloga? Na Cia. Escola ou na SAS? Percebem como se estende a mesma questão e contradição, a mesma “incomodação”? Ela veio numa missão pedagógica, para falar e formar - colocar em forma - militares ou veio para escutar? Nesse momento me posicionei: “Vou ficar na SAS”, no lugar da escuta, da clínica, o que não me impediria de, por vezes, dar aula. Percebi que não era o momento de obedecer como tenente, e sim, de sustentar o lugar da psicóloga. E, como psicólogos, ao recebermos um cliente em nosso consultório, colocamo-nos à disposição dele para ouvi-lo e só intervimos depois das entrevistas preliminares, quando já temos uma visão do caso. Da mesma forma, era preciso marcar que eu estava ali primeiro para ouvir, uma escuta diferenciada e não para me incorporar aos instrutores da Cia. Escola e me limitar aos alunos com dificuldade de se porem em forma.

Assim sendo, postei-me, de início, a ouvir clinicamente a Instituição e fui me certificando, cada vez mais, que não era só dentro do meu consultório o lugar de exercer a Clínica, o lugar de intervir, de ocupar um lugar.

E, nesta tentativa de escuta, pude observar um rosário de colocações, tais como: “Militar deve ser superior às intempéries da natureza”; “O maior erro da PM foi admitir Pfem. nos seus quadros”; “O superior jamais erra, apenas se equivoca”; “Seus argumentos explicam, mas não justificam”; “Instituição Militar é excessivamente paternalista”; etc, dentre outras situações tais como a obrigatoriedade da presença e participação em comemorações festivas ou programações culturais, onde se percebia a ansiedade por se lotar o ambiente, preencher tudo. Melhor dizendo: o lugar vazio não podia aparecer. E tal como um rosário se constitui de uma exaustiva repetição da mesma coisa (Pai-Nossos e Ave-Marias com pequenas variações), também pude notar que na Instituição repetia-se, não menos exaustivamente, métodos, falas e formas de se afirmar a mesma coisa: A Instituição pretende ser Todo-Poderosa, os superiores devem ser onipotentes representantes do Pai e os subordinados, os filhos que devem seguir fielmente todos os preceitos, buscando formar sua identidade militar à imagem e semelhança.

Novamente ponho-me a perguntar? E nós, psicólogos, como intervir nesta estrutura pretensamente fálica?

Sabemos, do ponto de vista clínico, que nossa intervenção visa quebrar a fala repetitiva do cliente no sentido de remetê-lo a outros significantes e fazer circular o desejo. Portanto, se se repete, repete e repete a onipotência paterna, lugar do masculino por excelência, (mulher nunca nem deveria ter se incluído na PM), é porque, em contrapartida, já se deu conta de que algum furo existe. As faltas e falhas são rotineiramente flagradas pelo Regulamento Disciplinar, exemplificando a teoria de que um filho tem desejos incestuosos e não pode, portanto, ser completamente fiel a seu pai. E, ademais, se a Instituição pretende ser fálica e se seus integrantes esperneiam por se revelarem e se afirmarem assim, é porque a ameaça da castração ronda insistentemente seus corredores e invade suas janelas. Assim, na tentativa de se encobrir, sutilmente, revela-se, ao mesmo tempo, a castração. E, como psicólogos, eu diria a vocês, meus amigos, que nós apenas nos disponibilizamos para facilitar que o outro se dê conta daquilo que ele já sabe... Não é isto? Mas, acredito que, para tal, muitas vezes temos que sustentar o furo, o espaço da falta e, assim, causar, pôr a desejar.

Há, ainda, que se considerar que se todas as repetições tentam preconizar que a Instituição seja essencialmente paternalista, protagonistas de um outro cenário “familiar” circulam o tempo todo, mexem e remexem com a estabilidade afetiva do indivíduo. Pai não é só aquele que tolera demais os erros do filho, que perdoa setenta vezes sete, como pode parecer quando dizem que ser excluído da PM é a coisa mais difícil de acontecer. Não é tão simples assim...

Se buscarmos entender o que é o Pai na vida do sujeito, encontraremos uma trama conflituosa e por demais angustiante para muitos. É objeto de amor e ódio, é aquele que vem rasgando a deliciosa relação amorosa da criança com a mãe e impondo limites. Então, ser paternalista, não é ser bonzinho apenas, mas é ser terrífico muitas vezes, ameaçador, interditor, disciplinador, castrador e hierarquicamente superior. É ser poderoso, apesar de castrado também.

Todos nós assistimos, frequentemente, às cenas da re-edição desse encontro com o Pai, simbolizado na figura de autoridade, em todas as suas facetas. Por isso disse no início de minha exposição: “Por sobre os pilares da disciplina e hierarquia” e acrescentaria, agora, significantes que buscam traduzir a Instituição que pretende ser fálica e render honras à figura paterna, “infinitos desdobramentos vão acontecer”. Muita angústia há que ser posta em palavras para que se possa evitar o ato. Nasio, psicanalista, vai dizer que “a solução para a angústia de castração consiste em falar, em pôr em palavras, em pedir e pedir amor”. E não posso deixar de me remeter ao trabalho de nossa colega Karla Bonato, onde ela pergunta “Onde está a Palavra?” dentro desta Instituição que tenta substituir, incansavelmente, a palavra pela escrita, retirando do seu conteúdo a complementação emocional e afetiva. E aqui vale citar também Lacan: “A escrita mata o real”. Ou seja, não deixem a “coisa” aparecer, apenas convivam com suas formas de se fazer aparente.

Por aí podemos ir Tateando nas explicações de como determinados quadros patológicos são comuns entre os militares, e ir longe...

Mas, para não me estender mais, prefiro me ater novamente à escuta que o psicólogo pode fazer, não apenas de seu cliente, mas também deste quadro institucional. Constato, após mais de 7 anos de trabalho, que intervir é possível sim e que, analisando o meu percurso na minha Unidade, noto que algo apareceu e aconteceu. Fala-se hoje de uma tropa mais humanizada, o que quer dizer que alguns furos apareceram e desejos puderam se expressar.

Fato é que nem tudo se processa como num Conto de Fadas. Frustrados também somos nós em muitas de nossas iniciativas, pois com muitas facetas se mostram as caras dos diferentes “pais” que assumem o lugar da autoridade. Mas, como dizem alguns psicanalistas, também uma análise deve ser uma frustração do começo ao fim. Não podemos, pois, esperar que a Instituição assuma para nós o lugar do Grande Outro. Devemos, sim, lembrarmo-nos de que somos Tenentes, Capitães, e que estamos, portanto inseridos neste contexto como militares e, também, por vezes, trazendo à baila outra cena com os protagonistas de nossa história pessoal. Temos, e acho que devemos ter mesmo uma relação afetiva com a Instituição. Do lugar de oficiais, prestamos continências e obediências sim aos superiores, como o filho num gesto de respeito também pede bênçãos ao pai. Já como psicólogos, devemos ir além e escutar e falar daquilo que não “entra em forma”, por não ter forma, por faltar-lhe mesmo o respeito pela lógica da consciência. Falar daquilo que vem, que acontece, que teima em se expressar e que jamais conseguiremos calar. Sabemos que “o inconsciente se expressa à revelia da consciência de cada um”.

Saber diferenciar e se colocar nos dois lugares, de oficiais e de psicólogos, requer habilidade, intuição, um pouco de arte, além de teoria e técnica. Requer que consigamos oscilar de uma atitude mental para outra no momento oportuno. Exige bom senso, paciência para esperar o caminhar do outro, para acompanhar o percurso que a Instituição vai trilhando. Como analistas, devemos estar apenas um passo à frente do cliente, deixando-nos afetar, sem, contudo, sermos contaminados por suas questões. E, para isto, há que se ir limpando os nossos próprios escotomas, os nossos pontos cegos que, por vezes, impedem-nos de perceber e intervir analiticamente na situação.

Até onde podemos ir neste processo? Vou novamente ceder a palavra a Freud. Em seus artigos sobre a Técnica, ele vai nos dizer: “*Nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas*” e Ferenczi complementa: “*um analista vale o que vale a análise que o produziu*”.

ALGUNS COMENTÁRIOS ACERCA DO RECURSO ÀS DROGAS NA MODERNIDADE

Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira

Capitão Psicóloga da PMMG

Freud, em seu texto *Mal-estar na civilização*, constata o inevitável desencontro entre as exigências do aparelho psíquico e as advindas da civilização, o qual resulta em sofrimento.

Nesse texto, ele esclarece que o mal-estar é o dos laços sociais, ao indicar que a “inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” é a maior causa de nosso sofrimento.

Para dar conta desse mal-estar, o homem lança mão de alguns recursos ou medidas paliativas, dentre as quais Freud inclui as substâncias tóxicas, dizendo que “o serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido”.

Tomando Lacan como referência, Jésus Santiago em seus seminários, irá nos indicar que para a apreensão do fenômeno droga é necessário entender que “não há noção de droga que não seja relativa ao contexto discursivo no qual ela se enuncia”.

Discurso entendido como uma série de enunciados que possuem proposições especiais e relações estáveis instauradas pelo instrumento da linguagem, que determinam o laço social. Discurso como forma de resposta no saber àquilo que é do real e que, em decorrência disso, coloca em funcionamento determinadas posições para o sujeito.

Podemos, então, seguindo a orientação de Santiago, procurar entender o lugar da droga nos discursos prevalentes na era moderna.

Ao elaborar a sua teoria dos discursos, Lacan nos indica que o discurso do mestre é o discurso de instituição da civilização, autorizado pela individualidade, agenciado pela Lei, como significante mestre e que exige a renúncia pulsional como um dos mecanismos de regulação dos relacionamentos sociais.

Na medida em que esse discurso nada quer saber da verdade da divisão do sujeito, por um lado ele acentua a igualdade de todos perante a lei e, de outro, substitui a subjetividade pela individualidade, através da idéia de liberdade irrestrita, de independência, numa tentativa infrutífera de desconhecer a causalidade psíquica.

Mais do que isso, “a sociedade democrática moderna quer banir de seu horizonte a realidade do infortúnio, da morte e da violência. (...) Em nome da globalização e do sucesso econômico, ela tem tentado abolir a idéia de conflito social”.

Em conseqüência disso, “a concepção de norma e patologia se assentam no princípio de que todos têm o direito e, portanto, o dever de não manifestar seu sofrimento, de não se entusiasmar com qualquer ideal, a não ser o do pacifismo ou da moral humanitária. Trata-se de aplicar uma estratégia de normalização”.

Segundo Elizabeth Roudinesco, o indivíduo depressivo, cuja estranha síndrome caracterizada pela apatia misturada à tristeza, à busca de identidade e ao culto de si mesmo, é a manifestação atual do sofrimento psíquico decorrente, poderíamos dizer, das peculiaridades do laço social que a Lei, como significante mestre, engendra na modernidade.

O uso da droga estaria, nesse sentido, segundo a autora, relacionado ao ideal de uma felicidade impossível. “Muitos são os sujeitos que preferem entregar-se voluntariamente a substâncias químicas a falar de seus sofrimentos íntimos. O poder dos remédios do espírito, portanto, é o sintoma de uma modernidade que tende a abolir no homem não apenas o desejo de liberdade, mas também a própria idéia de enfrentar a prova dele. O silêncio passa ser preferível à linguagem, fonte de angústia e vergonha”.

Jésus Santiago nos indica o Cinismo como um paradigma para se pensar a modalidade atual de uso da droga, em relação ao gozo. Esse uso caracterizado pela prática ritualizada, compulsiva, pode representar um atalho na questão da função do Outro, como se o sujeito toxicômano, ao longo do tempo, operasse certa desistência às formas sublimatórias da civilização, uma recusa a usar as insígnias da civilização.

Se o discurso de instituição da civilização e do sujeito, representado na cultura, é o discurso do mestre, o discurso capitalista e o universitário podem ser considerados derivados do primeiro.

No discurso capitalista, que tem no processo de globalização um mecanismo de sua universalização, o lugar da verdade é ocupado pelo capital, como significante mestre, imperativo que age através do saber da ciência produzindo objetos (*gadgets*) visando “à ilusão da completude que o sujeito buscaria para seu gozo impossível”. Privilegia, nesse sentido, a relação do sujeito com o objeto, que se apresenta como um parceiro descartável, desconectável.

Segundo as formulações próprias ao discurso capitalista, a expressão política do poder de uma nação é profundamente afetada pelo fator ciência e tecnologia que, assim, assume importância vital num mundo dominado pelo capital.

Será o discurso da ciência, atrelado ao discurso capitalista, que, através da tecnologia, irá propiciar a produção e comercialização de bens e serviços, no lugar da causa de desejo de cada um.

O discurso da ciência, tomado como modalidade do discurso universitário, onde o saber, advindo da ciência, está no lugar de agente e o sujeito no lugar de objeto, parece assumir as feições do discurso do mestre atual, cujo imperativo é: saiba tudo sobre tudo.

Lacan dirá que é absoluto o sentido moderno da ciência. À ilusão de se estender o discurso da ciência ao conjunto dos fenômenos humanos, a partir da crença na capacidade absoluta de a ciência em resolvê-los, Roudinesco irá nomear de cientificismo.

O trabalho da ciência que busca literalizar o real não deixou de fora as drogas, que, nesse discurso, tornam-se os tóxicos, cuja composição, a natureza tóxica de seus componentes e o mecanismo de ação devem ser identificados e detalhadamente descritos.

Na medida em que a noção de droga é apreendida a partir de seus componentes tóxicos e seus efeitos no organismo, o fato toxicomaniaco passa a ser considerado pelo viés policial e a regulação de seu uso/abuso uma constante pretensão da ordem jurídica.

As drogas passam a ser divididas entre as lícitas e as ilícitas e seu consumo definido a partir de categorias que vão desde uso indevido, passando pelo uso abusivo até à categoria nosológica das toxicomanias.

Mas, seguindo a lógica do mercado, a cada dia, mais e mais substâncias são produzidas e oferecidas como promotoras de efeitos no corpo, sejam eles físicos ou psíquicos, como os antidepressivos, os anabolizantes, os hormônios artificiais, as vitaminas, os afrodisíacos, os energizantes.

No campo de interseção entre a loucura e o que se conceitua como drogas lícitas, temos visto a psicofarmacologia tornar-se “o estandarte de uma espécie de imperialismo”, ao permitir que os médicos abordem de uma mesma maneira “todo tipo de afeções sem que se saiba de que tratamento elas dependem. Assim, psicoses, neuroses, fobias, melancolias e depressões são tratadas pela psicofarmacologia como um punhado de estados ansiosos, decorrentes de lutos, crises de pânico passageiras, ou de um nervosismo extremo, devido a um ambiente difícil”.

O que se visa é “tratar o traço visível da doença, suprimi-lo e depois evitar a investigação de sua causa de modo a orientar o paciente para uma posição cada vez menos conflitiva. Em lugar das paixões, a calma, em lugar do desejo, a ausência de desejo, em lugar do sujeito, o nada, e em lugar da história, o fim da história”.

O discurso da ciência, como modalidade do discurso universitário vai apontar, entretanto, que por mais que se objetive o sujeito, o que é produzido é o sujeito dividido, barrado pelo significante, que não se deixa objetivar.

Assim, o mal-estar desses discursos irá se expressar nas doenças do discurso, que caracterizam a subjetividade moderna, dentre as quais pode-se pensar a toxicomania e a depressão. Modos do sujeito lidar com a pretensão própria da modernidade de produzir um Outro sem falta, a partir da recusa da castração.

Nesse sentido, a atenção à saúde mental desse público não pode desconsiderar os efeitos que os discursos próprios à modernidade produzem no nível de cada sujeito.

REFERÊNCIAS

Anotações pessoais do Seminário **As estruturas clínicas no campo do gozo**, ministrado por Antônio Quinet. Belo Horizonte: Formações clínicas do campo lacaniano. 2000.

Cópia da tradução para o português dos capítulos 1, 2 e 3 da tese de doutorado de Jésus Santiago, atas e anotações pessoais do Seminário **Novos sintomas - parcerias cínicas com o gozo**, ministrado por Jésus Santiago. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2000.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico**. Rio de Janeiro: ESG. p. 264. 1992.

FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XXI. **O mal-estar na civilização**.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 80. 1998.

LEITE, Márcio Peter de Souza. **Psicanálise laciana**: cinco seminários para analista kleinianos. São Paulo: Iluminuras. 2000.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

A TRÍADE ESCOLA-FAMÍLIA-ALUNO NO CONTEXTO DA CONTEMPORANEIDADE

Ivana de Lima Darú Carvalho

Tenente Psicóloga da PMMG

O que os pais desejam ao colocar seu filho em uma escola? Será uma peculiaridade dos novos tempos a dicotomia escola/família/alunos? Por quais mudanças de valores a função dos pais tem passado e como isto afeta atualmente nossa sociedade?

Não é nossa pretensão esgotarmos cada assunto acima, porém, faremos uma breve reflexão sobre tais questões, tendo como referência a contemporaneidade e seus reflexos na tríade escola/família/alunos.

Aplicamos um pequeno questionário aos pais dos alunos de 1ª a 4ª série, abordando-os sobre o qual ou quais os motivos que os levariam a matricular seu filho no Colégio Tiradentes/Central, no período de agosto a setembro de 2000. A resposta foi de que era pelo fato do CTPM/Central ser uma escola militar e com isso garantir a segurança do seu filho e a certeza de que ele aprenderá a ter disciplina. Esse resultado, juntamente com as observações no nosso consultório, confirmam o fato de que os pais estão necessitando da escola para ensinar seu filho a ter limite.

Diante desse fato levantamos então duas hipóteses, para às quais tentaremos convergir todo nosso trabalho daqui para frente. São elas:

1) O motivo pelo qual os pais necessitam da escola para ensinarem seu filho a ter disciplina, será, na realidade, uma tentativa de transferir sua responsabilidade de pai?

2) Essa suposta transferência de responsabilidade será uma das conseqüências das inúmeras transformações que a família vem sofrendo nas últimas décadas?

Analisaremos neste instante tais transformações, para posteriormente verificarmos a relação de causalidade entre elas e a transferência de papéis da família à escola, bem como sua veracidade.

O cenário do mundo contemporâneo é ambulante e transita constantemente: desde novos valores morais, políticos e filosóficos até incontáveis recursos que a era do consumismo nos oferece. Por outro lado, o indivíduo é premiado com uma sociedade globalizada, sem fronteiras e incessantemente inovadora. Mas, por outro, ele é entrelaçado nessa cultura movediça, caso não acompanhe o ritmo acelerado do “progresso”. Durval Checchinato consegue expressar bem essa ambigüidade na obra de Françoise Hurstel: “Novas fronteiras da Paternidade”, quando diz: “O homem pós-moderno vive um paradoxo angustiante: tem fome do outro, mas não consegue ser o outro para o outro. Não consegue erigir o mundo de sua privacidade. Refugia-se então em seu imaginário imensamente alimentado pelas ofertas incontáveis da mídia. Mas, quanto mais mergulha neste imaginário, mais longe fica de si, vivendo a entropia de seu gozo.” Assim, nesta metamorfose social, a família não se isenta de passar por transformações, rupturas, assumir um caráter mutante, com isso colocando em cheque todas as tradições que antes definiam suas funções e papéis de gênero masculino e feminino.

Destacaremos então 3 fatos que consideramos marcantes para essas transformações e para a passagem do modelo do “Paterfamilias”, no qual o pai, autoritário e poderoso, é a estrutura do lar, para modelo da família camaleão do séc. XXI (expressamos o termo camaleão para ressaltar o caráter relativista embutido na palavra família hoje). São eles: a emancipação feminina a fragilização da função paterna e a insegurança presente no comportamento dos pais de hoje.

A inserção da mulher no mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial é o 1º passo que ela dá rumo à sua emancipação. O privilégio do auto-sustento e independência financeira surgem para a mulher a partir daí; outras conquistas também foram sendo alcançadas, trazendo consigo uma verdadeira revolução da ética e valores morais na era moderna. O avanço científico traz a desvinculação sexo/maternidade, possibilitando à mulher usufruir de sua sexualidade com uma liberdade até então restrita. Com isso, a ela é dado também o direito de controlar a reprodução humana. No que diz respeito às questões legais, o divórcio surge como uma realidade àqueles que questionam suas escolhas quanto à permanência no casamento. Todas essas conquistas nos fazem concluir que, se formos comparar a mulher do ano 2000 e a mulher da década de 50, há no mínimo um abismo entre elas. É relevante neste momento refletirmos: e como fica a mulher no papel de mãe diante dessa nova posição social que assumiu? Podemos assegurar que houve uma série de conseqüências na esfera da maternidade. Tânia Zagury mostra em seu livro “Sem Padecer no Paraíso” que uma dessas conseqüências, e é a que mais nos interessa neste trabalho, é a dificuldade dessa mãe dos tempos modernos em exercer sua autoridade e colocar limites, devido ao sentimento de culpa por se ausentar tantas horas do seu “ninho”. Convenhamos: por mais que tenhamos progredido, o dever social de dedicar de forma primordial à família cabe ainda à mulher e isso gera um conflito angustiante, talvez presente em grande parte das mulheres que trabalham fora: a árdua tarefa de ser profissional, mãe, dona de casa, e driblar bem todas essas atribuições sem que nenhuma das partes saia lesada. Quando a parte lesada é seu filho, a mulher é devorada por um forte sentimento de culpa que a leva a tomar atitudes tal como permissividade exagerada, a superproteção ou a recompensa material. Tal postura põe em risco seu papel disciplinar como educadora e com isso outras instâncias como a escola e o pai são sobrecarregados dessa função. E é do pai que queremos lhes falar agora.

Nota-se que, concomitantemente com a ascensão social feminina, há a fragilização da paternidade e um apagamento da função paterna na família moderna e contemporânea. Este é o 2.º fato que consideramos marcante para a mudança de valores na família e sua trajetória na sociedade.

Jaques Lacan, em 1958, nos diz a respeito disso em sua obra “Os Complexos Familiares”, denominando esse fenômeno como “declínio social da imagem do pai”, fato esse que segundo Lacan forma a essência da “grande neurose contemporânea”. É Lacan também quem teoriza o que é a função do pai, definindo-a como uma função simbólica - função do Nome do Pai, e lhe atribui a iniciação da estruturação psíquica do sujeito, em sua relação com a linguagem e a fala. Freud nos diz que esse modo inicial da estruturação psíquica do sujeito se faz sobre o substrato da castração. É um corte simbólico do laço primordial real e imaginário que une a criança ainda à sua mãe. É pela evocação do Nome do Pai, como representante da lei e da interdição do incesto, que se opera esse corte na relação de fusão entre mãe e criança, possibilitando a esta última seu reconhecimento como ser desejante, autônomo e independente.

Portanto, a função paterna, além de possuir um importante papel familiar, ocupa um lugar absolutamente central na saúde psíquica do ser humano, e por isso sua ausência, exagero ou ambivalência produz efeitos devastadores para o indivíduo. A psicanálise, em sua escuta, detecta que as diversas patologias existentes tem seu fundamento na maneira de como se vive o efeito da função paterna. Françoise Hurstel questiona: “se a morte do pai da horda primitiva possibilitou que os homens criassem a lei e por ela se regessem, o que acontecerá aos irmãos que ignoram a lei que os ordena ou simplesmente passam ao lado dela?” Ela ainda chama nossa atenção: “o que será de uma sociedade caracterizada pela dificuldade em

fornecer ‘pai’ às crianças, isto é, terceiros simbólicos que estejam em posição de representar esse corte e inscrevê-la como sujeito ao mundo?”

Identificamos que uma das evidências desses questionamentos de Hurstel é a dificuldade do homem contemporâneo em exercer seu papel de educador e se reencontrar como pai. Mas afinal o que é ser pai? Será ocupar aquele lugar de outrora de tirania e distanciamento dos filhos? Pensamos que não. Hoje esse conceito do que é ser pai vacila, já que a sua ligação com o autoritarismo e poder foi rompida. A tradicional referência à paternidade foi quebrada, mas o que restou? Os avanços científicos do tipo “produção independente” confirmam uma forte tendência à banalização da presença paterna para o desenvolvimento dos filhos, como se este lugar fosse substituível ou dispensável. Isto faz surgir no coração masculino um sentimento oposto àquele que os regia no sistema patriarcal: uma impotência frente a esse movimento de descentralização do poder, antes do poder, antes depositado em suas mãos. A saída muitas vezes encontrada por esses homens é a omissão, a ausência física e/ou psicológica. Como se diante da degradação do papel masculino a única atitude a ser tomada é a fuga, e, conseqüentemente, a transferência de responsabilidades.

O 3º fator que queremos destacar como catalisador para as mudanças de valores na família, é a notável insegurança contemporânea presente no comportamento dos pais. Apesar do acesso às informações ser muito mais facilitado, nota-se que diante de uma situação conflituosa, os pais não apresentam mais a certeza de que sua atitude vai ser a melhor naquele momento, postura esta presente em seus antepassados, que não tinham dúvida quanto ao que julgavam correto ao seu filho. Em muitas ocasiões nem mesmo sabem qual atitude tomar. Consideramos que essa insegurança surge a partir da entrada de novas ciências da educação e do comportamento para o meio leigo, antes restritas só aos especialistas da área. A partir da década de 70, esse leque se abre à população, que, por se sentir tão reprimida pelos valores tradicionais, resolve abraçar essas novas linhas de pensamento. As propostas derivadas da chamada Escola Nova, Teoria da Não-Diretividade, de Carl Rogers, da Psicanálise, trouxeram, todas elas, uma prática menos autoritária, normas menos rígidas, maior possibilidade de diálogo. Isso contribuiu grandemente para uma maior compreensão das necessidades infantis em suas diferentes fases de desenvolvimento. Mas nenhuma delas tinha em vista o incentivo para a falta de autoridade na relação de pais e filhos. O que houve foi a interpretação errônea de muitos pais, que deturparam a necessidade de se escutar uma criança na abdicação de qualquer tipo de autoridade, confundido tal conceito com autoritarismo. Essa distorção gerou um sentimento de temor a qualquer tipo de punição para com os filhos. Determinados termos como frustração e trauma se difundiram, passando a fazer parte da linguagem comum e levaram os pais ao receio de se tornarem geradores desse tipo de problema. A culpa que lhes advém por uma admoestação mais severa é tão grande que procuram evitar outras situações semelhantes, partindo para atitudes totalmente contrárias às que gostariam de ter. E aí deparamos com um fato complicador na educação de filhos: a falta de um padrão coerente de ações. Essa evidência da insegurança dos pais reflete diretamente no modo de agir dos filhos. Edina de Paula Bom Sucesso concorda com essa colocação em seu livro “Afeto e Limite”. Segundo ela, os adultos indecisos de hoje, incapazes de persistir e intolerantes à frustração, são oriundos de lares nos quais seus jovens pais dos anos 60, optaram por não reprimir seus filhos, deixando que eles escolhessem seus rumos sem limite, sem autodisciplina, já que entendiam que o amor exagerado seria a solução.

Podemos concluir que a nossa hipótese pode ser confirmada: esses 3 fatos sociais - a emancipação feminina, a fragilização da função paterna e interpretação errônea das linhas de educação e psicologia emergentes nos anos 60 e 70 - contribuíram demasiadamente para dificultar ou até impedir que os pais exerçam hoje seu papel disciplinar. Pensemos agora: como isso se reflete na escola? Se o pai não se acha apto à tarefa de disciplinar por se sentir muito impotente, e a mãe por se culpar pela sua ausência, a quem irão depositar toda sua esperança para preencher este espaço em aberto? Só lhes resta a escola - principalmente a escola militar que carrega o signifiante de “progenitora de filhos obedientes e disciplinados”. E acreditam que a escola fará com sucesso esse papel. Isso vem confirmar a veracidade da primeira hipótese levantada inicialmente. Mas assim como é um mito o Policial Militar super-herói, invencível e superior até ao

tempo, é também no mínimo ingenuidade acreditar que a escola (mesmo a militar) conseguirá manter intacta a disciplina, quanto mais torná-la parte da cultura dos seus alunos. Diante dessa falta, um clima de insatisfação mútua se instala entre pais e escola, que, para justificar os comportamentos indesejáveis dos alunos, apontam mutuamente as falhas de um do outro: à escola é cobrado mais rigidez, enquanto que dos pais espera-se mais presença. Presenciamos, por exemplo, ao escutar do corpo docente da escola queixas bastante comuns como: “não podemos adotar cada aluno, pois já temos nossos próprios filhos! Os pais entregam seu filho e se esquecem que esta é sua tarefa”! Já no discurso dos pais são sempre presentes falas como: “hoje em dia a escola dá muita chance aos alunos! Por isso ela não pode mais com eles! Na minha época tratávamos os professores até por “senhor”!

Concluindo, se essas duas instâncias - Família/Escola - não diminuirmos a distância entre elas, formando uma parceria para que suas forças sejam redobradas, não poderemos contar com a inserção de nossas crianças na construção de um mundo melhor. Para isso, é necessário que cada parte faça algo que lhe seja possível e assuma sua responsabilidade: à escola cabe proporcionar aos pais um lugar que não aquele só de queixa do aluno, estimulando-os a estarem presentes na vida da comunidade escolar; já os pais precisam se conscientizarem de que a sua participação na vida do seu filho é fundamental para que ele se torne um adulto maduro e independente. Não queremos trazer soluções prontas para tais questões levantadas no presente trabalho, como se estivéssemos tentando consertar uma receita que não deu certo. Apenas tivemos a pretensão, ao elaborarmos este texto, de sensibilizá-los do compromisso que temos com a Educação, quer sejamos psicólogos, quer sejamos professores, ou pais. É preciso que tenhamos coragem para vencer este desafio! Caso contrário, iremos continuar nos deparando com situações como a tragédia ocorrida em Brasília com o índio pataxó, os índices assustadores de jovens usuários de droga ou os atos de delinquência estampados nas bombas colocadas nos banheiros das escolas públicas de Belo Horizonte, como no ano passado.

COLABORADORA: Maria Angélica da Silva Barbosa, Cb PM QPE.

REFERÊNCIAS

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Afeto e Limite: uma vida melhor para pais e filhos**. Qualitymark., Rio de Janeiro, 1999.

JULIEN, Philippe. **A Feminilidade Velada: aliança conjugal e modernidade**. Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 1997.

HURSTEL, Françoise. **As Novas Fronteiras da Paternidade**. Papirus, Campinas/SP, 1999.

STREY, Marlene Neves. **Mulher, Estudo de Gênero**. UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1997.

ZAGURY, Tânia. **Sem Padecer no Paraíso**. Record, Rio de Janeiro, 2000.

A AVALIAÇÃO PERICIAL EM INSTITUIÇÃO MILITAR (PMMG)

Marcelo Augusto Resende
Tenente Psicólogo da PMMG

O presente trabalho tem por objetivo focar algumas características da avaliação pericial realizada pela Junta Central de Saúde (JCS) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), e mais particularmente, sobre o desempenho do psicólogo nesta avaliação.

1 A JUNTA CENTRAL DE SAÚDE (JCS)

A Junta Central de Saúde é uma Unidade de execução e apoio do Sistema de Saúde, com caráter permanente, competindo-lhe, entre outras funções, o desenvolvimento de trabalho técnico relacionado com avaliações clínicas, perícias médicas, inspeções de saúde em militares e em servidores civis administrados pela Polícia Militar.

Os procedimentos relacionados às inspeções de saúde e perícias médicas, à coordenação e controle pertinentes, realizados nesta Unidade, estão normatizados conforme as disposições contidas nas resoluções do Comando Geral da PMMG. Aos membros da JCS é assegurada independência, do ponto de vista técnico, para proferir seus julgamentos, com base em conclusões resultantes de dados obtidos em exames e motivados por sua consciência profissional. O parecer tem como objetivo orientar as autoridades a que se destinam, para a tomada de decisão pertinente, devendo por este motivo, possuir conteúdo claro e conciso, de forma a não ensejar interpretações dúbias.

A Junta é composta por um colegiado de oficiais do quadro de Saúde (QOS), sendo atualmente quatro médicos clínicos, três médicos psiquiatras e dois psicólogos, que formam o corpo clínico. Na área administrativa, são dez policiais militares responsáveis por todo suporte funcional: marcação de exames e perícias, encaminhamentos, digitação, contatos telefônicos, transporte, arquivo e almoxarifado etc.

2 PERÍCIAS

A perícia é uma das principais funções exercidas pela JCS e será realizada conforme a especificidade do caso e o objetivo a ser alcançado. As perícias podem ser caracterizadas como:

2.1 Perícia para avaliação da capacidade funcional/reforma

O militar será submetido a esta avaliação clínica ou psiquiátrica sempre que sua licença ou dispensa for superior a 90 dias. O perito fará a sua avaliação e juntamente com a equipe médica, decidirá sobre o parecer conclusivo de dispensa, licença ou reforma do militar. É um procedimento interno da PMMG. Não há quesitos a serem respondidos e a decisão tomada é remetida através de ata, assinada pelo Presidente da JCS, ao comandante da Unidade de origem, para cumpri-la (licença ou dispensa). No caso de reforma, assinam o laudo o Presidente e todos os médicos participantes da discussão clínica, sendo remetido à Diretoria de Saúde (DS)

2.2 Perícia para avaliação de dependência junto aos segurados do IPSM (Instituto de Previdência do Servidor Militar)

É uma perícia clínica ou psiquiátrica, realizada por um médico da JCS conjuntamente com um médico do IPSM, que examinam simultaneamente o segurado e respondem aos quesitos previamente estabelecidos pelo Instituto. A decisão será tomada pelos dois peritos e ocasionalmente poderá ser levada à equipe médica da JCS, quando houver dúvidas sobre o caso. O laudo com o parecer final será assinado pelos peritos responsáveis e encaminhado ao IPSM.

2.3 Perícia psicopatológica para a PMMG

A perícia psicopatológica é uma avaliação especializada feita por profissionais de saúde devidamente habilitados, mediante requisição de autoridade competente, destinada a verificar se, por ocasião do cometimento de ato especificado, o servidor gozava de faculdades mentais plenas e se pode ou não ser inteira ou parcialmente responsabilizado por ele. A partir da nova resolução (3444, 10/98), passou a ser conceituada como uma perícia médica, destinada a verificar se, no momento da ação ou omissão especificada, o inspecionado era portador ou não de doença alienante e se possuía capacidade para entender o caráter ilícito do fato e/ou para se autodeterminar.

A perícia em servidor militar, solicitada por encarregado de procedimento administrativo de apuração, ou que vier a ser desligado da PM por motivos disciplinares, requerer baixa ou desertar, somente será realizada quando houver ao menos uma das situações seguintes, envolvendo o periciado:

- I. Registro de alcoolismo ou uso de drogas ilícitas;
- II. Tratamento psiquiátrico com ou sem internação hospitalar;
- III. Uso freqüente e/ou continuado de psicofármacos;
- IV. Vítima de traumatismo crânio-encefálico;
- V. Sinais e/ou sintomas sugestivos de alienação mental e/ou distúrbios de comportamento, que podem caracterizar doença mental.

Não havendo enquadramento nas hipóteses acima, caberá ao médico da Seção de Assistência à Saúde (SAS), realizar a inspeção de saúde e emitir parecer conclusivo.

A perícia psicopatológica consistirá em :

- I. análise do fato gerador e outros documentos a ele relativos;
- II. análise da Nota de Prêmios e Castigos (NPC) do inspecionado;
- III. avaliações periciais: clínica, neurológica e psiquiátrica;
- IV. testes psicológicos, quando solicitados pelo perito;
- V. eletroencefalograma, quando solicitado pelo perito;
- VI. outras avaliações periciais e/ou exames complementares, quando solicitados pelo perito.

Uma vez procedida à perícia, o oficial médico psiquiatra de posse dos resultados das avaliações, exames e pareceres, emitirá um laudo que conterá respostas aos quesitos previamente determinados pelo Regulamento Disciplinar da PM (RDPM), assinando com o Presidente da JCS. Quando o caso suscitar dúvidas, será submetido à junta médica para maiores esclarecimentos e decisão conjunta.

O perito, ou a junta médica, não estará adstrito aos diagnósticos e pareceres de especialistas, aos resultados de exames subsidiários e a diagnósticos decorrentes de internação, podendo formar convicção e concluir com outros elementos ou fatos pertinentes.

2.4 Perícia psicopatológica requisitada pela Justiça Militar

A perícia será requisitada pela Justiça Militar sempre que em relação ao acusado houver dúvida a respeito da imputabilidade penal, em virtude de doença ou deficiência mental (incidente de sanidade mental). Nesses casos, o juiz nomeará, sempre que possível, dois peritos, de preferência dentre oficiais da ativa, que sejam especializados no assunto ou com habilitação técnica.

Normalmente têm sido nomeados como peritos dois médicos psiquiatras, que simultaneamente avaliam o periciado, solicitam exames, respondem aos quesitos formulados pela justiça e assinam o laudo conclusivo.

Em 1999, foi realizada uma entrevista nas 1ª, 2ª e 3ª Auditorias Militares e verificamos que, no entendimento desses juizes, não haveria impedimento para a nomeação de outros profissionais de saúde mental, além do psiquiatra, para a função de perito, podendo o psicólogo ocupar este lugar. Salientaram que o importante é o profissional ser habilitado e capacitado para o exame pericial e responder aos quesitos formulados.

3 A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA JCS

A participação do oficial psicólogo na Junta deu-se a partir de junho de 1994 e teve por objetivo a avaliação psicológica de militares e dependentes do IPSM, esclarecimento de laudos provenientes de credenciados, orientação e parecer sobre assuntos diversos relacionados à área da Psicologia e Saúde Mental e sua interface com a Instituição Militar. Acreditava-se que um psicólogo da PM estaria mais habilitado para compreender o militar, em suas peculiaridades funcionais de policial. Nessa época, o psicólogo fazia parte da equipe pericial de saúde, participando ativamente das reuniões clínicas, embora não pudesse assinar o parecer final como os peritos médicos.

Outro fator relevante era o alto custo que a Instituição tinha que arcar em relação a essas avaliações psicológicas realizadas por credenciados, que, além de onerosas, tinham o seu resultado por vezes questionado.

Com a demanda pericial cada vez mais crescente, aliada à obrigatoriedade da avaliação psicológica, independente de suspeitas de transtorno mental, o psicólogo foi sendo absorvido totalmente para este fim, sendo distanciado das reuniões clínicas.

A partir da resolução n.º 3444 (10/98), a perícia se tornou exclusivamente médica e a função do psicólogo se restringiu a um exame complementar, quando solicitado pelo perito. Os psicólogos mobilizados com esta mudança tentaram sensibilizar o comando e a equipe para uma possível alteração dessa nova resolução, em favor de uma participação mais efetiva destes. Apesar dos estudos sobre as possíveis modificações continuarem em andamento, os psicólogos da JCS, cientes da importância e necessidade do parecer psicológico numa perícia em saúde mental, continuaram se esforçando no aperfeiçoamento técnico, através de cursos de especialização, jornadas e congressos científicos, buscando sempre a atualização nessa temática.

Na prática, esses profissionais têm se preocupado em examinar o periciado, levando em consideração suas características pessoais, sua inserção no meio circundante e as motivações que o mobilizam, buscando assim uma compreensão mais integrada e abrangente desse ser humano. Para tal finalidade, utilizamos testes de personalidade e aptidão, capazes de diagnosticar principalmente a estrutura de personalidade, a capacidade de adequação às exigências da realidade, os controles e a adaptação ao pensamento coletivo.

A entrevista semidirigida é de fundamental importância para o levantamento de dados, a observação de reações pessoais e a checagem de impressão diagnóstica fornecida pelos testes. Ocasionalmente, entrevistamos acompanhante e familiares, quando há evidências de maior comprometimento ou suspeita de alienação mental.

A documentação do militar, Nota de Prêmios e Castigos (para os praças) e Extrato de fé-de-ofício (para os oficiais), fato gerador do processo disciplinar, ficha funcional da Unidade, laudos médicos e psicológicos, guias de internação e pasta de saúde da JCS são outras fontes de informações imprescindíveis para uma percepção mais ampla e pertinente do examinado.

Após análise de todos os dados colhidos e observados, o psicólogo responsável pelo caso emite um laudo contendo as características de personalidade, priorizando sua capacidade de entendimento, autodeterminação, controle, adequação social/profissional e adaptação à realidade, evidenciando ou não, sinais de psicopatologias e/ou alienação mental. Esse laudo é encaminhado ao médico psiquiatra para subsidiar o seu parecer técnico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar de Minas Gerais é uma instituição que busca atualizar-se, visando ao aprimoramento e o aperfeiçoamento de seus procedimentos, a fim de ser mais eficiente e prestativa. Assim como investe em mudanças para propiciar bons serviços à comunidade, também se preocupa com o atendimento de demandas do público interno.

A participação multiprofissional e interdisciplinar já tem sido preconizada nos atendimentos da área de saúde na PMMG, com uma maior reciprocidade entre os oficiais de saúde da Seção de Assistência (SAS), promovendo um enriquecimento mútuo e um saber ampliado sobre o militar.

A tendência atual em perícias realizadas por instituições tem sido de um trabalho compartilhado entre vários especialistas, que juntos almejam um parecer comum da equipe, respeitando-se e assegurando-se a independência do ponto de vista técnico de cada profissional envolvido. Os peritos se libertam de um isolamento técnico e a decisão em equipe propicia pareceres mais embasados e mais confiáveis.

Nas avaliações periciais multidisciplinares e interdisciplinares, o psicólogo poderá participar juntamente com o assistente social, o médico psiquiatra, o médico clínico, o criminólogo ou o advogado. Equipes assim estão trabalhando com sucesso no Manicômio Judicial de Barbacena e na Penitenciária de Segurança Máxima de Contagem.

Acreditamos que essa tendência venha a ser ampliada na PMMG, inclusive na área pericial.

REFERÊNCIAS

RESENDE, Marcelo Augusto. **O psicólogo e a avaliação pericial**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE RORSCHACH, III, 1998, Ribeirão Preto.

VIEIRA NETO, Manoel Augusto e OLIVEIRA, Juarez. **Código de Processo Civil**, São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.

BRASIL. Decreto Lei n. 1002 de 21/10/69. **Código de Processo Penal Militar**. Estado Maior das Forças Armadas.

POLÍCIA MILITAR DE MG. Decreto n. 23085 de 10/10/83. **Regulamento da Polícia Militar**, RDPM, R- 116. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

_____. Resolução n. 3034 de 22/02/94. Regula sobre inspeções de saúde na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. BGPM n.º 036.

_____. Resolução n. 3444 de 12/08/98. Dispõe sobre inspeção de saúde e perícias médicas na Polícia Militar de Minas Gerais. BGPM n. 073.

DOCUMENTO GLOBAL E ANALÍTICO REFERENTE AO PROGRAMA DE PREVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL DO 3º BPM

Ana Cristina Alves de Souza

Tenente Psicóloga da PMMG

A questão da saúde mental no âmbito militar vem sendo discutida há vários anos como meio de entender o como e o porquê de sofrimentos psíquicos no nosso meio, levantar causas e elaborar planos de ação que não sejam apenas curativos e sejam principalmente preventivos, o que se torna, via de regra, um grande desafio à própria instituição.

Este projeto nasceu da necessidade de aproximar o Setor de Psicologia da S.A.S. da tropa do 3º BPM, não só na Sede da Unidade onde o Oficial Psicólogo atua, como nas frações destacadas, onde este profissional é desconhecido e porque não dizer alvo de fantasias das pessoas como aquele que, num vocabulário popular, cuida de LOUCOS, sendo assim temido diante da possibilidade de suscitar nelas o medo de se depararem com o fato de serem portadoras de doenças mentais.

Tomou corpo em Dez/1998, quando foi apresentado já em forma de projeto, ao então Cmt Ten-Cel Rômulo Berbert Diniz, na época Cmt da UEOP, que uma vez aprovando-o, deu apoio irrestrito e incondicional ao andamento do citado programa, ponto crucial responsável pelo sucesso do empreendimento.

No ano de 1999, o programa se dedicou em aplicar e coletar dados a respeito do perfil psicológico dos militares de cada Fração entrevistada. Foram visitadas todas as Sedes de Cias. e Pelotões PM, com o objetivo de esclarecer melhor o papel do psicólogo na PMMG e levantar a importância de se criar um trabalho preventivo em saúde mental, que é de responsabilidade de todos em prol de melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Na oportunidade, foi aplicado o questionário alusivo ao Programa.

No ano de 2000, é que foi possível correlacionar os dados obtidos da pesquisa, traçar um gráfico comparativo do perfil psicológico das frações entrevistadas, podendo dessa forma, colocar em prática os objetivos do Programa, levantando planos de intervenção baseados nos resultados, a fim de combater as maiores dificuldades apresentadas por cada uma delas.

Como a proposta deste Programa é visitar as 51 frações destacadas do 3º BPM, a fim de conhecer, esclarecer e prevenir doenças de cunho físico e mental, podemos dizer que já foram visitadas todas as Sedes das Companhias e Pelotões PM, pela Oficial Psicóloga da Unidade, onde o efetivo é maior e os problemas são mais evidentes.

Até o presente momento, já foram visitadas mais de 10 (dez) Sedes de Destacamentos e Subdestacamentos, pertencentes à área do 3.º BPM, com o intuito de dar seguimento ao trabalho, cuja localização tornam os militares impossibilitados de conhecer e buscar ajuda, principalmente na área psicológica. O trabalho nas Frações menores ainda está apenas no plano de levantamento de dados para montagem do perfil psicológico de seus militares.

De acordo com a análise dos dados até então coletados, podemos perceber uma diversidade de situações que nos remetem a particularidades específicas a cada fração analisada, ou seja, cada uma delas apresentou um perfil psicológico variado, de acordo com:

- o nível de estresse;
- acúmulo de atribuições;
- falta de recursos humanos e logísticos;
- tipo de formação militar;
- número de ocorrências policiais;
- estilo de liderança;
- vida social e familiar;
- tipo de relacionamento interpessoal e tantos outros.

Percebemos que existe uma semelhança no perfil dos militares das frações, cujo efetivo é maior, como Diamantina e Curvelo. O fato do efetivo ser maior revela pluralidade de questões inerentes ao sistema, como uma complexidade de relações humanas, aumento do número de ocorrências policiais e diversidade de expectativas pessoais e porque não dizer da sociedade para com a qualidade do serviço prestado.

Já quanto menor o efetivo, podemos perceber um maior desgaste físico e mental na superação de dificuldades, tanto do Oficial como da Praça, cuja escala de serviço, muitas vezes, minimiza sua convivência familiar, ponto crucial, responsável por conseguir manter boas condições de saúde mental.

De modo geral, como não poderia deixar de ser, o estresse policial-militar vem assombrando também os militares do 3º BPM, pois além de sofrerem as pressões de um cidadão comum, ainda estão submetidos a várias situações onde a própria vida é colocada em risco, tendo de apresentar-se pronto a tempo e a hora, e a não existir espaço para falar de suas próprias questões, além de serem regulados por um sistema que lhes impõe a constantes avaliações de comportamento e punições temidas.

O que particulariza cada fração é o modo como os seus militares lidam com estas pressões.

Sabemos que são vários os meios de canalização do estresse dentro da Instituição Militar, porém muitos deles são direcionados para atitudes de autodestruição, como o alcoolismo, difícil relacionamento familiar e social, descontrole financeiro, chegando inúmeras vezes ao ato de auto-extermínio.

Não podemos deixar de considerar que a filosofia de trabalho e a qualidade de relacionamento entre superior/subordinado exercem bastante influência sobre o maior ou menor grau de estresse da tropa. O limite entre “*escutar*” as necessidades do ser humano e fazer cumprir as exigências do sistema é muito tênue e de difícil acesso, pois exige um manejo singular de extrema sensibilidade que, por vezes, a própria Instituição obstaculiza. Entretanto, é importante frisar que saúde mental está diretamente relacionada com o grau de satisfação nas relações interpessoais no trabalho, que deve sempre priorizar o sentido de equipe e valorização do potencial humano, premissas estas responsáveis pelo grau de satisfação profissional de seus integrantes e conseqüentemente de sua realização pessoal.

Outra relevante questão a levantar diz respeito ao índice de idéias de suicídio. Os dados mostram que o problema é bastante preocupante e merece atenção especial. Sabemos que o ser humano vive em busca da felicidade e conseqüentemente do prazer, o que o faz sempre afastar e diminuir o grau de desprazer.

Sendo assim, num momento de desespero, muitas pessoas encontram na morte o fim de seus conflitos e sofrimentos internos. O fato do policial militar ter fácil acesso ao porte de armas de fogo, logo o coloca prestes a eliminar sua dor com um ato impensado de pôr fim a sua própria vida, fato bastante numeroso dentro das Corporações, notadamente das corporações militares, em todo o mundo.

O que nos coloca diante dessa realidade assustadora advém do acúmulo e da não superação de várias situações comuns em nosso meio como: perder sono por alguma preocupação, sentir agoniado e tenso, deixar de acreditar que estão exercendo um papel útil na vida, perder a confiança em si mesmo, não conseguir se desligar dos problemas do trabalho quando se está fora do expediente e vice-versa, falta de espaço para o lazer, além de vários outros problemas no âmbito familiar e social.

Para não correremos o risco de acreditar que somente os entraves institucionais são responsáveis pelos entraves psíquicos, é importante ressaltar que cada ser humano é portador de uma bagagem única de agentes propulsores do desequilíbrio, assim como uma predisposição própria para se acometer de distúrbios psíquicos. Dessa forma, é ele próprio o personagem capaz de detectar o desequilíbrio e ir em busca de ajuda na eliminação e superação de problemas. É importante se conscientizar do problema antes mesmo que tome uma proporção elevada e seja de difícil resolução, sem falar dos problemas administrativos que tais situações podem acarretar. Nesse sentido, buscar ajuda de um especialista na área humana se faz prioritária, principalmente ajuda psicológica, responsável pelo caráter sigiloso, humano e científico na busca de alívio de sofrimentos psíquicos.

Quando nos reportamos aos dados estatísticos desta pesquisa, percebemos que as Frações que apresentaram melhores condições de Saúde Mental foram primeiramente o Pelotão de Conceição de Mato Dentro, seguida do Pelotão de Corinto, cujos perfis se assemelharam no que tange à pequena tendência para o alcoolismo, boas relações interpessoais no trabalho e na família, dados que vêm confirmar a idéia de que é muito difícil estar bem num único aspecto da vida. A possibilidade de satisfação pessoal, social, profissional e familiar devem estar sempre atreladas umas nas outras, pois não podemos dividir o homem em planos dissociados de sua vida, já que todas estão intrinsecamente relacionadas.

Podemos perceber também que as frações mais merecedoras de atenção e abertura para discussão sobre o problema foram a sedes das seguintes frações: Serro, Curvelo, Três Marias e Capelinha, não podendo aqui levantar onde está a maior gravidade. Cada uma delas apresentou dificuldades de superar problemas específicos, principalmente na administração do estresse policial-militar e no alto índice de idéias de auto-extermínio.

Dentro dos objetivos suscitados pelo programa, foram montados Planos de Ações concernentes ao atendimento da demanda solicitada pelos próprios militares. Já foram realizadas visitas de uma equipe multiprofissional composta pelo médico da SAS, o Maj QOS Alvimar dos Reis Gonçalves, que proferiu palestra sobre “Hipertensão e fatores de risco nas doenças cardiovasculares”. Contou também com a participação do antigo Cap PM P1 da Unidade, Wilmar dos Reis Batista, que proferiu palestra sobre “Recursos Humanos: reflexos administrativos, orientações”. Foi proferida também a palestra pelo Cap PM Édison Soares de Oliveira, Mestre da Banda de Música da Unidade, experiente em trabalhos sociais na comunidade local nesta área, com o tema sobre “Alcoolismo e suas conseqüências no relacionamento familiar”. Por fim, foram realizadas pela Psicóloga da Unidade, dinâmicas de grupo com o tema “Motivação para a vida e o trabalho”. Esse trabalho teve como repercussão o levantamento do moral da tropa, além de ter levado esclarecimento sobre assuntos diversos e motivar a procura por ajuda especializada.

De antemão, quero antecipar que todas as frações terão seus planos de ações elaborados e agendados de acordo com a possibilidade da equipe, mesmo aquelas apontadas como portadoras de boas condições de saúde mental. A prevenção ainda é o melhor remédio no combate às doenças e sofrimentos psíquicos indesejados.

Podemos evidenciar que a Sede da Unidade do 3º BPM, localizada na cidade de Diamantina, vem sendo a mais beneficiada pelo trabalho, devido à proximidade dos Oficiais de Saúde e a presença de recursos humanos e materiais à disposição para o desempenho do trabalho. É seguido um cronograma de atividades de dinâmicas de grupos realizadas bimestralmente com os militares de todas as seções administrativas, quando participam chefes e funcionários conjuntamente. Em outro momento, também é reunido um pequeno grupo de militares da área operacional para realização das dinâmicas de grupo. Existe também um outro momento para realização dessas atividades com todos os Oficiais da Sede da Unidade, contando principalmente com a presença do Comando Superior dessa Unidade. Além das dinâmicas de grupo, é seguido também um cronograma mensal de palestras destinadas à área de Saúde, cujos principais temas são: depressão, estresse, inteligência emocional, hipertensão e problemas cardiovasculares, tabagismo, alcoolismo, relacionamento familiar, uso de drogas, dentre outros.

Embora o trabalho seja mais facilitado na Sede da Unidade do 3º BPM, trabalhos semelhantes foram realizados esporadicamente nas Sedes das cidades de Serro e Gouveia, de acordo com a necessidade de cada uma.

Ao longo desses quase três anos de pesquisa e tentativa de combate aos fatores que interferem de forma negativa na busca de melhores condições de saúde mental dos militares pertencente ao 3.º BPM, é importante considerar algumas dificuldades na efetivação do trabalho, sejam elas: falta de diárias para o deslocamento freqüente até as frações destacadas, acúmulo de atividades dos servidores da área administrativa que impedem a sua assiduidade nas dinâmicas de grupos realizadas anteriormente uma vez por mês e hoje apenas bimestralmente, dificuldade de adequar a escala de serviço dos militares que atuam na área operacional, de forma a não desrespeitar suas folgas e manter uma permanência do mesmo grupo de trabalho.

A maior referência positiva deste trabalho se situa na crescente procura por assistência médica e principalmente psicológica nos consultórios desses profissionais. Os militares conseguem identificar melhor suas reais demandas clínicas procurando assistência por iniciativa própria. Dessa forma, tentam humanizar suas relações com o trabalho e na vida pessoal. O número de militares das frações destacadas que procuram o psicólogo é também bastante significativo.

Concluindo a análise deste trabalho que não pretende ser apenas científico, mas principalmente propositivo, concito os comandantes das frações que solicitem, ou até mesmo convoquem profissionais de saúde da Rede Orgânica e contratada da PMMG, ou pessoas de Entidades da comunidade local, que possuam bagagem pertinente para a ajuda, a fim de levar informações, prevenir o desequilíbrio, diminuindo assim o número de casos de sofrimento e agruras psicológicas do ser humano que existe por trás do super-herói policial-militar.

Devo deixar claro que não foi possível ainda realizar nenhuma avaliação científica para detectar a eficácia do Programa, bem como a sua interferência na saúde física e mental dos militares que participam dele. Entretanto, é possível perceber um maior diálogo entre superiores e subordinados, maior conscientização do papel que desempenham na Corporação, maior valorização pessoal de cada um, além da elevação do moral da tropa. A avaliação será realizada no momento em que for possível visitar todas as frações pertencentes ao Batalhão, ocasião em que será conhecido o perfil dos militares em questão e acionados os Planos de Ação de acordo com a demanda de cada uma delas.

Resta lembrar que cuidar da saúde física e mental das pessoas deve ser responsabilidade de todos nós, integrantes da corporação, não só do setor de saúde, pois nós mesmos é que somos os protagonistas da nossa própria história de vida e agentes do nosso próprio bem-estar.

REFERÊNCIAS

- DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Estudo Sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. **Freud e o Inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MINAS GERAIS. Polícia Militar, **Programa Básico de Saúde Mental**. Belo Horizonte, 1995.
- REVISTA DE PSICOLOGIA. **Saúde Mental e Segurança Pública**. n. 01, vol. 01, 1997.
- REVISTA ISTO É*. Alvos da sua própria arma. 1311. P. 56-57; 16-57. 16 de novembro de 1994.

